

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - SEMAD
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF
PROGRAMA DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO
NORDESTE - PRODETUR II/NE**

***PLANO DE MANEJO DO PARQUE
ESTADUAL DO BIRIBIRI***

ENCARTE 4 - PLANEJAMENTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

SDS-02/02 - Revisão Final

**CURITIBA / PR
AGOSTO / 2004**

CONTEÚDO

	Pág.
4 - PLANEJAMENTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	4.1
4.1 - Considerações Sobre os Limites Cartográficos do Parque.....	4.1
4.2 - Avaliação Estratégica da Unidade de Conservação	4.2
4.3 - Objetivos Específicos de Manejo da Unidade de Conservação	4.2
4.4 - Zoneamento.....	4.13
4.4.1 - Zona Primitiva	4.14
4.4.2 - Zona Histórico-Cultural	4.17
4.4.3 - Zona de Uso Extensivo.....	4.18
4.4.4 - Zona de Uso Intensivo.....	4.19
4.4.5 - Zona de Uso Especial.....	4.21
4.4.6 - Zona de Recuperação	4.22
4.4.7 - Zona de Uso Conflitante	4.23
4.4.8 - Zona de Ocupação Temporária	4.24
4.4.9 - Zona de Amortecimento	4.25
4.4.10 - Síntese do Zoneamento	4.26
4.5 - Normas Gerais do Parque Estadual do Biribiri	4.30
4.6 - Planejamento por Áreas de Atuação	4.32
4.6.1 - Ações Gerenciais Gerais Internas	4.33
4.6.1.1 - Programa Temático de Pesquisa e Monitoramento	4.33
4.6.1.2 - Programa Temático de Proteção e Manejo.....	4.36
4.6.1.3 - Programa Temático de Uso Público.....	4.39
4.6.1.3.1 - Subprograma de Recreação e Interpretação Ambiental.....	4.42
4.6.1.3.2 - Subprograma de Concessões	4.49
4.6.1.3.3 - Subprograma de Educação Ambiental	4.50
4.6.1.4 - Programa Temático de Operacionalização	4.54
4.6.2 - Ações Gerenciais Gerais Externas	4.62

4.6.2.1 - Programa Temático de Controle Ambiental	4.62
4.6.2.2 - Programa Temático de Alternativas de Desenvolvimento	4.62
4.6.2.3 - Programa Temático de Integração Externa.....	4.63
4.6.3 - Áreas Estratégicas Internas.....	4.64
4.6.3.1 - Área Estratégica Interna Córregos Barris, São João e Caetano Monteiro.....	4.67
4.6.3.2 - Área Estratégica Interna Cachoeira da Sentinela, Barragens do Biribiri, Lapas do Desenho e Sentinela e ribeirão das Pedras.....	4.68
4.6.3.3 - Área Estratégica Interna Área de Registro de Espécie Nova de <i>Columbina</i> sp.....	4.69
4.6.3.4 - Área Estratégica Interna Grupiara e Turfeiras no São Miguel, Voçoroca	4.70
4.6.3.5 - Área Estratégica Interna Caminho dos Escravos	4.70
4.6.3.6 - Área Estratégica Interna Bairro Cidade Nova e Bota-fora	4.71
4.6.3.7 - Área Estratégica Interna Áreas de Empréstimo	4.72
4.6.3.8 - Área Estratégica Interna Matas Ciliares nas Margens do Rio Pinheiros.....	4.72
4.6.3.9 - Área Estratégica Interna Rio Jequitinhonha	4.73
4.6.4 - Áreas Estratégicas Externas.....	4.73
4.6.4.1 - Área Estratégica Externa Vila do Biribiri.....	4.74
4.7 - Enquadramento das Áreas de Atuação por Programas Temáticos.....	4.79
4.8 - Estimativas de Custos	4.116
4.8.1 - Consolidação dos Custos por Programas Temáticos e Fontes de Financiamento	4.116

LISTA DE QUADROS

	Pág.
QUADRO 4.01 - CARTAS TOPOGRÁFICAS UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA	4.1
QUADRO 4.02 - MATRIZ DE ANÁLISE ESTRATÉGICA - FORÇAS RESTRITIVAS E PREMISSAS DEFENSIVAS OU DE RECUPERAÇÃO	4.3
QUADRO 4.03 - MATRIZ DE ANÁLISE ESTRATÉGICA - FORÇAS IMPULSORAS OU PREMISSAS OFENSIVAS OU DE AVANÇO	4.8
QUADRO 4.04 - ZONAS DEFINIDAS E REFERIDAS ÁREAS	4.13
QUADRO 4.05 - SÍNTESE DO ZONEAMENTO.....	4.27
QUADRO 4.06 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS A SEREM ADQUIRIDOS.....	4.38
QUADRO 4.07 - DETALHAMENTO DOS KITS E ACESSÓRIOS.....	4.58
QUADRO 4.08 - ENQUADRAMENTO DAS AÇÕES GERENCIAIS POR PROGRAMAS TEMÁTICOS.....	4.80
QUADRO 4.09 - ORÇAMENTO GERAL CONSOLIDADO DOS CUSTOS DAS ATIVIDADES POR ÁREAS E POR TEMAS.....	4.117
QUADRO 4.10 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DAS AÇÕES DE PESQUISA E MONITORAMENTO	4.118
QUADRO 4.11 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO E MANEJO.....	4.130
QUADRO 4.12 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DAS AÇÕES DE USO PÚBLICO.....	4.138
QUADRO 4.13 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DAS AÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO.....	4.159
QUADRO 4.14 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DAS AÇÕES DE CONTROLE AMBIENTAL	4.174
QUADRO 4.15 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DAS AÇÕES DE ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO	4.176
QUADRO 4.16 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DAS AÇÕES DE INTEGRAÇÃO DO ENTORNO	4.179

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
FIGURA 4.01 - MAPA DO ZONEAMENTO E ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI	4.15
FIGURA 4.02 - VISÃO GERAL DO PLANEJAMENTO POR ÁREAS DE ATUAÇÃO	4.32
FIGURA 4.03 - SUBPROGRAMAS DE USO PÚBLICO PROPOSTOS.....	4.40
FIGURA 4.04 - ESTRUTURA DO PROGRAMA DE USO PÚBLICO.....	4.43
FIGURA 4.05 - ÁREAS ESTRATÉGICAS.....	4.65

4 - PLANEJAMENTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O presente item, denominado por Encarte 4 aborda o planejamento do Parque Estadual do Biribiri e a sua Zona de Amortecimento, incluindo a análise estratégica, os objetivos específicos de manejo, o zoneamento e o planejamento por áreas de atuação, com o respectivo cronograma físico-financeiro, que detalham as estimativas de custos das ações propostas, no horizonte de 5 anos previstos para sua implementação.

4.1 - Considerações Sobre os Limites Cartográficos do Parque

A base cartográfica do Parque foi obtida através da digitalização de cartas topográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e posteriormente atualizada através de imagem de satélite - LANDSAT 7 ETM+, bandas 3, 4, 5 e Pan (quadro 4.01). A imagem foi utilizada tanto no formato digital quanto em composição colorida (5R4G3B) em papel. Para cobrir toda a área foi necessário fazer um mosaico de duas cenas: 218/072 e 218/073, de 02/05/2003.

QUADRO 4.01 - CARTAS TOPOGRÁFICAS UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA

FOLHA	NOME	EXECUÇÃO	DATA	ESCALA	DATUM
SE-23-Z-A-III	Diamantina	IBGE	1977	1:100.000	C. Alegre
SE-23-Z-B-I	Rio Vermelho	IBGE	1977	1:100.000	C. Alegre
SE-23-X-D-IV	Carbonita	IBGE	1977	1:100.000	C. Alegre
SE-23-X-C-VI	Curimataí	IBGE	1978	1:100.000	C. Alegre

Além das cartas topográficas do IBGE, foram disponibilizadas cartas topográficas e fotografias aéreas na escala 1:25.000 pelo Centro de Geologia Eschwege (Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais - IGC/UFMG), citadas a seguir:

- Carta topográfica de Diamantina;
- Carta topográfica de Mendanha;
- Carta topográfica de Sopa; e,
- Carta topográfica de São João da Chapada.

A área oficial do Parque, segundo o Decreto de criação é de 16.998,66 ha. No entanto, o contorno cedido pelo IEF acusou uma área mapeada correspondente a 17.428,96 ha, ou seja, 430,30 ha a mais do que o previsto no Decreto. Apesar da diferença ser aceitável em mapeamento, é recomendável um programa específico para a revisão dos limites do Parque.

É importante ressaltar que no presente trabalho, adotou-se a área mapeada de 17.428,96 ha, a qual foi utilizada como referencial para todos os mapas temáticos gerados no Plano de Manejo.

4.2 - Avaliação Estratégica da Unidade de Conservação

A avaliação estratégica foi realizada por meio da identificação dos pontos fracos e ameaças, pontos fortes e oportunidades inerentes ao Parque e seu entorno, o que permitiu avaliar os principais aspectos favoráveis, ou contrários ao alcance dos objetivos de criação do Parque.

Nos quadros 4.02 e 4.03 são apresentadas as Matrizes de Análise Estratégica: pontos fracos e ameaças, pontos fortes e oportunidades, cujas bases referenciais foram discutidas e consensadas durante as Oficinas de Planejamento e de Pesquisadores realizadas para subsidiar prioridades de ações a serem propostas.

4.3 - Objetivos Específicos de Manejo da Unidade de Conservação

Os objetivos específicos do Parque Estadual do Biribiri foram definidos com base nos objetivos gerais de uma UC da categoria de um Parque, conforme definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000):

Art. 11. O Parque tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo.

Com base nessa prerrogativa, na avaliação estratégica da Unidade e nos estudos temáticos que subsidiaram o plano de manejo, foram definidos os seguintes objetivos específicos de manejo do Parque Estadual do Biribiri:

- Preservar áreas representativas de ocorrência de amostras de Cerrado, Cerradão, Florestas Paludosas e Campos Higrófilos no vale do rio Messias, na região norte e nordeste do Parque Estadual;
- Preservar áreas de turfeiras ocorrentes no Parque;
- Preservar capões de mata na porção central do Parque;
- Proteger áreas com amostras de Campo Rupestre, nas regiões Leste e Oeste do Parque Estadual;
- Proteger espécies de sempre-vivas e outras espécies ornamentais na região do córrego São Miguel (campo do Tiago);
- Proteger as nascentes de recarga da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, sub-bacia do rio Pinheiros;
- Proteger espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção das famílias Orchidaceae, Ericaulaceae, Bromeliaceae, Velloziaceae e Cactaceae em áreas de Campos Rupestres;
- Proteger as espécies de mamíferos ameaçados de extinção (Deliberação COPAM 041/95);
- Proteger répteis endêmicos e/ou típicos de Cerrado (ex. jibóia, lagartos endêmicos, tais como *Tropidurus montanus* e *Eurolophosaurus nanuzae*);
- Proteger as populações de anfíbios (ex.: *Hyla saxicola*, *Thoropa* spp., *Leptodactylus gr. fuscus*, *Hyla nanuzae*) e a espécie de *Crossodactylus cf. bokermanni* (rã-das-corredeiras) nos riachos permanentes da UC;

QUADRO 4.02 - MATRIZ DE ANÁLISE ESTRATÉGICA - FORÇAS RESTRITIVAS E PREMISSAS DEFENSIVAS OU DE RECUPERAÇÃO

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
Pontos Fracos	Ameaças	Defensivas ou de Recuperação
<p>Situação fundiária não regularizada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência da demarcação dos limites; • Existência de posseiros e moradores; • Existência do Bairro Cidade Nova. 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão urbana de Diamantina e Mendanha em direção ao Parque. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações para subsidiar a regularização fundiária (Lei nº 10.267/2003).
<p>Pressão antrópica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caça e pesca; • Queimadas para renovação de pasto e rebrota de sempre-viva, • Presença de animais exóticos e domésticos; • Extração vegetal (candeia, sempre-vivas, plantas ornamentais, canela-de-ema); • Depredação do patrimônio arqueológico e histórico cultural; • Extração mineral (diamante, ouro, rocha e areia); • Presença de Barragem; • Poluição dos cursos d'água por dejetos humanos, lixo; • Estrada municipal cortando o Parque; • Presença de linhas de transmissão de energia e torres de retransmissão; • Presença de espécies exóticas e invasoras: pinus, eucalipto, pombo, pardal, abelha, tilápia; • Cultivo de espécies exóticas vegetais (braquiária, capim-gordura, milho, café, banana). 	<p>Pressão antrópica na região do entorno:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Expansão da área urbana de Diamantina e Mendanha; • Caça, pesca, extração vegetal e mineral (diamante, ouro, cristal e areia); • Cultura extrativista; • Queimadas; • Poluição dos cursos d'água, esgoto; • Presença da Fazenda Duas Pontes e Fazenda do Sr. Zé Fernandes; • Mineração nos rios Jequitinhonha e Pinheiros; • Criação de gado (pecuária), apicultura, bagre, carpa, pardal e pombo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conciliar a questão da preservação ambiental, através de Termos de Ajustamento de Conduta ou Termos de Compromisso com os posseiros/proprietários até a regularização fundiária; • Desenvolver programa de educação ambiental com a população do entorno; • Apoiar alternativas de desenvolvimento econômico sustentável para a população do entorno; • Implementar o Programa de Integração com as populações do entorno; • Implementar o Programa de Educação Ambiental levando conceitos de preservação para as populações locais; • Implementar o Programa de Controle e Monitoramento para a recuperação de áreas degradadas; • Controlar as espécies exóticas de dentro dos limites do Parque; • Monitorar o uso e ocupação do solo no entorno; • Incentivar práticas ambientais sustentáveis para o desenvolvimento na região do entorno (ex. criação de abelhas nativas - meliponicultura).

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
Pontos Fracos	Ameaças	Defensivas ou de Recuperação
<p>Gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parque não está implantado; • Ausência de infra-estrutura de apoio (policia; sistema de comunicação, sinalização, postos de controle e fiscalização e equipamentos de combate a incêndios); • Organização administrativa inexistente (recursos humanos); • Inexistência de rotina de fiscalização; • Recursos financeiros insuficientes; • Falta de regulamentação de pessoal (IEF); • Fácil acesso a todas as áreas do Parque; • Presença de estrada de circulação no Parque. 	<p>Fiscalização no entorno:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicas inadequadas de uso do solo (queimadas), deficiências de recursos humanos e estrutura para fiscalização (IEF); • Excesso de velocidade nas estradas de acesso ao Parque; • Insuficiência de pessoal para a fiscalização das atividades antrópicas ilegais que afetam o Parque, tais como: desmatamento, caça, pesca, queimadas, poluição; • Recursos do repasse do ICMS ecológico aos municípios, não aplicado especificamente nas questões ambientais; • Insuficiência de infra-estrutura e pessoal da Polícia Ambiental para vigilância e Fiscalização da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e Estabelecer o Conselho Consultivo do Parque; • Implementar o Plano de Manejo; • Criar um fundo de conservação para a gestão do Parque (compensação ambiental, doações, investimentos externos, parte da arrecadação com a visitação, outros); • Instalar e manter infra-estrutura de proteção (Posto de fiscalização e controle) no Parque; • Implementar a organização administrativa do Parque; • Estabelecer rotina de fiscalização no interior do Parque e no entorno; • Fazer gestão com DNIT / prefeitura de Diamantina para implantação de redutores de velocidade nas estradas de acesso; • Fazer gestão para relocar estrada municipal de acesso a Pinheiros; • Implementar e manter o Sistema de Informações Geográficas - SIG (base de dados científicos).
<p>Estrutura e infra-estrutura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de infra-estrutura de comunicação (telefone e internet) e rádio comunicação para maior agilidade de administração e fiscalização; • Ausência de equipamentos e pessoal capacitado em primeiros socorros; • Inexistência de instalações para manutenção de máquinas e equipamentos. 	<p>Estrutura e infra-estrutura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estradas mal conservadas; • Inexistência de sinalização; • Infra-estrutura de transporte regular inexistente para acesso ao Parque. • Inexistência de receptivo/posto de informação em Diamantina. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar o Programa de Operacionalização; • Implementar o Programa de Uso Público; • Implementar o Programa de Controle e Monitoramento; • Estabelecer parcerias com a Prefeitura de Diamantina para manutenção de estradas; • Fazer gestão para implantação de transporte regular para o Parque; • Implantar a estrutura de primeiros socorros.

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
Pontos Fracos	Ameaças	Defensivas ou de Recuperação
<p>Uso público:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visitação desordenada, causando erosão e compactação do solo nas trilhas; • Inexistência de estrutura e infra-estrutura de apoio ao turista (falta de: controle de acesso, monitores, sinalização e centro de visitantes); • Presença de lixo e poluição sonora; • Elevado número de turistas durante o Carnaval; • Depredação do patrimônio arqueológico, histórico-cultural; • Falta de informação por parte da população e usuários em geral sobre a existência de uma UC no local; • Falta de segurança nos atrativos existentes (presença de ladrões nas cachoeiras); • Presença de jipeiros, motoqueiros. 	<p>Uso público:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de capacitação e treinamento de guias; • Falta de preparo da população em relação ao turismo; • Infra-estrutura inadequada na Vila do Biribiri para atendimento aos turistas; • Carência de divulgação e infra-estrutura de lazer em Diamantina e região; • Ausência de proposta turística para Mendanha. • Presença de jipeiros, motoqueiros na região em rotas variadas; • Retirada e comercialização de material/utensílios históricos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenar o uso público no Parque, através da implantação do Programa de Uso Público; • Sensibilizar as comunidades do entorno; • Ordenar e monitorar a visitação; • Ampliar a capacidade administrativa (contratação de recursos humanos); • Integrar as comunidades do entorno nas atividades de uso público do Parque.
<p>Educação ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de um programa de educação e comunicação ambiental orientando quanto aos objetivos e finalidades do Parque; • Pouco esclarecimento do IEF às comunidades, quando da criação do Parque. 	<p>Educação ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As iniciativas de educação ambiental são pontuais e não englobam a realidade local (extrativismo mineral, vegetal); • Pouca divulgação do Parque, sobre a sua criação, objetivos, benefícios e restrições de uso; • Ausência de programas efetivos de educação ambiental para a população; • Posseiros/moradores sem conhecimento de preservação do meio ambiente; • Baixo nível de comprometimento da população com os objetivos do Parque. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar o Programa de Educação Ambiental; • Organizar sistema de divulgação para atuar nas comunidades (com temas voltados à conservação).

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
Pontos Fracos	Ameaças	Defensivas ou de Recuperação
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de sensibilização dos atuais garimpeiros. 	
<p>Meio físico:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fragilidade do meio físico (vulnerabilidade natural à erosão) intensificada pela ação antrópica; Processos erosivos nas trilhas, estradas, acessos, áreas de pastagens e de extração de minérios; Voçorocas na região central, estrada para a Vila do Biribiri, e junto ao limite Sul do Parque às margens da BR-367; Presença de áreas de empréstimo; Assoreamento e contaminação de cursos d'água (rio Jequitinhonha, ribeirão das Pedras e rio Pinheiros); Compactação do solo pelo uso de pastagem. 	<p>Meio físico:</p> <ul style="list-style-type: none"> Erosão nas estradas dificultando o acesso; Existência de várias formas de poluição dos cursos d'água (falta de saneamento básico, lixo); 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a recuperação de áreas degradadas e recuperação de matas ciliares; Monitorar e controlar o uso e ocupação do solo no entorno da UC; Recuperar e manter as estradas de acesso; Apoiar a integração das instituições nos diversos níveis (Federal, Estadual e Municipal) com o objetivo de implementar um programa de gestão de recursos hídricos (comitê de bacias).
<p>Pesquisa:</p> <ul style="list-style-type: none"> A demanda de pesquisa parte do pesquisador e não da necessidade do Parque; Inexistência de estruturas e infra-estrutura para apoio aos pesquisadores; Falta de definição em relação a pesquisas direcionadas para auxiliar a gestão do Parque; Pouco conhecimento científico sobre o Parque. 	<p>Pesquisa:</p> <ul style="list-style-type: none"> Poucos estudos sobre as espécies da fauna e da flora do entorno; Carência de recursos e de incentivo à pesquisa; Inexistência de programas de pesquisa; Banco de dados sobre pesquisa no Parque deficiente; Retorno dos resultados das pesquisas realizadas por pesquisadores ineficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar as pesquisas no Parque; Captar recursos (fomento) e investimentos; Priorizar as pesquisas de apoio ao manejo e gestão do Parque; Realizar cursos de capacitação interna para apoio a pesquisa e controle de informações; Implantar estruturas e infra-estrutura de apoio à pesquisa; Implementar o Sistema de Informações Geográficas.
<p>Capacidade suporte:</p> <ul style="list-style-type: none"> Insuficiência da área do Parque para a manutenção de populações de algumas espécies de aves e de grandes mamíferos 	--	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a área do Parque.

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
Pontos Fracos	Ameaças	Defensivas ou de Recuperação
<p>Alternativas de renda:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Extração de recursos naturais para subsistência de populações. 	<p>Alternativas de renda para o entorno:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alternativas econômicas para a população do entorno ineficientes, gerando pressão antrópica sobre o Parque, em busca de alternativa no extrativismo vegetal (sempre-vivas, orquídeas, madeira, etc.) e na caça, pesca e captura de animais; • Ausência de integração entre políticas de desenvolvimento regional e falta de continuidade de linhas existentes; • Ausência de integração entre os programas de desenvolvimento existentes da região; • Carência de políticas públicas corretas voltadas para a realidade do entorno; • Falta de qualificação e capacitação profissional da população do entorno. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar as alternativas de desenvolvimento econômico no entorno, visando diminuir a pressão sobre os recursos naturais do Parque tais como: produção de artesanato, mel silvestre, cachaça artesanal, doces caseiros, produção de mudas, manejo e comercialização de essências florestais de interesses farmacológicos, cosméticos (óleo de candeia), alimentícios, ornamentais, etc.; • Fomentar o turismo sustentável.
<p>Pesquisa mineral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de pedidos (requerimentos) de pesquisa e lavra no Parque. 	<p>Pesquisa mineral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de pedidos de pesquisa e lavra no entorno direto do Parque. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar convênio de cooperação técnica entre IEF/SEMAD com DNPM regional e Prefeitura de Diamantina (CODEMA) para integrar as ações de licenciamento mineral e ambiental, visando compatibilizar as linhas de atuação voltadas ao cumprimento dos objetivos da UC; • Estabelecer parcerias com a COOPERGADI (Cooperativa Regional Garimpeira de Diamantina) e a ACID (Associação Comercial de Diamantina), visando apoio técnico as atividades minerárias.

QUADRO 4.03 - MATRIZ DE ANÁLISE ESTRATÉGICA - FORÇAS IMPULSORAS OU PREMISSAS OFENSIVAS OU DE AVANÇO

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
Pontos Fortes	Oportunidades	Ofensivas ou de Avanço
<p>Relevância e biodiversidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença de diferentes habitats bem preservados e singulares; • Banco de germoplasma; • Presença de sítios reprodutivos para espécies de elevada valência ecológica (exigentes); • Amostra da biodiversidade do Bioma Cerrado; • Localização do Parque na cadeia do Espinhaço, onde ocorrem muitos endemismos (área prioritária para conservação); • Existência de fauna e da flora típica do cerrado, com presença de espécies endêmicas; • Ocorrência de formações savânicas, campestres e florestais; • Reduto de fauna regional; • Ocorrência de espécies raras e ameaçadas; • Ocorrência de sítios arqueológicos, históricos e culturais; • Abriga grande quantidade de nascentes; • Geomorfologia diferenciada; • Ocorrência de Turfeiras; • Importância científica das formações geológicas (ocorrências únicas); • Região de nascentes do rio Jequitinhonha; • Presença da Serra do Espinhaço, Serra dos Poções e Serra dos Cristais. 	<p>Relevância e biodiversidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Região prioritária para conservação da biodiversidade no Estado; • A presença da Serra dos Poções/Serra dos Cristais, que forma um corredor ecológico com o Parque Estadual do Rio Preto; • Presença de remanescentes a Norte do Parque que permitirão a sua ampliação; • Existência de outras UC na região; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um Grupo de Trabalho (IEF, SEMAD, COPAM, PRODETUR, Prefeitura, Conselho Consultivo) com vistas à implementação de corredores ecológicos e/ou mosaicos; • Criar e implementar o Conselho Consultivo; • Implementar ações para ampliação da área do Parque.

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
Pontos Fortes	Oportunidades	Ofensivas ou de Avanço
<p>Uso público:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande potencial ecoturístico; • Existência de trilhas; • Existência de belezas cênicas (cachoeiras, montanhas e geoformas), permitindo várias modalidades de ecoturismo; • Possibilidade de desenvolver o turismo científico; • Existência de rico patrimônio arqueológico, histórico e cultural (Caminho dos Escravos, pinturas rupestres e lapas). 	<p>Uso público:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de diversos atrativos na região, diminuindo a pressão sobre o Parque; • Infra-estrutura razoável em Diamantina; • Diamantina ter o título de Patrimônio Cultural da Humanidade; • Presença da Vila do Biribiri, como apoio ao desenvolvimento do turismo e referência histórica; • Atual Governo comprometido com o desenvolvimento do turismo; • Existência do CONTUR (Conselho de Turismo) nos municípios; • Existência de programas voltados para o desenvolvimento do turismo (Estrada Real, PRODETUR, Turismo Solidário, Pólo Turístico do Jequitinhonha, entre outros); • A existência do Núcleo Estratégico de Ecoturismo do IEF. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar o Programa de Uso Público do Parque; • Integrar o Parque nos roteiros dos programas de desenvolvimento turístico regionais existentes.
<p>Pesquisa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potencial para pesquisas no meio físico; • Potencial para pesquisas com a fauna; • Potencial para pesquisas de plantas medicinais, ornamentais, alimentícias e madeiráveis, plantas para recuperação de áreas degradadas; • Potencial para estudos da biodiversidade; • Potencial para pesquisa arqueológica, histórica e cultural. 	<p>Pesquisa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade com a FAFEID (Faculdades Federais Integradas de Diamantina), possibilidade de criação de viveiro, curso de especialização em análise de impactos ambientais e recuperação de áreas degradadas, espaço para criação de um Museu de História Natural e interesse de abertura de frentes de pesquisa; • Presença de Instituições de ensino e interesse de pesquisas na região; 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar linhas de pesquisa prioritárias para o Parque; • Buscar consolidação de parcerias com instituições de pesquisa atuantes na região; • Apoiar a pesquisa científica no Parque ofertando infra-estrutura e logística; • Ampliar as pesquisas no Parque; • Captar recursos (fomento) e investimentos; • Fomentar a criação do Instituto do Diamante.

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
Pontos Fortes	Oportunidades	Ofensivas ou de Avanço
	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhos de pesquisa para recuperação de áreas degradadas; • Pesquisa geológica e geomorfologia em realização (Instituto Eschwege); • Interesse de pesquisadores em atuar na região. 	
<p>Gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano de manejo; • Convênio com o Corpo de Bombeiros de Diamantina • Disponibilização de recursos para a elaboração do Plano de Manejo. 	<p>Gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casa na Vila do Biribiri, em processo de doação pela Estamparia; • Recursos financeiros via compensação ambiental; • Atual Governo comprometido com a causa ambiental; • Presença da Polícia Ambiental e Corpo de Bombeiros em Diamantina; • Presença do escritório regional do IEF em Diamantina; • Presença de URC/COPAM em Diamantina • Recursos possíveis provenientes de programas governamentais, de iniciativa privada e de organizações não governamentais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formalizar e reforçar parcerias com órgãos públicos, para auxiliar na fiscalização da Unidade; • Implementar programa e operacionalização; • Criação e implementação do Conselho Consultivo do parque; • Instalar e manter estruturas e infra-estruturas no Parque; • Implantar a organização administrativa do Parque; • Criar um fundo de conservação para gestão do Parque; • Buscar a integração das instituições nos diversos níveis (federal, estadual e municipal) compatibilizando as linhas de atuação voltadas ao cumprimento dos objetivos da UC; • Buscar recursos e financiamentos junto as instituições com potencial de apoio ao Parque.
<p>Alternativas de desenvolvimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Parque tem potencial para gerar empregos; • Possibilita a arrecadação de ICMS Ecológico e a geração de renda para o comércio local; • Contribui para o aumento do fluxo de turismo para a região. 	<p>Alternativas de desenvolvimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de alternativas de desenvolvimento econômico no entorno, tais como: produção de artesanato, mel silvestre, cachaça artesanal, doces caseiros, produção de mudas, manejo e comercialização de essências florestais de interesses farmacológicos, cosméticos, alimentícios, artesanais, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participar/integrar planos e projetos coordenados pelas comunidades e associações representativas; • Desenvolver estudos sobre os sistemas de produção agrícola e florestal mais adequados às condições sociais e ambientais da região; • Difundir junto às comunidades do entorno

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
Pontos Fortes	Oportunidades	Ofensivas ou de Avanço
	<p>alimentícios, ornamentais, etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crescimento regional, com aumento da geração de empregos e renda; • Prefeitura municipal interessada na preservação; • Intercâmbio com organismos internacionais nos diversos sentidos; • A biodiversidade, aliada às necessidades de desenvolvimento social, atrai programas internacionais de investimento. • Proximidade com o rio Jequitinhonha. 	<p>sistemas agrícolas adequados às condições ambientais e socioeconômicas da região;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a implantação de oficinas de artesanato; projetos de ecoturismo no entorno gerando empregos para a comunidade local.
<p>Integração com o Entorno:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existe interesse e iniciativas de interagir com a comunidade. 	<p>População local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mateiros experientes; • Comunidades participativas no entorno interessadas em defender seu patrimônio natural; • Disponibilidade da comunidade para superar os conflitos, buscando o entendimento; • Interesse da comunidade em apoiar o Parque na fiscalização; • Histórico conservacionista da região. <p>Parcerias e recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parceria com a Prefeitura de São Gonçalo, AMAJE; ProteRio, entre outros; • Existência de ONG's no entorno que querem atuar; • Existência de grupos organizados (sindicatos, ONG's, associações). <p>Recursos:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar o Programa de Integração com o entorno; • Implantar e implementar o Programa de Educação Ambiental integrado com o entorno.

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
Pontos Fortes	Oportunidades	Ofensivas ou de Avanço
	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de recursos financeiros no FNMA para o apoio a comunidades de entorno de UC's (edital aberto); • Recursos financeiros disponíveis no MMA para o manejo e pesquisa no Parque; • ICMS Ecológico em Diamantina; • A existência de programas que financiam recursos para a preservação da biodiversidade do Parque (PRODETUR/PNMA I); • Recursos financeiros através do Governo do Estado e outras instituições; • Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de pesquisa na área do cerrado (FNMA, etc.). 	
<p>Proteção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa de Prevenção e Combate a Incêndios em elaboração. 	<p>Proteção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa Integrado de Prevenção e Combate a Incêndios em convênio com o corpo de bombeiros e outras instituições. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar Programa de Fiscalização e Controle.

- Proteger aves endêmicas da Cadeia do Espinhaço, tais como o beija-flor-de-gravata-verde (*Augastes scutatus*), *Scytalopus* sp. nov., rabo-mole-da-serra (*Embernagra longicauda*) e o lenheiro-da-serra-do-cipó (*Asthenes luizae*);
- Promover o conhecimento do histórico de ocupação humana na região;
- Promover a conectividade de áreas de florestas da região central do Parque com as Matas Ciliares do vale do rio Pinheiros;
- Promover a educação e interpretação ambiental na UC enfocando os aspectos geológicos, geomorfológicos, arqueológicos e históricos e culturais do Parque Estadual e região do entorno;
- Possibilitar atividades de ecoturismo, turismo histórico, cultural e científico, de acordo com a capacidade de carga do Parque Estadual;
- Viabilizar o uso público no Parque através do Lazer e do Ecoturismo, em todas as modalidades compatíveis com a sua identidade geomorfológica, arqueológica, histórica, cultural e científica;
- Fomentar o turismo ligado a história da exploração do Diamante;
- Promover integração com instituições locais visando o desenvolvimento econômico;
- Proteger o patrimônio arqueológico pré-colonial, pinturas rupestres da Tradição Planalto;
- Proteger o patrimônio histórico: sítios de mineração, lapas de tropeiros e caminho de tropas;
- Promover o processo de sensibilização da população do entorno sobre a proibição do uso dos recursos naturais do Parque; e,
- Promover a participação comunitária no desenvolvimento e implementação de alternativas econômicas sustentáveis no entorno, com o objetivo de cessar a pressão sobre os recursos naturais do Parque.

4.4 - Zoneamento

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei n^o 9.985/00, entende-se por zoneamento a: “definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

No quadro 4.04 apresenta-se a distribuição das áreas no zoneamento e a figura 4.01 apresenta o mapa do zoneamento do PEB.

QUADRO 4.04 - ZONAS DEFINIDAS E REFERIDAS ÁREAS

ZONAS	ÁREA (ha)	%
Zona Primitiva	5.320,35	30,5
Zona Histórico-cultural	96,99	0,5
Zona de Uso Extensivo	68,91	0,3
Zona de Uso Intensivo	117,02	1,0
Zona de Uso Especial	403,68	2,3
Zona de Recuperação	11.093,23	63,6
Zona de Uso Conflitante	186,06	1,0
Zona de Ocupação Temporária	142,72	0,8
Total	17.428,96	100

Nos itens a seguir são caracterizadas individualmente as zonas estabelecidas para o Parque Estadual, incluindo a sua definição, de acordo com o SNUC, os objetivos específicos de manejo, a descrição e as normas inerentes ao seu manejo.

4.4.1 - Zona Primitiva

- **Definição**

“É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir características de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo.”

- **Objetivos específicos**

- Proteger espécies da fauna e da flora, principalmente as raras, ameaçadas de extinção e endêmicas da Serra do Espinhaço;
- Preservar áreas representativas de ocorrência de amostras de Cerrado, Cerradão, Florestas Paludosas e Campos Higrófilos no vale do rio Messias, na região Norte e Nordeste do Parque;
- Preservar áreas de turfeiras ocorrentes no Parque;
- Preservar capões de mata na porção central do Parque;
- Proteger áreas com amostras de Campo Rupestre, nas regiões Leste e Oeste do Parque;
- Proteger espécies de sempre-vivas e outras espécies ornamentais na área região do córrego São Miguel (campo do Tiago);
- Proteger as nascentes de recarga da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, sub-bacia do rio Pinheiros, mantendo e assegurando a qualidade hídrica; e,
- Proteger espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção das famílias Orchidaceae, Ericaulaceae, Bromeliaceae, Velloziaceae e Cactaceae em áreas de Campos Rupestres.

- **Descrição**

A Zona Primitiva compreende:

- Área na porção Leste, com áreas de Floresta Estacional, Campo Limpo, Campo Rupestre e Cerrado Ralo, esta área abrange ainda as nascentes dos córregos Carrapato, Areia Branca, Guaraí e Mendanha; e,
- Área na porção Centro-Oeste a Noroeste, com áreas de Cerrado, Campo Limpo e Campo Rupestre. Essa área abrange ainda as nascentes dos córregos dos Mulatos, Messias, do Pio e do Campo.

- **Normas**

- As atividades humanas permitidas nessa Zona são aquelas de fiscalização, proteção, pesquisa científica e monitoramento, visitação restritiva e de baixo impacto voltada para interpretação e educação ambiental, definidas nos respectivos programas;

**FIGURA 4.01 - MAPA DO ZONEAMENTO E ZONA DE AMORTECIMENTO DO
PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI**

VERSO DO MAPA (plástico)

- A visitação nessa Zona é restrita e somente será permitida mediante autorização;
- As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais;
- Não é permitida a implantação de infra-estruturas a exceção das trilhas, necessárias para fiscalização, proteção, manutenção, pesquisa científica, monitoramento e visitação restritiva e de baixo impacto;
- É proibido o tráfego de veículos nessa Zona, exceto em ocasiões especiais, em caso de necessidade de proteção do Parque; e,
- A fiscalização deverá ser constante.

4.4.2 - Zona Histórico-Cultural

- **Definição**

“É aquela onde são encontradas amostras do patrimônio histórico/cultural ou arqueológico-paleontológico, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico”.

- **Objetivos específicos**

- Proteger o patrimônio arqueológico pré-colonial (pinturas rupestres da Tradição Planalto);
- Proteger o patrimônio histórico: sítios de mineração, lapas de tropeiros e caminho de tropas;
- Proteger o patrimônio histórico e cultural do Parque, com a disseminação do conhecimento sobre a arqueologia local, através da educação e interpretação ambiental; e,
- Propiciar atividade de visitação orientada, à educação e interpretação ambiental, proteção e pesquisa científica.

- **Descrição**

Essa Zona corresponde aos sítios de interesse arqueológico, como o Caminho dos Escravos, Barragem do Biribiri no córrego Soberbo, lapas, lapas contendo inscrições rupestres, sítio de mineração, capela, cemitério e muro da Fazenda Santa Apolônia. Foi definido um *buffer* (área tampão) de 50 metros para cada sítio identificado.

- **Normas**

- São permitidas atividades de educação e interpretação nos sítios arqueológicos definidos no respectivo programa, além das atividades de fiscalização, proteção, pesquisa científica e monitoramento, também definidas nos respectivos programas;
- As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade do patrimônio arqueológico e histórico-cultural, e dos recursos naturais, devendo ocorrer de maneira a não conflitarem com os objetivos de manejo dessa Zona;

4.18

- Quando a visitação não for permitida, os atributos desta Zona poderão ser interpretados para os visitantes no Centro de Visitantes;
- A sinalização admitida é aquela indispensável à proteção dos recursos histórico-culturais, e arqueológicos do Parque e a proteção e segurança do visitante;
- É permitida a implantação de estrutura quando necessária às atividades previstas nos programas, desde que não interfiram significativamente na paisagem natural; e,
- Todos os procedimentos deverão obedecer às instruções normativas, preconizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e legislação pertinente.

4.4.3 - Zona de Uso Extensivo

- **Definição**

“É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo”.

- **Objetivos específicos**

- Promover a educação e interpretação ambiental na UC enfocando os aspectos geológicos, geomorfológicos, históricos e culturais do Parque;
- Viabilizar o uso público no Parque através do Lazer e do Ecoturismo, em todas as modalidades compatíveis com a sua identidade geomorfológica, histórica, cultural e científica; e,
- Proporcionar temas de uso público e de educação ambiental, através dos ecossistemas e belezas cênicas presentes no Parque.

- **Descrição**

A Zona de Uso Extensivo compreende:

- Trilha das Cachoeiras, que parte da cachoeira da Sentinela, chegando próximo à barragem do Biribiri;
- Trilha da Cachoeira do Barris, que parte da portaria em Mendanha, segue passando pelo córrego do Palmital até a cachoeira do córrego do Barris; e,
- As trilhas considerando um *buffer* (área tampão) de 30 metros para cada lado.

- **Normas**

- As atividades humanas permitidas nessa Zona são aquelas de fiscalização, proteção, pesquisa científica e monitoramento, interpretação, recreação de mínimo impacto, visitação, educação e interpretação ambiental, definidas nos respectivos programas;

- As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais, devendo ocorrer de maneira a não conflitarem com os objetivos de manejo desta Zona;
- É permitido e incentivado o desenvolvimento de atividades interpretativas e de educação ambiental, especialmente para facilitar a apreciação e o conhecimento do Parque;
- A implantação de infra-estrutura nessa zona será permitida somente quando necessárias às atividades previstas nos programas, e desde que não venha a interferir significativamente na paisagem natural;
- Todas as obras e instalações deverão ter um mesmo padrão arquitetônico, devendo causar mínimo impacto visual e estar em harmonia com a paisagem e com os objetivos dessa Zona;
- A sinalização admitida é aquela indispensável à proteção dos recursos naturais do Parque e à segurança e proteção do visitante, sendo que as trilhas deverão ser sinalizadas com informações educativas e/ou interpretativas, bem como sobre os cuidados a serem tomados pelos visitantes;
- A circulação de pedestres somente poderá ser realizada nas trilhas destinadas a tal finalidade, não são permitidos deslocamentos fora dos locais autorizados;
- O acesso de visitantes às trilhas somente será realizado acompanhado de um guarda-parque ou monitor treinado e credenciado, sendo que o número de visitantes por grupo deverá ser compatível com a capacidade de suporte da trilha;
- A utilização de veículos motorizados somente será permitida em casos de prestação de socorro, fiscalização e situações consideradas especiais; e,
- As normas básicas e fundamentais do comportamento esperado dos visitantes deverão ser informadas aos mesmos, no Centro de Visitantes ou na Portaria.

4.4.4 - Zona de Uso Intensivo

- **Definição**

“É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços”.

- **Objetivos específicos**

- Viabilizar o uso público no Parque através da implantação de infra-estrutura de Lazer e do Ecoturismo, em todas as modalidades compatíveis com a sua identidade geomorfológica, histórica, cultural e científica;
- Propiciar atividade de visitação, recreação, educação e interpretação ambiental, proteção e pesquisa científica; e,
- Proporcionar temas de recreação e lazer orientado para os visitantes em contato com os ecossistemas presentes.

- **Descrição**

A Zona de Uso Intensivo engloba as seguintes áreas:

- Área da porção Sul do Parque, próximo ao bairro Cidade Nova. Essa área deverá conter, o centro de visitantes e a portaria principal;
- Área na porção Sudoeste, onde está localizada a cachoeira e a lapa da Sentinela, entre o ribeirão das Pedras e o córrego Sentinela. A infra-estrutura a ser implantada nessa área é o estacionamento, estrutura de apoio ao uso público e primeiros socorros;
- Estrada de acesso ao Parque e a Vila do Biribiri, devendo ter um posto de controle no entroncamento com a estrada municipal, com um *buffer* de 30 m para cada lado; e,
- Estrada dos Cristais (estrada paralela ao córrego Soberbo), com um *buffer* de 30 metros para cada lado da trilha. Ao redor da cachoeira dos Cristais o *buffer* é de 50 m. Próximo ao córrego da Roda, deverá haver uma área de estacionamento, para que os visitantes deixem o automóvel e sigam a pé para percorrer o Caminho dos Escravos.

- **Normas**

- As atividades humanas permitidas nessa Zona são aquelas de fiscalização, visitação, lazer, recreação, proteção, pesquisa científica e monitoramento, interpretação e educação ambiental, definidas nos respectivos programas;
- Será permitida a visitação de forma mais intensa, visando ampliar, diversificar e ofertar atividades de uso público, diminuindo assim a concentração e o impacto sobre os recursos naturais;
- As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais, devendo ocorrer de maneira a não conflitarem com os objetivos de manejo dessa Zona;
- Todo visitante, para ter acesso aos atrativos, deverá passar pelo Centro de Visitantes onde deverão ser instruídos a respeito das normas e regulamentos do Parque;
- A construção de estruturas será permitida somente quando necessárias às atividades previstas nos programas. Todas as obras e instalações deverão ter um mesmo padrão arquitetônico (arquitetura bioclimática), devendo causar mínimo impacto visual e estar em harmonia com a paisagem e com os objetivos dessa Zona;
- Todas as áreas naturais a serem modificadas deverão receber tratamento paisagístico com espécies nativas;
- A sinalização admitida é aquela indispensável à proteção dos recursos do Parque e à segurança e proteção do visitante;
- A circulação de veículos particulares e do Parque será restrita as estradas que levam as cachoeiras, a Vila do Biribiri e a estrada dos Cristais, sendo que os veículos deverão transitar em baixa velocidade (máximo 30 km) e sendo proibida a utilização de buzinas; e,
- É permitido e incentivado o desenvolvimento de atividades interpretativas e de educação ambiental, especialmente para facilitar a apreciação e o conhecimento do Parque.

4.4.5 - Zona de Uso Especial

- **Definição**

“É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da Unidade de Conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia da Unidade de Conservação.”

- **Objetivos específicos**

- Abrigar a infra-estrutura necessária ao desempenho das atividades de administração, fiscalização, proteção, manutenção e pesquisa científica; e,
- Possibilitar o desenvolvimento das atividades de administração, fiscalização, proteção, manutenção e pesquisa científica no Parque.

- **Descrição**

A Zona de Uso Especial compreende:

- *Buffer* (área tampão) de 50 metros no perímetro do Parque, nas porções Sul, Leste, Noroeste e Oeste, e uma parte da porção Nordeste até o limite com o rio Jequitinhonha;
- Área ao Sul, onde deverá conter o centro administrativo, o centro de manutenção e apoio ao funcionário, a portaria principal e a estrada de acesso as estruturas;
- Trilha existente na porção Norte do Parque, no sentido Leste/Oeste, saindo do rio Jequitinhonha, atravessando o córrego Caetano Monteiro, até o rio Pinheiros;
- Trilha na porção central do Parque, partindo da estrada paralela ao córrego Soberbo em direção à fazenda do Sr. Geraldo Miranda;
- Estrada na porção Sul do Parque, seguindo paralela às torres de transmissão; e,
- Trilha na porção Sul do Parque contornando o bairro Cidade Nova.

- **Normas**

- Essa Zona é destinada a conter a sede da Unidade e a centralização dos serviços, não comportando visitação, sendo o acesso e circulação permitidos somente as pessoas autorizadas pela administração do Parque;
- A implantação de qualquer infra-estrutura deverá ser autorizada pelo IEF e estar em harmonia com o ambiente, e preferencialmente utilizar tecnologias de baixo impacto e estar visualmente isolada das áreas de uso público;
- O estacionamento de veículos nessa Zona somente será permitido aos funcionários, pesquisadores e prestadores de serviços;
- Os veículos deverão transitar em baixa velocidade (máximo 30 km), sendo proibida a utilização de buzinas;
- Essa Zona deverá conter locais específicos para o depósito dos resíduos gerados no Parque, os quais deverão ser removidos para o aterro controlado do município de Diamantina.

4.4.6 - Zona de Recuperação

- **Definição**

“É aquela que contém áreas consideravelmente antropizadas. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das Zonas Permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente induzida”.

- **Objetivos específicos**

- Promover a recuperação dessa Zona de maneira natural ou induzida;
- Promover temas de pesquisa e monitoramento ambiental; e,
- Recuperar e reintegrar as áreas ao ecossistema original existente no Parque.

- **Descrição**

A Zona de Recuperação abrange as áreas onde ocorreram ou vêm ocorrendo alterações no estado de conservação do Parque, isso devido à ocupação ou diferentes formas de apropriação dos recursos naturais por atividades humanas.

A Zona de recuperação compreende a maior parte do Parque, englobando áreas ao sul, leste, oeste, norte e porção central do Parque.

São áreas muito degradadas em decorrência de anos de intensa utilização pelo homem, onde os ambientes encontram-se muito alterados, com invasão de espécies exóticas, erosão no solo, extração de espécies vegetais, garimpo, extração de areia, caça, pesca e uso desordenado do turismo.

- **Normas**

- As atividades desenvolvidas deverão ter como objetivo recuperar as áreas alteradas de maneira natural ou induzida, definidas nos respectivos projetos específicos;
- Nas atividades de recuperação induzida somente poderão ser utilizadas espécies nativas, devendo ser controladas e gradativamente, eliminadas as espécies exóticas;
- Os trabalhos de recuperação poderão ser interpretados para o público no Centro de Visitantes;
- Serão permitidas as atividades humanas relativas à fiscalização, pesquisa científica, educação ambiental direcionada e monitoramento ambiental;
- O acesso a essa Zona será restrito aos pesquisadores, pessoas em visitas técnicas e educativas e funcionários do Parque;
- A visitação com finalidade educacional será permitida desde que autorizado pelo IEF e acompanhada por guarda-parque ou monitor, sendo as visitas previamente agendadas;
- Serão permitidas técnicas de recuperação direcionadas, indicadas e apoiadas por estudos científicos, os quais devem ser compatíveis com os objetivos dessa Zona e devidamente autorizados pelo IEF;

- Somente serão instaladas infra-estrutura e trilhas necessárias para condução das ações de recuperação, educação ambiental e interpretação, pesquisa e monitoramento. Tais instalações deverão ser provisórias;
- Essa Zona é provisória e após realizada a recuperação, a área deverá ser incorporada a uma zona permanente.

4.4.7 - Zona de Uso Conflitante

- **Definição**

Segundo o Roteiro Metodológico (IBAMA, 2002): “Constituem-se em espaços localizados dentro de uma Unidade de Conservação, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da Unidade, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. São áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, cabos óticos e outros.”

- **Objetivo geral**

O objetivo de manejo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a Unidade de Conservação.

- **Objetivos específicos**

Contemporizar a situação conflitiva das instalações existentes no interior do Parque, tais como a estrada municipal, as torres de transmissão e sua via de acesso, a barragem do Biribiri, a linha de transmissão de energia do Biribiri e o Posto Policial na BR-367.

- **Descrição**

A Zona de Uso Conflitante é constituída por:

- Estrada municipal de Diamantina-Pinheiros, que corta o Parque no sentido Sul-Oeste;
- Área de captação de água para a Vila do Biribiri, região Centro-Oeste do Parque;
- Barragem do Biribiri, localizada no ribeirão das Pedras;
- Torres de transmissão na porção Sul;
- Via de acesso até as torres, com entrada pela BR-367, próximo a FAFEID;
- Posto Policial na margem da BR-367;
- Linha de transmissão de energia e sua faixa de domínio (15 metros), na porção Leste do Parque; e,
- Linha de transmissão de energia do Biribiri, que transmite energia produzida na Vila do Biribiri até a fábrica da Estamparia S. A. em Diamantina (a qual deverá ser mapeada).

- **Normas**

- A Zona de Uso Conflitante deverá ser objeto de pesquisas científicas direcionadas a analisar e quantificar os impactos causados sobre a

4.24

biodiversidade local, a fim de subsidiar as ações necessárias para minimização dos mesmos;

- São permitidas atividades de fiscalização, pesquisa científica e monitoramento, definidas nos respectivos programas;
- A sinalização admitida é aquela indispensável à proteção dos recursos do Parque e a segurança das pessoas que circulam no local;
- A circulação de pedestres somente poderá ser realizada nas áreas sinalizadas a tal finalidade;
- A utilização de veículos motorizados nessa Zona, somente será permitida em casos de pesquisa, proteção, prestação de socorro, serviços e outras situações que sejam consideradas especiais. A velocidade máxima permitida é de 30 km, não sendo permitida a utilização de buzinas;
- O tráfego de veículos na estrada municipal (Diamantina/Pinheiros) está sujeito às normas do Parque e os usuários e veículos deverão ser cadastrados. A velocidade máxima permitida é de 30 km;
- O serviço de manutenção dos empreendimentos deverá ser acompanhado por funcionários do Parque;
- Em caso de acidentes ambientais a gerência do Parque deverá buscar orientação para procedimentos na Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998); e,
- Os riscos representados por esses empreendimentos deverão ser definidos caso a caso e deverão subsidiar a adoção de ações de prevenção, e quando for o caso de mitigação dos impactos gerados.

4.4.8 - Zona de Ocupação Temporária

- **Definição**

“São áreas dentro das Unidades de Conservação onde ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso. Zona Provisória, uma vez realocada a população, será incorporada a uma das Zonas Permanentes.”

- **Objetivos específicos**

- Promover as ações necessárias para a regularização fundiária nas áreas onde ocorrem concentrações humanas; e,
- Realizar ações de controle e fiscalização para que não haja incremento populacional nas áreas.

- **Descrição**

Os critérios para definição dessa Zona reportaram-se ao mapeamento dos moradores residentes no interior da UC, através de imagens de satélite, apoiada pelos dados primários de campo, quando do levantamento socioeconômico para o presente plano de manejo. Cabe ressaltar que estão apontados os usuários identificados no diagnóstico, sendo necessário um levantamento cadastral de todos os moradores e não moradores que possuem atividades no Parque. As áreas de uso não puderam ser delimitadas em função das atividades desenvolvidas serem predominantemente de pecuária extensiva.

A Zona de Ocupação Temporária abrange ainda, o ramal da estrada municipal, que permite o acesso a Fazenda Mil Oitavas, região Sul do Parque e o bairro Cidade Nova.

- **Normas**

- Para essa Zona serão estabelecidos Termos de Ajustamento de Conduta ou Termo de Compromisso com as populações residentes/não residentes no Parque, que estabelecerá as ações caso a caso e as normas específicas, até que a o processo de regularização fundiária seja realizado;
- Deverá ser fiscalizado o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta ou Termo de Compromisso;
- As áreas, após passarem pelo processo de regularização fundiária, serão incorporadas a Zona de Recuperação, não sendo admitida à visitação;
- As estruturas existentes poderão ser mantidas e utilizadas desde que atendam a algum objetivo específico de manejo do Parque; e,
- Deve-se buscar parcerias entre as comunidades que utilizam essa Zona, visando compartilhar a gestão e minimização dos impactos sobre os recursos naturais.

4.4.9 - Zona de Amortecimento

- **Definição**

“O entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

- **Descrição**

Os critérios identificados para definição da zona de amortecimento foram os limites geográficos facilmente visualizáveis em campo e a existência de outras unidades de conservação, que, por suas similaridades de apropriação dos recursos naturais, e/ou objetivos de manejo, possibilitarão a proteção dos recursos naturais e o fluxo gênico das populações florísticas e faunísticas do Parque Estadual do Biribiri. Os limites estabelecidos para a Zona de Amortecimento (figura 4.01) foram:

- **Limite Norte:** rio Caeté-Mirim;
- **Limite Sul:** existe uma interrupção na Zona de Amortecimento, pois o Parque faz divisa com a sede do município de Diamantina;
- **Limite Leste:** do Norte para o Sul, abrange uma escarpa a Leste do rio Jequitinhonha, englobando diversas nascentes que vertem para o rio Jequitinhonha, até o distrito de Mendanha, onde contorna o distrito. A partir de Mendanha acompanha a divisa dos municípios de Couto de Magalhães de Minas e Diamantina, descendo até o córrego das Pindaíbas, seguindo pelo córrego Cafundó, cortando os córregos Currealzinho e Ponte Quadrada, seguindo pelo córrego da Palha, até o limite do Parque; e,
- **Limite Oeste:** a partir do córrego Tijuco, no limite do Parque, abrange as nascentes do córrego da Toca, segue pelo córrego da Toca, cruza os ribeirões Caldeirão e do Guinda, córrego do Cigano, São Nicolau, desviando assim do Distrito de Sopa e Guinda. Segue pela estrada que leva a Quartéis, subindo pelo córrego da Guiné, até encontrar com o rio Caeté-Mirim.

- **Normas**

- As atividades a serem implantadas na ZA deverão ser compatíveis com os objetivos específicos de manejo do Parque, nem comprometer a integridade do seu patrimônio;
- As comunidades residentes na Zona de Amortecimento do Parque deverão ser inseridas nas atividades de educação ambiental, integração e alternativas de desenvolvimento previstas no plano de manejo do Parque;
- Deverá ser implantado um Programa de Educação Ambiental para os moradores dessa Zona, visando à correta utilização e a conservação dos recursos naturais, arqueológico e histórico culturais;
- O monitoramento e controle do uso e ocupação do solo na Zona de Amortecimento deverá ser realizado por meio de visitas, sobrevôos e análise de imagens de satélite e/ou fotografias aéreas obtidas de forma periódica;
- A fiscalização da Zona de Amortecimento é de responsabilidade do IEF, sendo que o mesmo poderá atuar em convênio com a Polícia Federal, Polícia Ambiental e Ministério Público, quando for o caso;
- A rotina de fiscalização no Parque deve contemplar também, na medida do possível, incursões e rondas na zona de amortecimento;
- Os equipamentos a serem utilizados na fiscalização deverão obedecer às normas legais, com material de radiocomunicação e outros equipamentos de segurança adequados;
- Deverá ser recomendada a adequação do uso de agrotóxicos, bem como outros produtos químicos prejudiciais à biota aquática;
- O monitoramento das alterações do uso do solo na ZA deverá também, ser realizado por meio da utilização de imagens de satélite;
- O IEF e a COPASA deverão monitorar a qualidade das águas do ribeirão do Guinda e do ribeirão do Tijuco, com vistas a garantir a qualidade hídrica do ribeirão das Pedras;
- O IEF deverá participar das deliberações em processo de licenciamento de empreendimentos na ZA.

4.4.10 - Síntese do Zoneamento

No quadro 4.05 apresenta-se a síntese do zoneamento, onde são listados os critérios utilizados para a definição de cada zona, a caracterização ambiental (meios biótico e abiótico), os principais conflitos e os usos permitidos.

QUADRO 4.05 - SÍNTESE DO ZONEAMENTO

CRITÉRIOS DE ZONEAMENTO	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL		PRINCIPAIS CONFLITOS	USOS PERMITIDOS
	MEIO FÍSICO	MEIO BIÓTICO		
ZONA PRIMITIVA				
Áreas mais conservadas; Presença de espécies raras, ameaçadas e endêmicas; Ocorrência de Cerrado, Campo Limpo, Campo Rupestre e Floresta Estacional.	Região nordeste, relevo ondulado a forte ondulado, com existência de encostas e encostas suaves a planas, Região leste, relevo ondulado com encostas suaves, Solos: Neossolo Litólico Psamítico típico, Afloramentos de rocha, Neossolo Quartzarênico Órtico típico, Latossolo vermelho Acriférico típico, Neossolo Quartzarênico Hidromórfico típico, Neossolo Flúvico Psamítico típico.	Cerrado, Campo Limpo, Campo Rupestre e Floresta Estacional; Evidências de espécies importantes para a conservação da fauna, A área localizada na porção Norte/Oeste, representa refúgio para as espécies de médio e grande porte.	Espécies exóticas; Linha de transmissão; Assoreamento de cursos d'água (rio Pinheiros); Alto risco de fogo; Extração de recursos naturais.	Fiscalização; Proteção; Pesquisa e Monitoramento; Visitação restritiva e de baixo impacto; Educação e interpretação ambiental.
ZONA DE USO EXTENSIVO				
Trilha das Cachoeiras.	Áreas antropizadas Solos: Neossolo Litólico Psamítico típico, Afloramentos de rocha,	Campo Limpo, Campo Rupestre. Apesar do bastante antropizada nesta área foram encontradas espécies de fauna de interesse especial para conservação.	Espécies exóticas; Erosão.	Fiscalização; Proteção; Pesquisa e Monitoramento; Recreação de mínimo impacto; Visitação; Educação e interpretação ambiental.
ZONA HISTÓRICO-CULTURAL				
Sítios arqueológicos identificados no Parque.	Solos: Neossolo Litólico Psamítico típico, Afloramentos de rocha,	Campo Rupestre, Cerrado, Floresta Estacional, Campo Limpo.	Pressão de visitação, com depredação das pinturas ruprestes e lapas; Lixo;	Fiscalização; Proteção; Pesquisa e Monitoramento; Visitação;

CRITÉRIOS DE ZONEAMENTO	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL		PRINCIPAIS CONFLITOS	USOS PERMITIDOS
	MEIO FÍSICO	MEIO BIÓTICO		
	Latossolo vermelho Acriférrico típico, Neossolo Quartzarênico Hidromórfico típico.		Espécies exóticas; Erosão; Turismo desordenado.	Educação e interpretação ambiental.
ZONA DE USO INTENSIVO				
Estradas que levam aos atrativos turísticos do Parque e entorno (Vila do Biribiri); Cachoeira da Sentinela e dos Cristais; Local para implantação de infra-estruturas de apoio a visitação.	Áreas antropizadas Solos: Neossolo Litólico Psamítico típico, Afloramentos de rocha, Neossolo Quartzarênico Hidromórfico típico.	Campo Rupestre, Cerrado Ralo, Campo Limpo, Floresta Estacional. Apesar do bastante antropizada nesta área foram encontradas espécies de fauna de interesse especial para conservação.	Pressão de visitação; Lixo; Espécies exóticas; Erosão; Alto risco de incêndio; Extração de recursos naturais; Turismo desordenado; Assoreamento de cursos d'água (ribeirão das Pedras); Pontes sobre cursos d'água em mas condições.	Fiscalização; Proteção; Pesquisa e Monitoramento; Visitação; Recreação; Educação e interpretação ambiental.
ZONA DE USO ESPECIAL				
Trilhas existentes e que devem ser mantidas para fiscalização; Entorno do Parque mais susceptíveis a pressão antrópica.	Solos: Afloramentos de rocha, Neossolo Litólico Psamítico típico, Latossolo vermelho Acriférrico típico, Neossolo Quartzarênico Hidromórfico típico Neossolo Quartzarênico Órtico típico.	Cerrado, Campo Rupestre, Campo Limpo, Floresta Estacional.	Espécies exóticas; Alto risco de incêndio; Erosão.	Fiscalização; Proteção.
ZONA DE RECUPERAÇÃO				
Áreas com ocorrência de espécies exóticas; Áreas degradadas; Áreas antropizadas.	Áreas antropizadas Solos: Afloramentos de rocha, Neossolo Litólico Psamítico típico, Latossolo vermelho Acriférrico típico, Latossolo vermelho Amarelo	Cerrado, Campo Rupestre, Campo Limpo, Floresta Estacional, Cerrado Ralo. Apesar do bastante antropizada nesta área foram encontradas espécies de fauna de interesse especial para conservação.	Espécies exóticas; Voçorocas; Erosão; Lixo; Pastagem; Pressão antrópica; Extração de recursos naturais; Efeitos de borda (BR-367);	Fiscalização; Proteção; Pesquisa e Monitoramento; Educação e interpretação ambiental; Recuperação.

CRITÉRIOS DE ZONEAMENTO	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL		PRINCIPAIS CONFLITOS	USOS PERMITIDOS
	MEIO FÍSICO	MEIO BIÓTICO		
	<p>Ácrico típico Neossolo Quartzarênico Hidromórfico típico Neossolo Quartzarênico Órtico típico, Cambissolo Háplico Tb distrófico latossólico.</p>		<p>Áreas degradadas; Área de empréstimo; Assoreamento de cursos d'água (ribeirão das Pedras, rio Jequitinhonha).</p>	
ZONA DE USO CONFLITANTE				
<p>Presença de Infra-estruturas incompatíveis com os objetivos demanejo do Parque.</p>	<p>Áreas antropizadas Solos: Afloramentos de rocha, Neossolo Litólico Psamítico típico, Latossolo vermelho Amarelo Ácrico típico Neossolo Quartzarênico Hidromórfico típico Latossolo Vermelho Acriférrico típico.</p>	<p>Cerrado, Campo Rupestre, Campo Limpo, Floresta Estacional, Cerrado Ralo.</p>	<p>Incompatibilidade da presença das linhas de transmissão de energia, torres de transmissão, barragem, estrada municipal com tráfego constante de veículos de pequeno e grande porte, posto policial e captação de água da Vila do Biribiri; Espécies exóticas; Erosão.</p>	<p>Fiscalização; Proteção; Pesquisa e Monitoramento.</p>
ZONA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA				
<p>Presença de residentes e não-residentes no Parque; Bairro de Diamantina (Cidade Nova).</p>	<p>Áreas antropizadas Solos: Afloramentos de rocha, Neossolo Litólico Psamítico típico, Latossolo vermelho Amarelo Ácrico típico Latossolo Vermelho Acriférrico típico.</p>	<p>Cerrado, Campo Rupestre, Campo Limpo, Floresta Estacional.</p>	<p>Incompatibilidade da presença de moradores dentro do Parque; Erosão; Espécies exóticas; Alto risco de incêndio; Extração de recursos naturais.</p>	<p>Fiscalização; Proteção; Pesquisa e Monitoramento; Recuperação.</p>

4.5 - Normas Gerais do Parque Estadual do Biribiri

A seguir são descritas as Normas Gerais do Parque Estadual do Biribiri, que deverão permear toda a Unidade:

- A entrada de pessoas, veículos e equipamentos estão condicionadas ao atendimento das normas internas de procedimentos da UC;
- Os funcionários, pesquisadores e visitantes do Parque deverão tomar conhecimento das normas de conduta, bem como receber instruções específicas quanto aos procedimentos de proteção e segurança;
- Os guarda-parques e monitores deverão ser treinados em primeiros-socorros e habilitados para enfrentar situações de risco;
- Os usuários sejam visitantes ou funcionários do Parque, serão responsáveis pelas instalações que ocuparem;
- O Parque deve permanecer aberto à visitação pública, após a implantação da infra-estrutura de visitação, das 8:00 às 17:00 h, de terça-feira a domingo, incluindo feriados. Na segunda-feira o Parque estará fechado para manutenção. Quando houver feriado na segunda-feira, o dia de fechamento é o primeiro dia subsequente ao feriado;
- Será proibida a permanência no Parque, fora do horário de visitação, com exceção dos funcionários e pessoas autorizadas pela administração do Parque;
- Isentar os alunos das escolas públicas existentes nos municípios abrangidos pela Zona de Amortecimento, do pagamento de ingresso do Parque, através da confecção de uma carteirinha que os diferencie dos demais visitantes;
- Estabelecer em Portaria do IEF as categorias de isenção de ingresso a UC;
- É proibida a caça e a pesca;
- É proibido o ingresso no Parque, de pessoas portando armas, materiais ou instrumentos destinados ao corte, caça, pesca ou quaisquer outras atividades prejudiciais à fauna e flora locais;
- É permitida a captura, apanha e o transporte de espécies da fauna e da flora, em todas as Zonas de manejo, com finalidades científicas, desde que, devidamente autorizadas pelo Instituto Estadual de Florestas e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) quando se tratar da fauna de vertebrados;
- O uso do fogo é proibido salvo em condições de controle do mesmo e deverá ser regulamentado com base nas recomendações de manejo, sendo estritamente proibido quando colocar em risco a integridade dos recursos do Parque;
- A infra-estrutura a ser instalada no Parque deverá limitar-se àquela necessária para o seu manejo e previstas nos respectivos programas;
- Todo servidor do Parque, no exercício de suas atividades, deverá estar devidamente uniformizado e identificado;

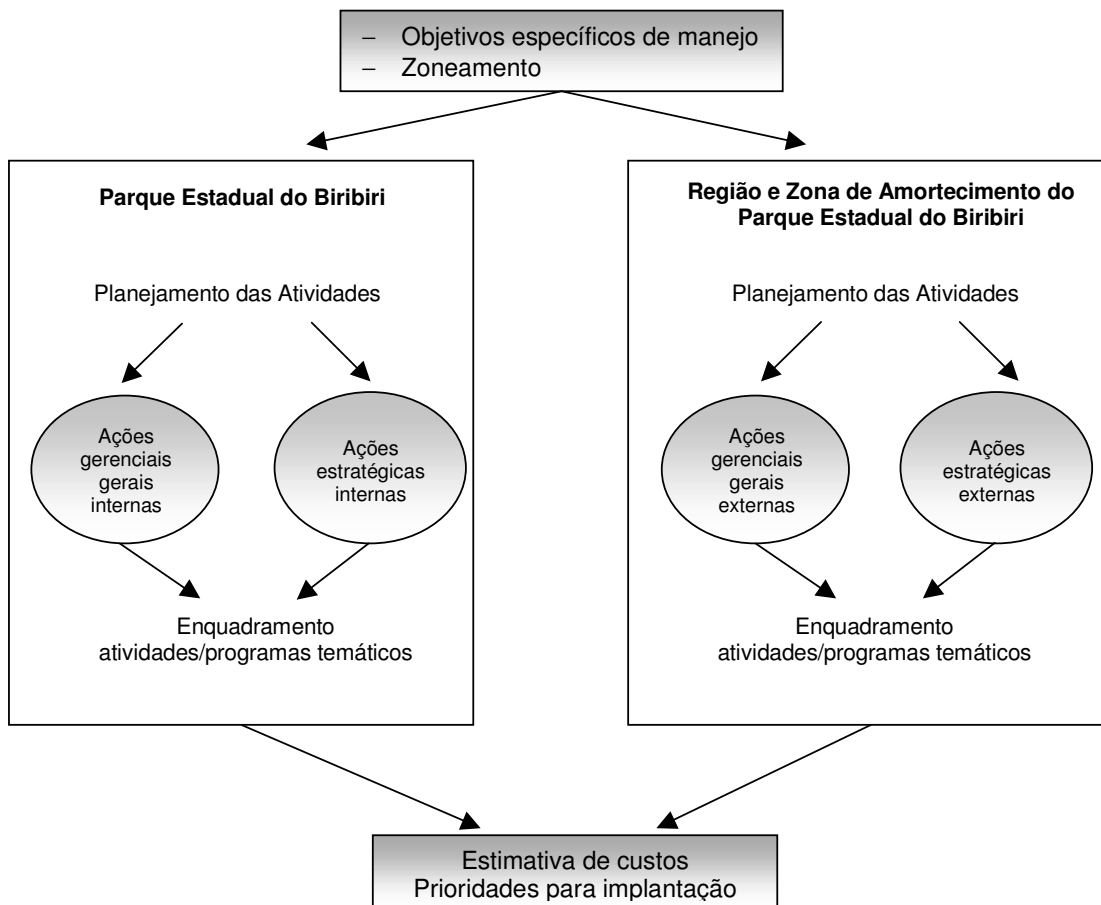
- Todo servidor do Parque que estiver em deslocamento deverá portar rádio-comunicador;
- É vedada a construção de quaisquer obras de engenharia que não sejam de interesse do Parque, tais como: rodovias, barragens, aqueduto, oleodutos, linhas de transmissão, entre outras;
- A fiscalização do Parque deverá ser permanente e sistemática em todas as Zonas;
- É permitida e incentivada a realização de pesquisas científicas, desde que voltadas aos interesses do Parque, as quais devem ter os seus projetos detalhados, analisados e devidamente aprovados pelo IEF para sua instalação, condução e encerramento;
- A introdução ou a reintrodução de espécies da flora ou da fauna, somente será permitida quando autorizadas pelo IEF, desde que orientadas por projetos específicos;
- Não será permitida a entrada e a criação de animais domésticos no interior do Parque;
- É proibida a intervenção e a depredação de sítios arqueológicos, de formações geológicas e geomorfológicas;
- É proibido jogar qualquer tipo de resíduos no interior do Parque que prejudique a sua integridade física, biológica, paisagística, sanitária ou cênica;
- Os resíduos de qualquer natureza gerados no interior do Parque deverão ter como destino final o aterro controlado do município de Diamantina. Toda e qualquer reutilização de insumos e materiais poderá ser realizada desde que não cause degradação ambiental ou danos à saúde de seus usuários;
- É proibido lançar quaisquer produtos ou substâncias químicas, resíduos líquidos ou sólidos não tratados de qualquer espécie, nocivas à fauna e flora em geral, em águas interiores ao Parque, bem como no solo e no ar, exceto para casos especiais autorizados pelo IEF;
- O Parque deverá promover oferta de recreação em contato com ambiente natural, em consonância com o zoneamento, e objetivos estabelecidos para o Parque;
- É proibido utilizar fogos de artifícios;
- É permitida a venda de produtos artesanais relacionados à imagem do Parque e assuntos de interesse ambiental, ou cultural no Centro de Visitantes, devendo ser observadas as normas da Portaria específica do IEF, que dispõe sobre este assunto; e,
- Atividades de terceiros no interior do Parque deverão ser cadastradas e autorizadas pelo IEF.

4.6 - Planejamento por Áreas de Atuação

Segundo IBAMA (2002), as áreas de atuação são espaços que visam o gerenciamento da Unidade de Conservação, estabelecendo, tanto em seu interior quanto em seu exterior áreas estratégicas e as ações a serem desenvolvidas em cada uma das áreas, sendo seu planejamento organizado segundo programas temáticos.

Em cada uma das zonas anteriormente estabelecidas, são destacadas áreas destinadas a atividades diferenciadas, denominadas por áreas estratégicas internas, sendo organizadas as ações gerenciais específicas a serem desenvolvidas em cada uma destas áreas. Na zona de amortecimento da UC são trabalhadas também as áreas estratégicas, definidas como áreas estratégicas externas e respectivas ações específicas.

A figura 4.02 apresenta a visão do planejamento por áreas de atuação e esquetiza a distribuição dos elementos que compõem a metodologia.



Fonte: Adaptado de IBAMA (2002)

FIGURA 4.02 - VISÃO GERAL DO PLANEJAMENTO POR ÁREAS DE ATUAÇÃO

4.6.1 - Ações Gerenciais Gerais Internas

As Ações Gerenciais Gerais tratam de ações que, por seu caráter de abrangência, são aplicadas ao conjunto de todas as áreas do Parque e sua região, fornecendo suporte geral para o planejamento do Parque e entorno como um todo. As ações gerenciais gerais do Parque foram definidas para os seguintes programas temáticos: Pesquisa e Monitoramento; Proteção e Manejo; Uso Público e Operacionalização.

4.6.1.1 - Programa Temático de Pesquisa e Monitoramento

- **Atividades / Subatividades / Normas**

1. Elaborar relatórios mensais de atividades, além do relatório anual de avaliação da área temática;
2. Elaborar cronograma de realização de pesquisas em andamento e as previstas para o Parque:

Norma: A responsabilidade para a execução dessa atividade é da Coordenadoria de Proteção a Vida Silvestre (CPVS/IEF); e,

Norma: Deverão ser priorizadas as pesquisas relativas ao manejo do Parque.

3. Estabelecer normas de uso das estruturas de apoio à pesquisa e termos de responsabilidade;
4. Zelar pelo cumprimento das metodologias e técnicas de observação e coleta apontadas no Plano de Pesquisa da instituição/pesquisador;
5. Organizar e manter atualizado o banco de dados das pesquisas no SIG (Sistema de Informações Geográficas);
6. Implantar um sistema permanente de fomento à pesquisa científica, por meio de convênios e acordos de cooperação com universidades e instituições de pesquisa, organismos nacionais e internacionais, tais como CAPES, CNPQ, TNC, FMNA, empresas privadas e fundações, dentre outros;
7. Promover oficinas e outros eventos com a participação dos pesquisadores para a apresentação da produção científica do Parque;
8. Apoiar cursos em parceria com instituições de pesquisa;

Norma: Deverá ser previsto um cronograma de realização de pesquisas, de forma que os cursos possam ser realizados em parceria com os pesquisadores.

9. Apresentar os projetos e os resultados das pesquisas às comunidades locais e funcionários do Parque, quando solicitar;
10. Organizar banco de dados para divulgação das pesquisas:
 - 10.1. Produzir folhetos informativos relacionados aos resultados das pesquisas, o qual servirá como Carta de Apresentação para instituições do mundo todo;
 - 10.2. Contactar as áreas específicas do IEF para inserção da página do Parque na página da instituição; e,
 - 10.3. Disponibilizar a base de dados na página do IEF e na rede Intranet:

Norma: A página na internet a ser elaborada para o Parque e disponibilizada na rede mundial de computadores deverá ser constantemente atualizada, contendo informações relevantes das pesquisas realizadas e em andamento no Parque.

4.34

- 10.4. Promover a participação de representantes do IEF, em congressos e eventos afins; e,
- 10.5. Contatar Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão para divulgação dos projetos de pesquisa desenvolvidos;
11. Criar condições para que as pesquisas sejam realizadas;
12. Capacitar técnicos, fiscais e vigilantes em técnicas de manejo de fauna objetivando a execução do programa de monitoramento de forma permanente;
13. Implementar as linhas de pesquisa e monitoramento definidas no Plano de Manejo:
 - 13.1 Estudos sobre a vegetação do PEB, objetivando o inventário detalhado de espécies vegetais, sua relação com aspectos físicos do ambiente e subsidiando pesquisas com a fauna e trabalhos de recuperação ambiental;
 - 13.2 Estudo da biologia reprodutiva de espécies vegetais de relevância para a Serra do Espinhaço, com especial referência a *Paepalanthus* (Eriocaulaceae) e espécies da Família Orchidaceae, objetivando fornecer subsídios ao manejo e à conservação das mesmas;
 - 13.3 Estudos citogenéticos de espécies das famílias Orchidaceae e Eriocaulaceae ocorrentes no PEB, objetivando fornecer subsídios ao manejo e à conservação da diversidade genética das espécies;
 - 13.4 Estudo da utilização de plantas medicinais por comunidades do entorno do PEB, objetivando oferecer alternativas de desenvolvimento sustentável a estas comunidades;
 - 13.5 Fomento ao manejo de sempre-vivas na região do entorno do PEB;
 - 13.6 Inventário e estudos ecológicos da fauna terrestre e anfíbia do PEB e entorno, visando um maior conhecimento sobre as estruturas das comunidades existentes nas diversas tipologias ambientais das diferentes áreas da unidade de conservação, com especial referência a espécies bioindicadoras, dispersoras de sementes e polinizadoras;
 - 13.7 Definição do status de conservação de espécies ameaçadas de mamíferos das Ordens: Xenarthra, Carnivora e Artiodactyla;
 - 13.8 Inventário das espécies de peixes dos rios locais, em especial o ribeirão das Pedras, os rios Pinheiros e Jequitinhonha, visando um maior conhecimento sobre as estruturas das comunidades existentes e sua conservação nos diferentes cursos d'água da região;
 - 13.9 Estudos sobre a biologia e ecologia de uma nova espécie de bagre (*Rhamdiopsis* sp.), encontrada no córrego Caetano Monteiro (Messias);
 - 13.10 Determinação dos sítios de ocupação e temporada de vocalização da rã-das-corredeiras (*Crossodactylus* cf. *bokermanni*), objetivando avaliar a importância da espécie como bioindicadora de processos de recuperação de matas ciliares;
 - 13.11 Estudo sobre a biologia de espécies de anfíbios, lagartos e aves endêmicas da Serra do Espinhaço;
 - 13.12 Inventário, caracterização de ambientes e estudo da biologia e dinâmica populacional de répteis aquáticos do PEB, objetivando, sobretudo sua conservação na região;

- 13.13 Estudo sobre a determinação taxonômica e biologia da possível nova espécie de Columbidae (Ave) diagnosticada no PEB;
- 13.14 Estudos para identificação das espécies da fauna associadas às Matas Ciliares;
- 13.15 Estudos acerca da distribuição longitudinal de espécies ictícas na bacia do rio Jequitinhonha;
- 13.16 Pesquisa da mastofauna presente nos fragmentos florestais do PEB e entorno, objetivando verificar a importância e a eficácia desses ecossistemas para a conservação do grupo;
- 13.17 Monitoramento do processo de recuperação de áreas submetidas à remoção de espécies invasoras rústicas e exóticas ocorrentes no PEB, objetivando adequar o processo de recuperação em casos onde os métodos se mostrarem ineficientes;
- 13.18 Monitoramento de espécies da fauna ameaçadas de extinção, visando obter informações acerca da variação sazonal, áreas de vida, época reprodutiva das espécies neste status na região, visando, por sua vez, definir os critérios de manejo a serem adotados para as espécies;
- 13.19 Monitoramento da qualidade da água com base em macroinvertebrados e análises físico-químicas e bacteriológicas, visando acompanhar os processos de recuperação e conservação dos cursos d'água e matas ciliares;
- 13.20 Monitoramento de trilhas, com observação de critérios topográficos e pedológicos, visando sugerir alternativas para relocação/implantação das mesmas;
- 13.21 Estudos de viabilidade da retirada de areia na barragem da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA);
- 13.22 Estudos para viabilidade de exploração racional de areia a partir de rochas quartzíticas e/ou meandros abandonados no entorno do Parque;
- 13.23 Avaliação do impacto da exploração de areia (na área de entorno) e no rio Pinheiros, através do estudo da dinâmica hidrológica da bacia do Alto Jequitinhonha;
- 13.24 Monitoramento do uso público, visando à contínua adequação das atividades;
- 13.25 Estudos sobre a geologia e geomorfologia objetivando a compreensão da influência dessas feições sobre a mineração e a colonização da região;
- 13.26 Estudo para avaliar eventual necessidade de implantação de cercas divisórias e de minoração do impacto de cercas que sejam implantadas;
- 13.27 Monitoramento dos sítios arqueológicos pré-históricos e coloniais do Parque;
- 13.28 Promover o estudo botânico no entorno de sítios arqueológicos visando à seleção de espécies para proteção destes como cortina natural;

4.36

- 13.29 Promover pesquisas arqueológicas no conjunto de paredões: do Barril (córrego São João), na região dos córregos do Lageado, Lambari, Mulatos, Tamanduá e ribeirão das Pedras;
- 13.30 Promover a realização de levantamentos espeleológicos na área do Parque;
- 13.31 Realizar estudos para implantar aceiros no entorno do Parque;
- 13.32 Propor a realização de estudos sobre o impacto da suspensão da atividade de garimpo e exploração vegetal (sempre-vivas e outras) sobre a comunidade local;
- 13.33 Estudos sobre alternativas de desenvolvimento para as comunidades locais de acordo com a “vocação natural”;
- 13.34 Estudos sobre origem, dinâmica e importância ecológica das turfeiras;
- 13.35 Realização de estudos de recuperação de áreas degradadas por erosão e por exploração de materiais de empréstimo, utilizando-se, além de técnicas tradicionais, técnicas regionais como os barramentos com pedras e o sistema radicular de gramíneas, feitos por garimpeiros;
- 13.36 Realização de estudos para identificar espécies da flora local com características para a recuperação de áreas degradadas, como: adaptação a pedoambientes de baixa fertilidade natural e baixa capacidade de retenção de água disponível para as plantas, crescimento rápido, sistema radicular abundante, elevada densidade de cobertura vegetal, fácil propagação e dispersão, perenidade; e,
- 13.37 Investigação de Organossolos, topos aplainados ocupados por Neossolos Litólicos Psamíticos e Neossolos Litólicos Hidromórficos que são pedoambientes extremamente frágeis, funcionam como áreas de recarga de aquíferos e apresentam elevado interesse em estudos sobre paleoambientes.

4.6.1.2 - Programa Temático de Proteção e Manejo

- **Atividades / Subatividades / Normas**

1. Elaborar relatórios diários, além do relatório anual de avaliação da área temática;
2. Elaborar manual de procedimentos de fiscalização do Parque, incluindo a rotina de fiscalização e a programação das operações especiais;
3. Programar as operações especiais de fiscalização do Parque e entorno;
4. Estabelecer uma rotina de fiscalização;
5. Definir escalas de serviço das atividades de fiscalização do Parque;
6. Sistematizar as informações e alimentar o banco de dados do Sistema de Proteção no SIG;
7. Formalizar e reforçar parcerias com órgãos públicos, tais como Polícia Militar (PMMG), Polícia Federal e Corpo de Bombeiros para auxiliar na fiscalização do Parque Estadual;
8. Promover a recuperação das áreas degradadas identificadas inicialmente no diagnóstico:

- 8.1. Áreas atingidas pelo garimpo no rio das Pedras no Sítio 1 (Biribiri Sul), pontos 1 (rio das Pedras) e 5 (cachoeira da Sentinela), e no Sítio 2 (Biribiri Norte), pontos 9 (voçoroca na região do campo do Tiago - córrego São Miguel) e 18 (córrego Lambari);
- 8.2. Áreas onde atualmente são encontradas pastagens, como no Sítio 1, ponto 4 (margem do ribeirão do Tijuco/Mil Oitavas) e ao longo de todo o trajeto das estradas Diamantina - Vila do Biribiri e Diamantina - Pinheiros;
- 8.3. Controle e remoção de espécies exóticas como as observadas ao longo de todo o Caminho dos Escravos;
- 8.4. Áreas desmatadas, observadas no Sítio 2, ponto 10 (sítio do Geraldo, região do alto dos Cristais); e,
- 8.5. Controle das populações de *Pteridium aquilinum*. Conforme projeto de pesquisa específico.
9. Catalogar os ambientes florestais e as áreas de ambientes abertos;
10. Diagnosticar o estado de conservação dos ambientes florestais e abertos;
11. Promover a remoção e controle de espécies exóticas (flora e fauna) no interior do Parque, com potencial de contaminação biológica:
 - 11.1. Mapear as áreas onde ocorrem espécies exóticas;
 - 11.2. Controlar e monitorar o avanço da distribuição das espécies vegetais exóticas;
 - 11.3. Retirar do Parque gado, muares e eqüinos;
 - 11.4. Monitorar os resultados das ações; e,
 - 11.5. Monitorar as vias e potenciais vias de dispersão de exóticas como, por exemplo, estradas, trilhas de fiscalização e visitação e aceiros;
12. Promover ações de controle de erosão do solo:
 - 12.1. Realizar mapeamento detalhado das áreas com erosão; e,
 - 12.2. Elaborar plano de controle de erosão e recuperação de áreas erodidas.
13. Elaborar e implementar o “Plano Integrado de Prevenção e Controle a Incêndios Florestais”;
 - 13.1. Contactar o escritório do IEF - Regional Alto Jequitinhonha em Diamantina de forma a articular a elaboração do PPCI;
 - 13.2. Elaborar o PPCI da Unidade, prevendo todas as medidas e ações de combate ao fogo, incluindo também: a implantação da infra-estrutura física adequada e recursos humanos para gestão do PPCI, sistema de radiocomunicação e aquisição de equipamentos para combate a incêndios, cuja especificação é apresentada no quadro 4.06:
 - 13.3. Promover campanhas educativas e de conscientização junto às comunidades;
 - 13.4. Promover vigilância e proteção da UC, através da construção e manutenção de aceiros e de Postos de Observação;
 - 13.5. Instruir os técnicos responsáveis pela fiscalização e controle da Unidade quanto à observação e primeiras providências a possíveis focos de fogo, principalmente durante épocas de perigo (seca).

- 13.6. Realizar convênio com o Pelotão de Corpo de Bombeiros de Diamantina, cuja atribuição será de coordenar a atuação da Guarnição e de outras brigadas civis envolvidas nas ações/operações de combate aos incêndios, e proporcionar treinamentos e conhecimentos técnicos aos parceiros do Sistema Integrado, na formação das Brigadas e orientação durante o combate a incêndios; e,
- 13.7. Realizar convênio com a prefeitura de Diamantina, cuja atribuição será a de: disponibilizar, no caso da ocorrência de incêndios florestais, recursos humanos e materiais (a serem definidos e especificados posteriormente durante a elaboração do plano de prevenção e combate a incêndios); ajudar nas Campanhas Educativas de prevenção dos incêndios florestais; e colaborar na manutenção de aceiros, trilhas e estradas internas da UC.

QUADRO 4.06 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS A SEREM ADQUIRIDOS

Quantidade	Especificação
20	Luva de vaqueta com reforço
20	Perneiras com velcro
20	Óculos de proteção facial
20	Cantil
20	Uniformes para brigada
10	Chicote
02	Chibanca
10	Enxada com cabo
10	Foice com cabo
10	Facão com bainha
10	Pá de bico com cabo
01	Machado com cabo
05	Garrafa térmica de 5 litros
05	Bombona plástica de 20 litros
05	Bombona plástica de 50 litros
05	Bomba Costal de 20 litros
05	Mochila costal de 20 litros
01	Motoserra
05	Rastelo
01	Binóculo
10	Lanterna com sinalizador de cabeça
01	Pinga Fogo
01	GPS
01	Sistema de rádio-comunicação
01	Kit de primeiros Socorros.

Fonte: IEF - Regional Alto Jequitinhonha (2004)

14. Colocar e manter cercas na divisa do Parque com a BR-367 e na porção oeste, como forma de proteção e fazer estudos para a indicação de novas áreas;
15. Apoiar a produção de mudas de espécies nativas pioneiras no entorno, para serem utilizadas na revegetação de áreas degradadas do Parque;
16. Criação de sítios artificiais de nidificação em ambiente florestal com caixas-ninho, de acordo com projeto específico:

- 16.1. Definir os tipos de material, tamanhos totais e tamanhos das entradas de caixas-ninho a serem utilizadas, bem como os locais, distâncias e alturas do solo a serem instaladas;
 - 16.2. Produzir, instalar e efetuar a manutenção das caixas-ninho no Parque e entorno; e,
 - 16.3. Monitorar os resultados do programa.
17. Implementar medidas de prevenção à colisão de aves, de acordo com projeto específico:
 - 17.1. Elaborar estudo de minoração de impactos com divisas, estruturas e infra-estrutura que venham a serem construídas; e,
 - 17.2. Retirar cercas de arame e arames desnecessários;
 - 17.3. Adequar divisas e infra-estrutura.
 18. Implementar ações de combate à pesca, caça, captura e comércio ilegal de animais silvestres:
 - 18.1. Fiscalizar contra a caça, abate, captura e comércio ilegal animais;
 - 18.2. Controlar a visitação;
 - 18.3. Aplicar as sanções previstas na legislação.
 19. Promover ações para prevenção a atropelamentos de animais:
 - 19.1. Promover ações de minoração de impactos por atropelamentos no Parque e entorno, prevendo o uso de sinalização e mecanismos de redução de velocidade; e,
 - 19.2. Implantar sinalização preventiva e mecanismos de redução de velocidade no Parque.
 20. Controlar a invasão de abelhas exóticas.

4.6.1.3 - Programa Temático de Uso Público

O Programa de Uso Público do Parque Estadual do Biribiri tem como objetivo a criação de condições adequadas para a visitação e interpretação ambiental dos atrativos do Parque, além de promover a recuperação ambiental e o controle do acesso e atividades na área, fazendo desta forma valer os objetivos de conservação da unidade, valorizando a experiência dos visitantes e compatibilizando visitação e conservação.

A história do Brasil encontra-se escrita de diferentes formas e locais. Algumas regiões foram beneficiadas, permitindo ainda hoje a observação dessa história. O PEB, por ser uma dessas regiões, permite ao turista: o contato com antigas áreas de garimpos de diamantes; percorrer caminhos centenários construídos e utilizados por escravos; conhecer e vivenciar uma vila centenária que se desenvolveu a partir de uma fábrica de tecelagem; e conhecer espécies vegetais trazidas pelos portugueses e que hoje fazem parte da cultura local como “ora-pro-nobis”. Assim o programa de uso público tem como objetivo propiciar ao turista vivenciar a **“História do Brasil Associada à Exploração do Diamante”**.

A seguir é apresentada a estrutura do Programa de Uso Público proposto para o Parque Estadual do Biribiri (figura 4.03).

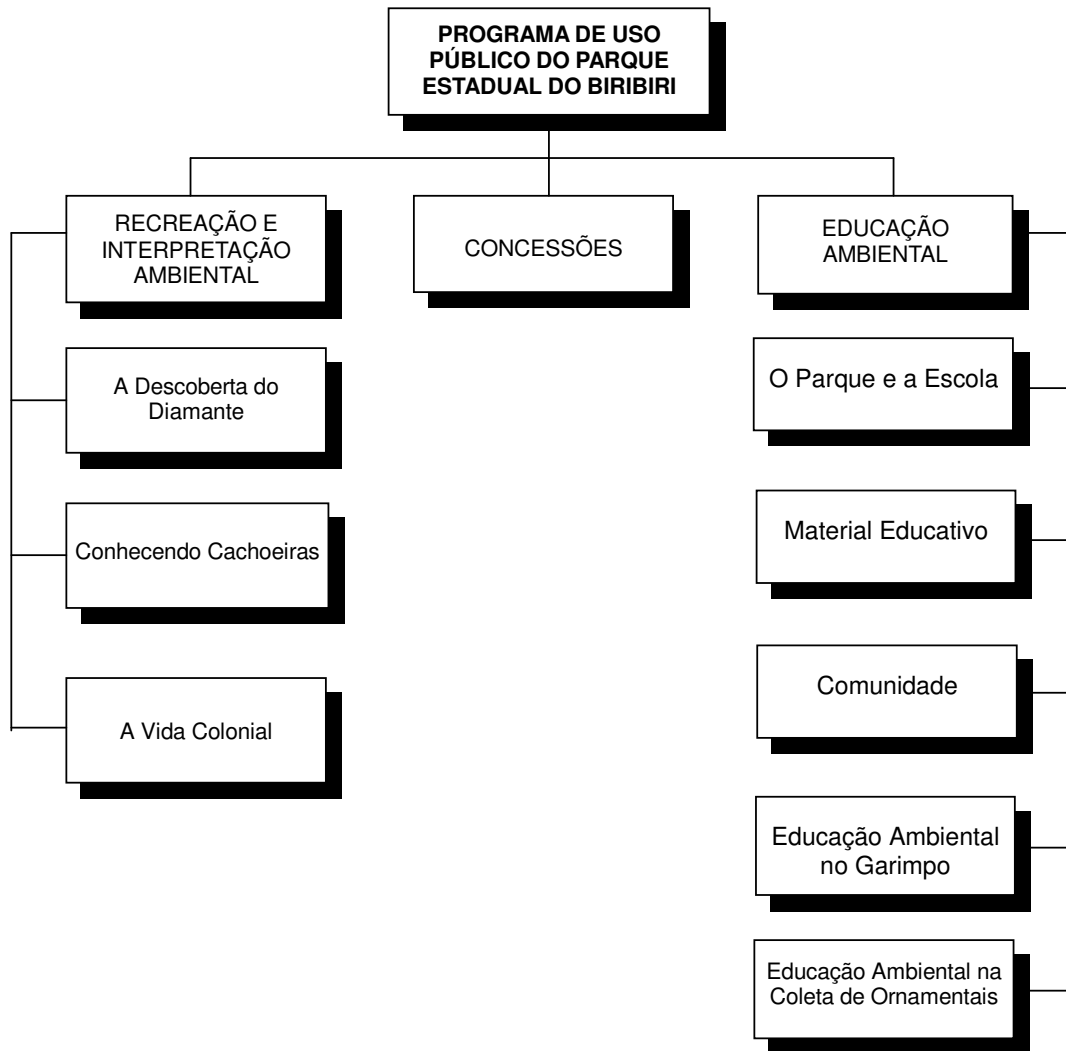


FIGURA 4.03 - SUBPROGRAMAS DE USO PÚBLICO PROPOSTOS

• **Objetivos Específicos**

- Propiciar o resgate da cultura diamantífera ligada à história do desenvolvimento da região e fomentar o desenvolvimento da cultura local, através de parceria com a infra-estrutura presente como o Museu do Diamante;
- Estabelecer uma estrutura organizacional para o Programa de Uso Público do Parque Estadual do Biribiri;
- Desenvolver as áreas destinadas a receber os usos recreativos e turísticos de forma a obter o máximo benefício deste uso, com o mínimo impacto sobre o meio ambiente e de forma compatibilizada com outros usos previstos no Plano de Manejo;
- Viabilizar a participação das populações do entorno do Parque em parcerias mutuamente convenientes para a implementação e/ou operacionalização dos projetos deste Programa;
- Propiciar a formação de recursos humanos para atuar no ecoturismo, aplicável, no mínimo, no interior do Parque e em sua zona de amortecimento;

- Atender as demandas de recreação e educação ambiental da população residente no município de Diamantina e de seu entorno;
- Promover a integração do Programa de Uso Público do PEB aos demais programas turísticos da região;
- Fomentar demandas externas, em nível Estadual, Nacional e Internacional, de turismo ecológico aos sítios de interesse turístico.

- **Atividades / Subatividades**

1. Implantar o Subprograma de Recreação e Interpretação Ambiental e o Subprograma de Educação Ambiental, a partir do Programa de Uso Público proposto (figura 4.04);
2. Preparar calendários de eventos contendo atividades recreacionais, exposições, palestras e feiras; e,
3. Agendar atendimento de grupos específicos e do público em geral:

Norma: Será permitida a venda de produtos artesanais relacionados à imagem do Parque Estadual do Biribiri e assuntos de interesse ambiental ou cultural no centro de visitantes ou local específico para este fim;

Norma: Os visitantes ao chegarem no Parque deverão ser cadastrados e informados dos procedimentos e normas de visitação e segurança;

Norma: As visitas em grupo deverão ser, preferencialmente, agendadas com antecedência;

Norma: O sistema de sinalização e interpretação deve propiciar o enriquecimento da experiência ambiental do visitante, além de integrar-se à paisagem;

Norma: Será proibida a permanência no Parque fora do horário de visitação, com exceção dos funcionários e pessoas autorizadas pela administração do Parque;

Norma: O material de apoio à segurança do usuário deverá estar devidamente vistoriado e pronto para uso imediato, adotando-se as medidas preventivas necessárias;

Norma: Para o desenvolvimento das atividades de recreação no interior do Parque é recomendável o acompanhamento por um guia autorizado e habilitado pela administração ou um funcionário do Parque habilitado para tal atividade (guarda-parque ou outro);

Norma: A equipe administrativa do Parque, incluindo os guardas-parques, deverá fazer cumprir as normas estabelecidas para a visitação;

Norma: Para garantir que as atividades de uso público sejam benéficas tanto ao visitante como ao Parque, os funcionários deverão receber treinamento específico para cada caso (manejo de visitantes; primeiros-socorros, entre outros);

Norma: Todas as atividades deverão, necessariamente, ser coerentes com os objetivos de manejo do Parque; e,

Norma: O Parque deve promover oferta de recreação em contato com o ambiente natural e que as atividades recreativas estejam em consonância com o zoneamento e objetivos estabelecidos para a UC.

4.6.1.3.1 - Subprograma de Recreação e Interpretação Ambiental

O Subprograma de Recreação e Interpretação Ambiental visa proporcionar aos visitantes oportunidades de recreação em ambiente natural, compatíveis com os objetivos de manejo e recursos do Parque, associadas à informação e interpretação ambientais.

- **Objetivos**

- Estabelecer o ordenamento das atividades que o público pode desenvolver, em relação à recreação e interpretação;
- Atingir um público-alvo diversificado, através da oferta de diferentes opções de recreação em contato com o ambiente natural;
- Enriquecer as experiências de caráter ambiental dos visitantes, de acordo com as aptidões e potencialidades dos recursos específicos da área, principalmente em relação às formações geológicas e geomorfológicas; e,
- Garantir a segurança dos visitantes e condutores, através da presença institucional e da divulgação de normas de segurança.

- **Atividades / Subatividades / Normas**

1. Implantar Roteiros Temáticos que permitam ao visitante vivenciar no interior do PEB os 300 anos de exploração de diamante e ouro na região.
1ª. Opção: Observação de antigos sítios de lavra: partindo do Centro de Visitantes a pé, em grupos de não mais de 10 pessoas por monitor (em função da interatividade do roteiro), passando pela trilha de uso intensivo paralela ao Ribeirão das Pedras e chegando à barragem do Biribiri:

1.1 Identificar locais mais adequados para a interpretação de recursos associados ao tema (técnicas de garimpo - aluvião e grupiara, sítios histórico-culturais e sua interrelação com os aspectos geológicos e geomorfológicos e impactos ambientais da atividade);

1.1.1 Analisar viabilidade de estruturação do roteiro temático, no ribeirão das Pedras;

1.1.2 Analisar a viabilidade da utilização de antigos garimpos desativados para programas interpretativos sobre a atividade, na Zona de Uso Intensivo;

1.2 Capacitar monitores para a interpretação deste roteiro;

1.3 Produzir material promocional sobre o Parque e específico sobre o roteiro temático, ressaltando sua temática como fomento ao conhecimento da história do diamante no Brasil e a colonização da região pelos portugueses;

1.4 Apoiar a criação de um centro de referência sobre os diamantes, no entorno do Parque; e,

Realizar parcerias com agências e operadoras locais, visando o ordenamento da visitação, de acordo com a capacidade de carga permitida para o roteiro temático:

FIGURA 4.04 - ESTRUTURA DO PROGRAMA DE USO PÚBLICO

VERSO DO MAPA A3

Norma: As visitas devem ser sempre acompanhadas por um guarda-parque ou monitor devidamente qualificado. As orientações iniciais devem ser dadas no centro de visitantes, incluindo: orientações sobre as normas de visitação, explicações sobre o percurso do roteiro temático, contexto técnico e histórico e a importância do diamante, para a região e postura desejada do visitante; e,

Norma: As orientações poderão ser acompanhadas por material audiovisual.

2. Implantar o roteiro temático “**Conhecendo Cachoeiras**”, que tem como atrativo principal o banho nas cachoeiras existentes no interior do Parque, a partir de 3 opções propostas:

- 2.1 **1ª opção** - Trilha da Sentinela (implantação em curto prazo - trilha de baixa dificuldade), na porção Sul do Parque: Partindo do Centro de Visitantes de carro, percorre-se a trilha de uso intensivo, paralela ao ribeirão das Pedras, chegando ao primeiro atrativo, denominado Cachoeira da Sentinela. Na seqüência, percorrendo a mesma trilha, chega-se ao segundo atrativo, denominado Cachoeira dos Cristais. Nesse roteiro são previstas também explicações sobre o processo de formação das cachoeiras, a partir da interação dos processos geológicos e geomorfológicos atuantes na região;

- 2.1.1 Demarcar em campo o melhor trajeto para a Trilha das Cachoeiras, para facilitar a visualização do percurso pelo monitor, para que não sejam utilizados caminhos paralelos,

- 2.1.2 Promover o mapeamento e a recuperação dos trechos erodidos;

- 2.1.3 Implantar a trilha, através de roçada manual, poda da vegetação e retirada de obstáculos;

- 2.1.4 Promover a despoluição dos cursos d'água que convergem para as cachoeiras liberadas para a prática do banho (integração com a atividade de monitoramento da qualidade da água);

- 2.1.5 Remover o lixo da área das cachoeiras (inclusive do interior das mesmas);

- 2.1.6 Implantar placas de sinalização interpretativa para o roteiro temático, a partir de projeto específico; e,

- 2.1.7 Implantar estruturas de apoio à visitação nas cachoeiras da Sentinela e dos Cristais: sinalização indicativa e interpretativa, destacando sítio de mineração, aspectos de geologia e outros; lixeiras, estacionamento sinalizado, área de piquenique com mesas; e demarcar áreas de circulação de pedestres e acessos às cachoeiras.

- 2.2 **2ª opção - Trilha da Cachoeira do Barris** (implantação em médio prazo - trilha de média dificuldade), na porção nordeste do Parque: partindo de Mendanha, a partir do ponto final do Caminho dos Escravos, percorre-se a pé a trilha de uso extensivo (prevista para implantação) até a chegada ao atrativo principal, denominado Cachoeira do Barris:

- 2.2.1 Demarcar em campo o melhor trajeto para a Trilha do Barris para facilitar a visualização do percurso pelo monitor, para que não sejam utilizados caminhos paralelos;

- 2.2.2 Promover o mapeamento e a recuperação dos trechos erodidos;

- 2.2.3 Implantar a trilha, através de roçada manual, poda da vegetação e retirada de obstáculos; e,

2.2.4 Implantar estruturas de apoio (rústicas) à visita na cachoeira do Barris: sinalização indicativa e interpretativa, lixeiras, área de piquenique com mesas; e demarcar áreas de circulação de pedestres e acessos às cachoeiras.

2.3 **3ª opção** - Trilha da Cachoeira do Mocotó (implantação em longo prazo, após conclusão de estudo de viabilidade - trilha de alta dificuldade), na porção Centro-Oeste do Parque: a partir da cachoeira dos Cristais, percorre um trecho a pé, até chegar à cachoeira do Mocotó:

2.3.1 Demarcar em campo o melhor trajeto para a Trilha da Cachoeira do Mocotó para facilitar a visualização do percurso pelo monitor, para que não sejam utilizados caminhos paralelos,

2.3.2 Promover o mapeamento e demarcação da trilha;

2.3.3 Implantar a trilha, através de roçada manual, poda da vegetação, retirada de obstáculos, e implantação de pontes em trechos de grande periculosidade; e,

2.3.4 Implantar estruturas de apoio (rústicas) à visita na cachoeira do Mocotó: sinalização indicativa e interpretativa e demarcar áreas de circulação de pedestres e acessos às cachoeiras.

2.4 Capacitar e treinar monitores para condução de grupos destinados ao roteiro temático:

3.1.1 Fazer gestão junto ao Corpo de Bombeiros para capacitação de equipe de socorristas (salvamento nas cachoeiras e primeiros socorros).

2.5 Divulgar as belezas cênicas naturais, incluindo na divulgação do Parque a publicação de fotos e ilustrações das cachoeiras:

Norma: As visitas devem ser sempre acompanhadas por um guarda-parque ou monitor devidamente qualificado. As orientações iniciais devem ser dadas no centro de visitantes, incluindo: orientações sobre as normas de visita, explicações sobre o percurso do roteiro temático, explicação sobre a origem e formação das cachoeiras da região, a partir da interação dos processos geológicos e geomorfológicos atuantes na região, e postura desejada do visitante; e,

Norma: As orientações poderão ser acompanhadas por material audiovisual e de maquetes simplificadas do Parque e/ou dos atrativos.

3. Implantar o roteiro temático “**A Vida Colonial**” a partir das seguintes opções propostas:

3.1 **1ª Opção: “Vida Pré-Colonial” (visita aos sítios arqueológicos):** partindo do Centro de Visitantes (opção a pé ou de carro), chegada à Cachoeira da Sentinela, onde é possível visualizar a Lapa da Sentinela, e o Sítio de mineração da Sentinela:

Norma: Realizar prioritariamente estudo sobre os sítios com base nas instruções normativas do IPHAN para avaliar a possibilidade de visita.

3.1.1 Realizar estudos sobre outras pinturas rupestres do Parque que possam fornecer subsídios para a interpretação das mesmas, e a definição de critérios de visita;

3.1.2 Contratar consultoria especializada (arqueologia) para elaborar projeto específico para definir o melhor trajeto para a Trilha de acesso às pinturas rupestres da Lapa da Sentinela;

- 3.1.3 Estruturar área do sítio arqueológico Lapa da Sentinela para visitação;
- 3.1.4 Demarcar local de acesso permitido ao público;
- 3.1.5 Remover resíduos sólidos;
- 3.1.6 Implantar placas de sinalização interpretativa para o roteiro temático;
- 3.1.7 Capacitar e treinar monitores para condução de grupos destinados ao roteiro temático, enfatizando as informações básicas com relação ao patrimônio arqueológico e condutas básicas dentro de um sítio arqueológico. Os seguintes temas são indicados: “O que é Arqueologia”; “A vida do Homem no período Pré-Colonial e seus principais vestígios”; “Os Grafismos Rupestres”; “A História da Região de Diamantina e seus principais vestígios”; “Como se comportar em um Sítio Arqueológico”; “Legislação, orientações gerais sobre como proceder em caso de descobertas fortuitas de material arqueológico”; “Como trabalhar com o material didático específico sobre este tema”; e, “Monitoramento dos sítios por alguns guardas-parques previamente capacitados”.

Norma: As visitas aos sítios arqueológicos e às pinturas rupestres devem sempre ser acompanhadas por monitores devidamente qualificados, obedecendo a um número restrito de visitantes em cada sítio (grupos de no máximo 10 pessoas por vez). As orientações iniciais devem ser dadas no centro de visitantes (a postura do visitante em um sítio arqueológico, o que vem a ser patrimônio arqueológico, a importância das pinturas rupestres no contexto regional, a importância histórica da região, entre outras), sendo estas considerações ilustradas preferencialmente por material audiovisual; e,

Norma: As orientações iniciais devem ser dadas no centro de visitantes (postura do visitante em um sítio arqueológico, o que vem a ser patrimônio arqueológico, a importância das pinturas rupestres no contexto regional, a importância histórica da região) sendo estas considerações ilustradas preferencialmente por material audiovisual.

3.3 2ª Opção: “Vida Colonial” (Percurso do Caminho dos Escravos): partindo do Centro de Visitantes (de carro), chegada ao estacionamento previsto próximo ao córrego da Roda, seguindo a pé o percurso até o início do Caminho dos Escravos, com chegada prevista em Mendanha (percurso final da trilha no contexto do Parque). O roteiro tem como atrativos: vistas panorâmicas ao longo do vale do córrego Palmital, diversas bicas e cachoeiras que podem ser acessadas a partir de desvios na trilha; e o aspecto histórico do caminho, no contexto da Estrada Real, com centenas de anos de existência e muitos relatos históricos das populações locais que podem ser agregadas, incluindo evidências de garimpos ao longo dos cursos d’água próximos à trilha.

- 3.3.1 Implantar estruturas de apoio na trilha do Caminho dos Escravos, visando diminuir o impacto do pisoteio, incluindo trilhas suspensas, pontes sobre córregos e tablados, principalmente no trecho de banhado no final da trilha, próximo a Mendanha;

Norma: Nenhum tipo de "restauração" ou intervenção deve ser realizado nos trechos do calçamento da Estrada Real de Mendanha (conhecida com "Caminho dos Escravos") sem estudos e projetos muito bem detalhados devidamente coordenados por especialistas em restauração de bens imóveis histórico-

arqueológicos. Estes estudos deverão ser aprovados e fiscalizados pelo IEPHA e IPHAN.

- 3.3.2 Fazer gestão para a restauração do Caminho dos Escravos, com aprovação do projeto pelo IPHAN;
 - 3.3.3 Realizar obras de restauração e contenção de desmoronamentos, dentro dos padrões e normas estabelecidos pelo IPHAN;
 - 3.3.4 Realizar poda da vegetação e retirada de obstáculos como, árvores caídas e poças de lama. Este manejo é importante pois obstáculos nas trilhas provocam desvios e trilhas secundárias para outras áreas ou alargamento das mesmas;
 - 3.3.5 Implantar sinalização indicativa e interpretativa, destacando o processo de construção da estrada e sua função histórica, material e técnicas utilizadas no calçamento, feições da paisagem (em pontos com vista panorâmica), pontos de parada com água potável (bicas), etc.;
 - 3.3.6 Implantar lixeira no início de cada trecho (Diamantina, Fazenda Duas Pontes, Mendanha), local de descanso com assentos rústicos em pontos de parada, corrimãos em locais de grande desnível entre o calçamento e o solo, etc.;
 - 3.3.7 Identificar pontos de destaque como mirantes, locais em que se observa o calçamento, locais com formações rochosas significativas, vegetação nativa;
 - 3.3.8 Realizar acompanhamento contínuo, para que se possa identificar e informar os reparos necessários nas trilhas. Recomenda-se que o quadro de funcionários siga um cronograma semanal estabelecido pela administração do parque. (ex.: Quadro de funções: pessoa responsável/zona/ setor ou trilha/ freqüência); e,
 - 3.3.9 Promover estudos para analisar a viabilidade de restaurar a trilha completa do Caminho dos Escravos no interior do Parque, na porção sudeste, partindo de Diamantina. Em caso de viabilidade, o percurso poderá ser integrado ao roteiro temático.
- 3.3 **3ª Opção: “Vida Industrial”** (Conheça a Vila do Biribiri): partindo do Centro de Visitantes (de carro), chegada à Vila do Biribiri pela trilha de uso intensivo, localizado no interior do Parque. O roteiro tem como principal objetivo mostrar o contexto histórico da Vila do Biribiri e a importância da tecelagem para o desenvolvimento da região.
- 3.3.1 Realizar parceria com a administração da Vila de Biribiri para integração do roteiro temático de visitaç o, a partir disso, fazer gest o para promover a revitaliza o e restaura o da Vila;
 - 3.3.2 Apoiar a revitaliza o da  rea de lazer e recrea o existente, com equipamentos como quadras esportivas, pista de cooper, trilhas para bicicleta e passeios a p ;
 - 3.3.3 Apoiar o desenvolvimento de um Projeto de Paisagismo com vegeta o nativa, identifica o de esp cies vegetais nativas com placas interpretativas,  rea de piquenique com mesas r sticas;

- 3.3.4 Realizar gestões para a implantação e qualificação de meios de hospedagem e alimentação nas construções existentes na Vila do Biribiri;
- 3.3.5 Estimular a estruturação de museu têxtil no local onde funcionava a antiga tecelagem, que mantém ainda máquinas e equipamentos típicos do período;
- 3.3.6 Apoiar a restauração e revitalização das construções históricas da Vila e a implantação de sinalização interpretativa na área de influência do Parque; e,
- 3.3.7 Fazer gestão junto à administração da Vila para a implantação do sistema de saneamento básico.

4.6.1.3.2 - Subprograma de Concessões

- **Objetivos**

- Estimular a participação da iniciativa privada para atender os serviços que serão concessionados;
- Garantir um padrão de qualidade na prestação dos serviços, através do trabalho colaborativo entre a administração do Parque e os concessionários; e,
- Estimular, na Zona de Amortecimento do Parque Estadual do Biribiri, a criação de uma organização de condutores locais para atuação no Parque.

- **Atividades / Subatividades / Normas**

- 1 Elaborar contrato de concessão para o estabelecimento e operação dos serviços concessionados;
 - 1.1 Elaborar termo de referência para operação de serviços de concessão do transporte entre Mendanha (final da trilha Caminho dos Escravos) até o Centro de Visitantes do Parque;
- 2 Monitorar a qualidade do serviço prestado, orientando o concessionário para realizar os ajustes necessários ao atendimento do padrão requerido pelo IEF no contrato de concessão;
- 3 Visitar as comunidades vizinhas ao Parque e prospectar o interesse destes moradores na atuação como monitores de visitantes no Parque;
 - 3.1 Realizar treinamento com os interessados e selecionar um grupo de condutores;
 - 3.2 Elaborar um manual de procedimentos para o condutor; e,
 - 3.3 Monitorar a qualidade do serviço prestado pelos condutores, orientando-os para o atendimento da qualidade requerida pelo Parque.

Norma: Os serviços concessionados não poderão ser realizados antes de sua normatização;

Norma: A administração do Parque deverá regulamentar, ordenar e monitorar as atividades desenvolvidas por concessionários nas atividades propostas para concessão, de maneira a garantir os objetivos e interesses do Parque;

4.50

- Norma: O descumprimento do contrato acarretará no cancelamento da concessão;
- Norma: Os serviços concessionados deverão, sempre que possível, considerar o potencial das comunidades locais, vizinhas ao Parque, no atendimento destes serviços;
- Norma: Apenas os condutores cadastrados e autorizados pela administração local poderão atuar no Parque;
- Norma: Para desenvolvimento desta atividade será necessária a identificação dos condutores, através de uniforme ou crachá fornecido pela administração local do Parque, com foto e dados pessoais do condutor;
- Norma: Os concessionários deverão garantir que seus funcionários, ao atenderem o público, informem corretamente os visitantes sobre as características e atrativos que o Parque oferece, sobre as normas existentes e que a área é administrada pelo IEF; e,
- Norma: Todo material de divulgação produzida e utilizada pelos concessionários e demais parceira será submetido à aprovação da Administração do Parque.

4.6.1.3.3 - Subprograma de Educação Ambiental

Este Subprograma trata da organização de atividades que oportunizem ao visitante, conhecimentos e valores do patrimônio natural e cultural da área, interpretando seus recursos. O principal objetivo é a promoção da compreensão do meio ambiente e de suas inter-relações na UC e no cotidiano da população, de modo a permitir mudanças em seus hábitos e costumes.

• **Objetivos**

- Desenvolver no público o entendimento sobre os principais valores de conservação da natureza;
- Auxiliar na formação de cidadãos com uma consciência conservacionista;
- Sensibilizar a população, dentro de sua realidade sócio-cultural, quanto à questão da preservação da fauna, flora, patrimônio arqueológico e recursos hídricos ocorrentes no Parque e na região;
- Contribuir com iniciativas voltadas à formação de agentes sociais com potencialidades para a disseminação de informações relativas à educação e interpretação ambiental, higiene, saúde pública e cidadania; e,
- Tornar compreensível ao visitante a importância da adoção de técnicas de mínimo impacto, para garantir a manutenção dos recursos naturais e, conseqüentemente, assegurar o uso indireto destes mesmos recursos pelas gerações futuras.

• **Atividades / Subatividades / Normas**

1. Contatar escolas e promover, juntamente com professores e educadores, visitas orientadas com atividades educativas e recreativas para alunos e professores das escolas da região, para divulgar os objetivos e atividades do Parque e também os atrativos naturais acessados por trilhas abertas à visitação;
2. Convidar palestrantes especializados para eventos, cursos e atividades relacionadas com a conservação da natureza;

3. Utilizar os resultados obtidos com as pesquisas no Parque e promover a divulgação em linguagem compatível com o programa de educação e interpretação ambiental;
4. Integrar ações de educação ambiental do Parque com o Pólo Regional de Educação Ambiental, incluindo a formação de multiplicadores;
5. Promover atividades como dias de campo voltados para a população local (técnicas agrícolas adequadas, conservação de água e solo; queima controlada, curvas de nível, entre outros):

Norma: As atividades de educação ambiental deverão ser realizadas por pessoal capacitado, o qual deverá ser treinado pelo IEF;

Norma: As visitas deverão ser preferencialmente agendadas; e,

Norma: A administração do Parque, através dos guardas-parque e da Gerência deverá fazer cumprir as normas estabelecidas para os locais onde é permitido o uso público.

6. Implantar o Projeto “O Parque Vai à Escola”

6.2. Elaborar projeto de educação ambiental com temas específicos (recursos hídricos - rio Jequitinhonha e rio Pinheiros, áreas degradadas - o porquê da proibição de retirada de areia do Parque, áreas de empréstimo - formação de voçoroca e necessidade de contenção e recuperação de seu ecossistema original, assoreamento de rios por garimpo - importância da conservação dos recursos hídricos, papel das florestas ciliares, entre outros temas);

6.3. Realizar visitas orientadas para diversos segmentos do município de Diamantina e distrito de Mendanha, estimulando a compreensão sobre a importância do Parque no contexto natural, cultural e socioeconômico do município;

6.4. Fazer um trabalho de base em parceria com a escola no bairro Cidade Nova, enfocando temas associados a sistema sanitário, saúde, esgoto doméstico, lixo e estimular a compreensão sobre a importância do Parque;

6.5. Fomentar a criação de grupos infantis (clubinhos), tendo como enfoque à temática ambiental e a UC, usando a infra-estrutura do Centro de Visitantes para elaboração e divulgação de material usando linguagem propícia para os diferentes públicos;

6.6. Isentar os alunos das escolas públicas existentes nos municípios abrangidos pela UC, do pagamento de ingresso do Parque, através da confecção de uma carteirinha que os diferencie dos demais visitantes.

Norma: As atividades de educação ambiental deverão ser realizadas por pessoal capacitado e especializado;

Norma: Todas as atividades a serem desenvolvidas neste projeto deverão ser aprovadas pela administração do Parque, e deverão estar de acordo com os objetivos de manejo do parque;

Norma: A apresentação da carteirinha sempre será necessária nas visitas ao Parque, para garantir os benefícios direcionados aos escolares.

7. Implantar “Projeto Material Educativo”

7.1 Confeccionar folhetos informativos de forma compreensível;

4.52

- 7.2 Confeccionar material áudio-visual para aulas, palestras e exposições sobre a UC e importância da conservação de recursos naturais;
- 7.3 Elaborar apostilas, dentro de atividades vivenciais integradas, com a participação dos alunos em oficinas de trabalho, com abordagem de temas como a flora, fauna, limites, acessos, recursos hídricos e belezas cênicas do Parque e outros temas relevantes que tenham sido detectados no plano de manejo; e,
- 7.4 Organizar sistema de divulgação (kits móveis) para atuar nas comunidades (com temas voltados à conservação).

Norma: O projeto em questão deverá buscar parceria com outros projetos existentes na região;

Norma: A elaboração do material educativo deverá ser enfocada na proteção da UC, acompanhada por especialistas na área de educação ambiental e pela administração do Parque;

Norma: Os conteúdos deverão estar adaptados às especificidades de cada público alvo e ou localidade;

Norma: Deverá ser dada especial atenção ao nível de escolaridade das comunidades, na produção do material didático;

Norma: As cartilhas deverão ser utilizadas nas reuniões, oficinas, seminários e cursos de educação ambiental, e distribuídas nas escolas da região;

Norma: Todos os materiais educativos deverão ser produzidos de forma simples e didática e acompanhados de ilustrações, para que possam ser compreendidos por um público diverso; e,

Norma: Organizações comunitárias e outras instituições do entorno também poderão utilizar as cartilhas em reuniões diversas que venham a realizar.

8. Implantar “**Projeto Comunidade**”

- 8.1. Definir cronograma de eventos para realização de palestras, seminários, encontros e oficinas, abordando os objetivos da UC, a finalidade do uso e da conservação dos recursos naturais, as diferenças das categorias de uso em cada Unidade, o zoneamento, as normas gerais e restrições de cada zona e os programas de manejo previstos para as UC:

- 8.1.1. Realizar capacitação específica para membros do conselho consultivo, para os objetivos específicos de manejo da UC e do seu regimento interno;

- 8.1.2. Realizar palestras e cursos sobre temas relacionados ao meio ambiente, saneamento e saúde pública. Os seguintes conteúdos programáticos podem ser inicialmente identificados:

- a. Importância da conservação das florestas do Parque Estadual;
- b. Poluição da água;
- c. Animais e plantas ameaçados de extinção;
- d. Animais peçonhentos e vetores biológicos;
- e. Geologia / geomorfologia;
- f. Controle de atividades degradantes do meio ambiente; e,
- g. Lixo e poluição.

8.1.3. Visitas orientadas de lideranças comunitárias e outros segmentos ou grupos interessados, para conhecimento *in loco* da UC, visando o pleno entendimento do público-alvo sobre a necessidade de preservação de seus recursos naturais.

9. Implantar “**Projeto Educação Ambiental no Garimpo**”

9.1. Realizar campanhas maciças de sensibilização dos garimpeiros, a partir dos seguintes enfoques:

- a. Importância do Parque Estadual do Biribiri como Unidade de Conservação;
- b. Ação humana sobre os recursos hídricos e naturais, e legislação em vigor;
- c. Controle de atividades degradantes do meio ambiente, tais como assoreamento dos cursos d’água, abertura de trilha em locais de declividade acentuada, e/ou em solos rasos, resíduos sólidos (lixo) depositados inadequadamente;
- d. Legislação Ambiental aplicável: Lei nº 9.985/2000 (Lei do SNUC); Lei nº 4.771/1967 (Código Florestal); Decreto de Criação do Parque; Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais); Lei nº 5.197/1967 (Lei de Proteção à Fauna Silvestre); e outros a definir.
- e. Normas de conduta dentro do Parque Estadual; e,
- f. Utilização de equipamentos mínimos de segurança para evitar acidentes.

Norma: As execuções das atividades deste projeto deverão ser efetuadas por profissionais habilitados e efetuadas sob supervisão direta do IEF;

Norma: O projeto deverá ser implementado em parceria com a Cooperativa Regional de Garimpeiros de Diamantina (COOPERGARDI).

10. Implantar “**Projeto Educação Ambiental na Coleta de Ornamentais**”

Ainda que a coleta de plantas ornamentais, principalmente as sempre-vivas, dentro do Parque seja transitória, apenas tolerada enquanto não se procede a regularização fundiária e enquanto não se desenvolvem junto às comunidades alternativas de produção, o presente projeto contempla um conjunto de ações a serem executadas com o objetivo de minimizar danos causados no período da coleta à UC.

10.1. Realizar campanhas maciças, durante o período que antecede a coleta de plantas ornamentais (sempre-vivas) como:

- a. Importância da manutenção de sementes *in loco*;
- b. Controle de atividades degradantes do meio ambiente, tais como abertura de trilha em locais de declividade acentuada, e/ ou em solos rasos, resíduos sólidos (lixo) inorgânicos depositados inadequadamente no local de coleta e nas trilhas, construção de abrigos temporários; e,
- c. Normas gerais do Parque Estadual:

Norma: A execução das atividades deste projeto deverá ser efetuada por profissionais habilitados e efetuadas sob supervisão direta do IEF;

Norma: O projeto deverá ser implementado em parceria com associações que tenham cadastro junto ao IEF autorização para coleta de sempre-vivas e outras plantas ornamentais no Parque; e,

Norma: As ações do projeto deverão priorizar as comunidades que possuem interface direta com o Parque, transformando-os em potenciais multiplicadores ambientais para as comunidades vizinhas.

4.6.1.4 - Programa Temático de Operacionalização

1. Elaborar relatórios mensais de atividades, além do relatório anual de avaliação da área temática;
2. Implementar a organização administrativa do Parque, definida no seu Plano de Manejo (quadro de pessoal);
3. Realizar as ações necessárias para subsidiar a regularização fundiária do Parque:
 - 3.1. Realizar a demarcação dos limites do Parque, com implantação de marcos topográficos, visando à correção e ajuste de seus limites podendo utilizar-se como referencial a base cartográfica do Plano de Manejo,
 - 3.2. Complementar o levantamento socioeconômico e realizar o cadastro e situação dominial de todos os moradores residentes no interior do Parque, incluindo suas benfeitorias;
 - 3.3. Elaborar e implementar Termos de Ajustamento de Conduta e Termos de Compromisso com as Comunidades para definição de direitos e obrigações das partes;
 - 3.4. Encaminhar os documentos para a elaboração do processo de desapropriação para a base de dados do Setor de Regularização Fundiária/Diretoria de Pesca e Biodiversidade (DPB) do IEF;
 - 3.5. Fazer gestão junto ao IEF e ao INCRA para acelerar o processo de regularização fundiária;
 - 3.6. Promover ações para exclusão do bairro Cidade Nova dos limites do Parque;
 - 3.7. Promover ações para exclusão da cadeia pública dos limites do Parque;
 - 3.8. Fazer gestão junto à prefeitura de Diamantina para relocação da estrada municipal Diamantina-Pinheiros para fora dos limites do Parque;
4. Adequar o decreto de criação do Parque em relação ao cálculo da área total da Unidade, em função da orientação do Plano de Manejo;
5. Implantar o Conselho Consultivo para apoiar a Gestão e fortalecer Parque:

Norma: O Conselho Consultivo apoiará a administração geral, nas atividades a serem desenvolvidas no Parque;

Norma: A criação de um Conselho Consultivo tem como base as disposições do SNUC (Lei Federal no 9.985/00), o qual, em seu artigo 29, estabelece que cada Unidade de Conservação de Proteção Integral deverá dispor de um Conselho Consultivo;

Norma: A estruturação do Conselho Consultivo deverá ser definida posteriormente, garantindo a ampla representatividade das áreas temáticas que definem os objetivos específicos de manejo do Parque;

Norma: Após a formalização deste Conselho deverá ser elaborado o Regimento Interno do Conselho, devendo o mesmo ser aprovado pelo IEF; e,

Norma: Deverá ser realizada a capacitação específica para o Conselho Consultivo, para o exercício de suas funções.

6. Compor o quadro mínimo de funcionários, conforme segue:

a. 01 gerente;

Norma: O gerente da UC deverá ser capacitado para exercer a função.

b. 02 funcionários administrativos;

c. 16 porteiros;

d. 10 guarda-parques;

e. 02 funcionários no centro de visitantes;

f. 01 agente para educação ambiental;

g. 02 serventes.

7. Fazer gestão junto ao IEF para atender à demanda de pessoal necessário para compor o quadro de servidores do Parque;

8. Estabelecer parceria com ONG (Organização não Governamental) ou OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) para criação de um fundo para conservação e manejo do Parque e buscar opções para provimento de recuperação:

Norma: Deverá ser organizado um comitê para a gestão do fundo, sendo obrigatória a participação da gerência da UC na estrutura do comitê;

Norma: Os recursos a serem utilizados na implementação do Plano de Manejo do Parque deverão ser provenientes principalmente de dotação orçamentária do IEF, contudo poderão ser originários de outras fontes, apresentadas a seguir:

- Cobrança de ingresso na visitação;
- Negociação com a Mineração Rio Novo, CEMIG (torres de transmissão), Estamparia S. A (barragem), para a efetivação de compensação ambiental, de acordo com a Lei nº 9985/00;
- Doadores, público, privado e organizações não governamentais;
- Convênios com instituições de pesquisas e outras com interesse em desenvolver atividades no Parque; e,
- Financiadores nacionais e/ou internacionais de fundos ambientais.

9. Implantar as seguintes estruturas:

a. Centro administrativo com 150 m² (Zona de Uso Especial, porção Sul):

- 1 sala do gerente;
- 2 banheiros;
- 1 sala reuniões;
- 1 copa;
- 1 sala para administrativo;
- 1 almoxarifado; e,
- mobiliário.

4.56

- b. Centro de manutenção e apoio ao funcionário com 300 m² (Zona de Uso Especial, porção Sul):
 - 1 almoxarifado;
 - 1 sala para brigada;
 - 2 banheiros com vestiário para os funcionários;
 - 1 cozinha;
 - garagem para 3 veículos;
 - 1 oficina;
 - 1 depósito; e,
 - mobiliário.
- c. Casa do Funcionário com 96 m² (Zona de Uso Intensivo, porção Sul):
 - 1 sala;
 - 1 cozinha;
 - 2 quartos;
 - 1 banheiro; e,
 - mobiliário.
- d. Centro de visitantes com 280 m² (Zona de Uso Intensivo, porção Sul):
 - 2 banheiros;
 - 1 anfiteatro para 50 pessoas;
 - 1 biblioteca;
 - 1 hall de entrada;
 - 1 escritório;
 - 1 loja para venda de produtos/artesanato;
 - mobiliário; e,
 - estacionamento.
- e. Portaria principal com 20 m² (Zona de Uso Intensivo, porção Sul):
 - 1 sala;
 - mobiliário;
 - 1 banheiro; e,
 - 1 depósito de lixo.
- f. Núcleo de apoio ao uso público com primeiros socorros com 150 m² (Zona de Uso Intensivo, cachoeira da Sentinela):
 - 2 banheiros;
 - 1 sala para ambulatório;
 - 1 espaço para lanchonete;
 - 1 sala de exposições;
 - mobiliário; e,
 - estacionamento.
- g. Estacionamento (Zona de Uso Intensivo, cachoeira da Sentinela);

- h. Guarita na estrada Municipal sentido Pinheiros-Diamantina com 9 m² (Zona de Uso Especial);
 - i. Guarita na Vila do Biribiri com 9 m² (Zona de Uso Especial);
 - j. Guarita Sentinela, entroncamento da estrada Municipal com a estrada interna com 9 m² (Zona de Uso Intensivo);
 - k. Portaria Mendanha com 40 m² (Zona de Uso Especial em Mendanha);
 - l. Centro de referência do Parque, casa na Vila do Biribiri (em negociação com a Estamparia S. A.);
 - m. Base de apoio ao pesquisador (local a ser definido, após a regularização fundiária, utilizando-se uma das estruturas já implantadas no Parque);
 - n. Sanitários e estacionamento próximo à fazenda Duas Pontes (Zona de Uso Intensivo);
 - o. Portão, na entrada pela Fazenda Duas Pontes (Zona de Uso Especial).
10. Adequar as seguintes infra-estruturas:
- a. Restauração da ponte na estrada dos Cristais;
 - b. Recuperação e manutenção de estradas do interior do Parque, de responsabilidade do Parque (Zona de Uso Intensivo);
 - c. Trilhas de uso intensivo e extensivo no interior do Parque;
 - d. Retirada de postes não utilizados no Parque;
 - e. Implantar sistema de radiocomunicação (1 estação fixa no Centro administrativo, 1 repetidora no Centro de referência, 2 estações móveis e 15 HT's);
 - f. Implantar sistema de telefonia (para administração e uso público) e internet;
 - g. Implantar sistema de energia elétrica/fotovoltaica;
11. Adquirir os seguintes equipamentos:
- a. Kit de primeiros socorros (10 kits);
 - b. Kit fiscalização (10 kits);
 - c. Kit de resgate e salvamento (10 kits);
 - d. Equipamentos para administração (Computador, impressora, fax);
 - e. Equipamentos de áudio-visual (uso público);
 - f. Máquina fotográfica;
 - g. GPS;
 - h. Binóculos;
 - i. Equipamentos de combate a incêndios (quadro 4.06);
 - j. 1 veículo, 1 veículo 4x4 e 2 motos.

O quadro 4.07 apresenta um detalhamento dos kits e acessórios citados anteriormente.

QUADRO 4.07 - DETALHAMENTO DOS KITS E ACESSÓRIOS

KIT FISCALIZAÇÃO	KIT RESGATE	KIT PRIMEIROS SOCORROS	KIT VEÍCULOS
Mochila impermeável (bolsa estanque)	1 maca simples (tipo prancha)	Estojo	Guincho *
Uniforme completo (calça, colete, camisa, bota, boné, capa de chuva)	Conjunto de cintos para imobilização	2 pares de luvas de procedimento descartáveis	Engate *
Facão	Imobilizador cervical	Tesoura sem ponta	Rádio móvel
Rádio portátil SSB/ HF	Cordas de escalada (100 m)	2 rolos de ataduras de crepe	Celubim
Lanterna		1 rolo pequeno de esparadrapo	Facão, machado
Apito		2 pacotes de gase	Corda
		1 bandagem triangular de tecido de algodão	Ferramentas
		Pomada anti-histamínica	
		Anti-séptico tópico com PVPI;	
		Ácido Acetilsalicílico	
		Pinça	

* Específico para veículo 4X4.

Kit - conjunto de materiais e/ou equipamentos necessário a uma atividade.

12. Buscar recursos junto a programas como o PRODETUR para a implantação das medidas previstas no programa de uso público;
13. Estudar a cobrança de ingressos, taxas turísticas e outras formas de arrecadação para viabilizar a manutenção da estrutura do Parque:
 - 13.1. Identificar possíveis fontes de receita como ingresso, concessão de serviços, taxas turísticas, etc.;
 - 13.2. Avaliar experiências em outras unidades de conservação para definição de parâmetros; e,
 - 13.3. Promover reuniões com agências e operadoras locais para avaliar percepção sobre a cobrança de ingressos e outros serviços.
14. Implantar Projeto de Sinalização, visando informar sobre a existência do Parque, seus atributos, plano de manejo, normas de manejo:
 - 14.1. Definir os locais de implantação das placas de sinalização interna e nos limites através de estudo específico;
 - 14.2. Manter o padrão para o modelo de sinalização adotado no interior do Parque;
 - 14.3. Implantar sinalização em todos os pontos onde há circulação e trânsito de pessoas no Parque e entorno, com placas orientativas; e,
 - 14.4. Instalar placas de sinalização nos limites do Parque, identificando-os, bem como indicando as normas de conduta e circulação no seu interior;

Norma: As placas para sinalização deverão interferir o mínimo possível na paisagem;

Norma: As especificações para sinalização deverão ser fornecidas pela Administração;

Norma: Deverão ser seguidas todas as orientações para a sinalização visual de Unidades de Conservação;

Norma: A estruturação e execução das placas de sinalização deverão ser realizadas por pessoal habilitado; e,

Norma: A sinalização nas rodovias deve seguir as normas do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

15. Implantar Projeto de Sinalização dos Atrativos Ecoturísticos:

15.1. Definir os locais para instalação das placas e mensagens;

15.2. Contratar serviços de terceiros para elaboração do projeto (*layout* e estrutura das placas dentro da unidade);

15.3. Checar locais definidos para implantação da sinalização de acesso ao Parque (estradas vicinais e trilhas);

15.4. Sinalizar em locais estratégicos do Parque Estadual (portal, centro de visitantes, estacionamento, trilhas, locais de descanso, rodovia);

15.5. Confeccionar e implantar placas (indicando normas de conduta e circulação no seu interior; mapa do Parque, localização dos pontos de visitação e atrativos, instalações disponíveis aos usuários, indicação das lixeiras, dentre outros).

Norma: O sistema de sinalização e comunicação visual a ser adotado, deverá seguir as orientações do manual de "Orientações para Sinalização Visual de Parques Nacionais, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas" do IBAMA (disponível em <http://www.ibama.gov.br/unidades/guiadechefe/>);

Norma: A instalação de sinalização nos sítios arqueológicos deve ser orientada e autorizada pelo IPHAN, seguindo modelo específico, dentro de um plano de manejo geral e específico para cada sítio que será visitado;

Norma: As placas de sinalização deverão interferir o mínimo possível na paisagem;

Norma: As placas de sinalização deverão conter a indicação do atrativo a ser visitado, a distância do percurso, o grau de dificuldade da caminhada e o tempo necessário para sua realização - bem como relevar as questões de segurança tal qual a obrigação ou não de estar acompanhado por um guia; e,

Norma: As propostas de modelos de placas deverão ser submetidas à aprovação do IEF.

16. Capacitar recursos humanos para garantir a gestão da proteção do Parque, abrangendo os seguintes itens:

16.1. Capacitação e treinamento para função de fiscalização (10 guarda-parques);

16.2. Capacitação em apoio à pesquisa (10 guarda-parques);

16.3. Treinamento em operação e manutenção de equipamentos (GPS, rádio-comunicadores, informática - 30 servidores); e,

16.4. Cursos de primeiros socorros para todos os servidores da UC (34 servidores);

Norma: Deverá contactar Corpo de Bombeiros ou Polícia Ambiental para ministrar o curso; e,

Norma: A cartilha de primeiros socorros deverá ser mantida em locais de fácil acesso dentro do Parque, tais como o centro de visitantes, centro administrativo, guaritas, etc.

17. Alimentar o banco de dados de gestão do Parque no SIG;
18. Adquirir equipamentos de proteção individual (EPI) para todos os funcionários;
19. Realizar curso de capacitação básica para os guarda-parques e monitores para o Programa de Uso Público;
 - 19.1. Treinar funcionários e voluntários do Parque para as funções administrativas, apoio e segurança à visitação e de proteção do patrimônio (10 guarda-parques);
 - 19.2. Capacitar recursos humanos para garantir a segurança dos visitantes no Parque, incluindo cursos de primeiros socorros, em convênio com o Corpo de Bombeiros e/ou a Polícia Ambiental;
 - 19.3. Treinar guardas-parques para proteção da integridade ambiental do patrimônio natural da UC, nas atividades de uso público (impedir dilapidação do patrimônio natural pelos turistas);
 - 19.4. Credenciar monitores locais capacitados para conduzir grupos em trilhas e atrativos no interior do Parque; e,
 - 19.5. Realizar curso de capacitação básica dos monitores/guardas-parque para condução e monitoramento de grupos de visitantes, com o seguinte conteúdo mínimo:
 - Noções básicas de meio ambiente e ecologia;
 - Noções sobre aspectos físicos, ecologia, arqueologia e a história da região;
 - Conceitos de ecoturismo e educação ambiental;
 - Técnicas de condução de grupos;
 - Minimização de impactos da visitação;
 - Utilização de equipamentos como GPS, cordas e outros;
 - Noções de segurança e primeiros socorros; e,
 - Noções básicas sobre Patrimônio Arqueológico, envolvendo: “O que é Arqueologia”; “A vida do Homem no período Pré-Colonial e seus principais vestígios”; “Os Grafismos Rupestres”; “A História da Região de Diamantina e seus principais vestígios”; “Como se comportar em um Sítio Arqueológico”; “Legislação, orientações gerais sobre como proceder em caso de descobertas fortuitas de material arqueológico”; “Como trabalhar com o material didático específico sobre este tema”; e, “Monitoramento dos sítios por alguns guardas parques previamente capacitados”.
20. Implantar o Projeto Comunicação Visual e Divulgação do Parque:
 - 20.1. Criar logotipo do Parque, voltado à identidade e vocação ecoturística da UC (“A Descoberta do Diamante”);
 - 20.2. Elaborar bottons, camisetas e *souvenirs*, com base no logotipo e nos atrativos do Parque, complementando a arrecadação de renda para manutenção do Parque;

- 20.3. Divulgar os atrativos turísticos e ecoturísticos do Parque, como o Caminho dos Escravos, Cachoeiras da Sentinela e dos Cristais, a vegetação rupestre e a fauna do cerrado, através dos veículos de divulgação escrita e falada (folders, sites, propagandas TV);
- 20.4. Divulgar a logomarca elaborada para o Parque;
- 20.5. Conceber, preparar e imprimir o material promocional, incluindo: "folders" cartazes, cartilhas, revistas e outros;
- 20.6. Preparar o material de promoção e divulgação necessário para apoiar e atender às necessidades dos outros projetos;
- 20.7. Distribuir o material promocional no centro de visitantes, eventos, encontros e outras atividades externas;
- 20.8. Integrar atrativos do Parque a roteiros regionais (Circuito dos Diamantes, Estrada Real, entre outros);
- 20.9. Elaborar material informativo e de divulgação dos atrativos do Parque para distribuição em agências, operadoras e equipamentos turísticos da região;
- 20.10. Realizar gestões para a inclusão do Parque nos materiais informativos e de divulgação do turismo na região;
- 20.11. Realizar gestões para a implantação de atrativos voltados para o turismo de aventura na área de influência do Parque, em particular *rafting* no rio Jequitinhonha e rapel/técnicas verticais nos paredões no acesso à Gruta do Salitre;
- 20.12. Promover a participação em eventos culturais e recreativos especialmente programados, na Vila do Biribiri e em Diamantina (Vesperata);
 - Norma: A execução do projeto de material promocional será de responsabilidade do IEF, que poderá delegar tal atividade para terceiros, desde que devidamente legalizado através de convênio ou outro instrumento afim;
 - Norma: Todo material promocional elaborado deverá ser submetido à aprovação da administração do Parque (IEF);
 - Norma: O material promocional a ser produzido deve ser padronizado e inserido na filosofia de toda a estrutura do Governo do Estado de Minas Gerais; e,
 - Norma: O material promocional deve ser mantido em registros da administração do Parque através do SIG.
21. Executar programas de manutenção e perenização de estradas de acesso e de serviço;
22. Apoiar seminários e outros eventos a serem desenvolvidos em parceria com instituições de pesquisa e ensino;
23. Remover cercas e postes abandonados no interior da UC;
24. Elaborar e implementar um Projeto de Manutenção do Parque;
25. Fazer gestão para ampliar a área do Parque, conforme ações nas áreas estratégicas externas; e,
26. Fazer gestão para resolver as questões legais dos requerimentos de lavra junto ao Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM/MME.

4.6.2 - Ações Gerenciais Gerais Externas

As ações gerenciais gerais da Zona de Amortecimento e região foram definidas para os seguintes programas temáticos: Controle Ambiental, Alternativas de Desenvolvimento e Integração Externa.

4.6.2.1 - Programa Temático de Controle Ambiental

- **Atividades / Subatividades / Normas**

1. Realizar controle ambiental das atividades de uso e ocupação do solo na Zona de Amortecimento, através de visitas, sobrevôos e análise de imagens de satélite obtidas de forma periódicas:

Norma: Os sobrevôos deverão ser realizados no mínimo semestralmente;

Norma: As imagens de satélite deverão ser obtidas anualmente; e,

Norma: Deverá ser dada especial atenção às áreas adjacentes à Diamantina, Mendanha, Sopa, Guinda e as comunidades de Pinheiros e Maria Nunes.

2. Estimular e participar de ações que visam à formação de corredores ecológicos, cujas ações estão sugeridas a seguir:

- 2.1. Promover a recuperação de fragmentos savânicos e florestais visando à conectividade entre áreas (Corredores Ecológicos);

- 2.2. Inventariar as propriedades do entorno que não tenham reserva legal averbada ou área averbada inferior ao determinado pela lei;

- 2.3. Efetuar estudo para determinar locais-chave para serem averbados como reserva legal nas propriedades do entorno, com vistas a estender a proteção de fragmentos florestais e a direcionar que áreas degradadas que venham a ser averbadas como reserva legal localizem-se ao lado, ou o mais próximo possível, de fragmentos florestais e/ou em locais onde possam funcionar como futuros corredores;

- 2.4. Incentivar a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN's) em propriedades do entorno; e,

- 2.5. Atuar junto aos órgãos competentes para auxílio no cumprimento da exigência de averbação de reserva legal de propriedades do entorno.

4.6.2.2 - Programa Temático de Alternativas de Desenvolvimento

- **Atividades / Subatividades / Normas**

1. Participar/integrar planos e projetos coordenados pelas comunidades e associações representativas;

2. Envolver a comunidade como aliada à preservação do Parque: formação de monitores locais, utilização de mão-de-obra local nos serviços;

3. Difundir junto às comunidades do entorno sistemas agrícolas adequados às condições ambientais e socioeconômicas da região;

4. Incentivar práticas ambientais sustentáveis no entorno;

5. Fomentar projeto piloto de Meliponicultura no entorno, o qual consiste em um sistema de criação de abelhas nativas para produção de mel:

- 5.1 Realizar levantamento do potencial para criação de abelhas nativas, para produção de mel, através de pesquisa de campo interativa (técnicos / comunitários);
- 5.2 Implementar um projeto piloto de criação de abelhas silvestres nativas, em área a ser definida com base no levantamento efetuado;
- 5.3 Capacitar comunitários para a manutenção da meliponicultura;
- 5.4 Desenvolver parcerias com comunidades locais e suas entidades representativas, voltadas para comercialização do produto; e,
- 5.5 Organizar feiras que ampliem para outras comunidades o conhecimento e o interesse pelo mel:

Norma: As atividades deverão ser desenvolvidas com auxílio de especialistas;

Norma: Não poderão ser introduzidas espécies de abelhas exóticas ou oriundas de biomas diferentes da existente; e,

Norma: O armazenamento deverá atender padrões de higiene exigidos pela vigilância sanitária.

6. Apoiar a implementação de projetos regionais em desenvolvimento;
 - 6.1 Plano de Desenvolvimento do Alto Jequitinhonha - Elaboração e Implementação sob a responsabilidade da AMAJE:
 - Projeto de Agregação de Valor aos Produtos Derivados de Cana-de-Açúcar;
 - Projeto de Fruticultura.
7. Fazer gestões para capacitar prestadores de serviços turísticos nas comunidades do entorno; e,
8. Apoiar ações de sensibilização da população local e prestadores de serviços para a necessidade de melhoria contínua no atendimento ao turista.

4.6.2.3 - Programa Temático de Integração Externa

- **Atividades / Subatividades / Normas**

1. Estabelecer parcerias e/ou convênios de cooperação técnica, voltados à preservação ambiental e ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno;
2. Buscar a integração das instituições nos diversos níveis (Federal, Estadual e Municipal) compatibilizando as linhas de atuação voltadas ao cumprimento dos objetivos do Parque;
3. Estabelecer termo de cooperação técnica com a prefeitura de Diamantina para repasse da verba do ICMS ecológico;
4. Criar um Grupo de Trabalho - GT (IEF, IBAMA, MMA, ONG's, INCRA, Prefeituras) com vistas à implantação dos corredores ecológicos;
5. Estabelecer convênio com instituições de pesquisa (FAFEID, UFMG, Instituto Eschwege, outros);
6. Fazer gestão com a administração da Vila de Biribiri para implementação de ações integradas de uso público;
7. Apoiar a busca de investimentos para o desenvolvimento da Vila do Biribiri visando turismo;

8. Fazer gestão com as instituições para integração das ações de uso público com o programa Estrada Real (Lei nº 13.173 de 20 de janeiro de 1999 - Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real);
9. Integrar as ações de uso público do Parque com as ações e projetos financiados pelo PRODETUR na Zona de Amortecimento (APAs, Estrada Real, Circuito dos Diamantes, ecoturismo);
10. Apoiar projetos participativos voltados ao ecoturismo, em áreas de interesse ecológico cultural e religioso;
11. Apoiar o Projeto Cara Brasileira - o slogan é “Diamantina Sempre-viva”, a comunidade trabalha o projeto com o qual se identifica (culinária, artesanato, etc.);
12. Fazer gestão com o SENAC/Diamantina para atender as demandas de capacitação (hotelaria, culinária, serviços);
13. Apoiar o Programa Turismo Solidário da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas (SEDVAN);
14. Realizar ações de educação ambiental buscando a integração dos municípios e comunidades do entorno;
15. Apoiar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS) junto aos distritos e comunidades do entorno; e,
16. Apoiar ações junto aos municípios de Diamantina, Gouveia e Datas, para obtenção de recursos para a elaboração de um projeto de revitalização e uso turístico do trecho Diamantina/Estação da Ferrovia Barão de Guaicuí.

4.6.3 - Áreas Estratégicas Internas

Áreas Estratégicas Internas são aquelas relevantes para o manejo e o alcance dos objetivos de criação do Parque Estadual do Biribiri, respaldada pelas condições ecológicas peculiares e vocação para atividades específicas, aos quais serão direcionadas estratégias visando reverter os pontos fracos ou otimizar os pontos fortes do Parque.

Foram definidas 9 áreas estratégicas internas para o Parque Estadual do Biribiri:

- Córregos Barris, São João e Caetano Monteiro;
- Cachoeira da Sentinela, Barragens do Biribiri, Lapas do Desenho e Sentinela e ribeirão das Pedras;
- Área de registro de espécie nova de *Columbina* sp.;
- Grupiara e turfeiras no São Miguel, voçoroca;
- Caminho dos Escravos;
- Bairro Cidade Nova e bota-fora;
- Áreas de empréstimo, em frente a FAFEID;
- Matas ciliares nas margens do rio Pinheiros; e,
- Rio Jequitinhonha.

Na figura 4.05 apresenta-se a localização das áreas estratégicas internas, no contexto do zoneamento do Parque.

FIGURA 4.05 - ÁREAS ESTRATÉGICAS

Verso (plástico)

4.6.3.1 - Área Estratégica Interna Córregos Barris, São João e Caetano Monteiro

- **Aspectos gerais**

A Área Estratégica Interna Córregos do Barris, São João e Caetano Monteiro, abrange as nascentes desses córregos, que drenam para o rio Jequitinhonha. Esta área sofre intensa ação de exploração de recursos minerais e naturais. Abrange ainda, sítios histórico-culturais e arqueológicos: a Lapa do Barril, composta por um conjunto de grandes paredões e o Sítio de Mineração do Barril, onde atividades de mineração recente se sobrepõem a antigas atividades de garimpo.

As ações principais para essa área estratégica, são: pesquisa e monitoramento; proteção e manejo; uso público e operacionalização.

- **Resultados esperados**

- Realização de pesquisas com o objetivo de aumentar o nível de conhecimento do Parque;
- Recuperação de áreas degradadas e controle as voçorocas;
- Redução da pressão antrópica; e,
- Proteção dos recursos do Parque.

- **Atividades**

- **Pesquisa e Monitoramento**

1. Fomentar estudos sobre a biologia e ecologia de uma nova espécie de bagre (*Rhamdiopsis* sp.), encontrada no córrego Caetano Monteiro (Messias);
2. Fomentar pesquisas arqueológicas no conjunto de paredões do Barril (córrego São João); e,
3. Fomentar pesquisa nas áreas de Floresta Paludosa e Campo no córrego Caetano Monteiro.

- **Proteção e Manejo**

1. Promover a recuperação de áreas degradadas e ações de controle da erosão do solo; e,
- Intensificar as ações de fiscalização nessa área.

– **Uso Público**

1. Implantar o roteiro temático “Conhecendo Cachoeiras”, que tem como atrativo principal o banho nas cachoeiras existentes no interior do Parque:

1.1 Implantação em médio prazo - trilha de média dificuldade, na porção Nordeste do Parque: partindo de Mendanha, a partir do ponto final do Caminho dos Escravos, percorre-se a pé a trilha de uso extensivo (prevista para implantação) até a chegada ao atrativo principal, denominado Cachoeira do Barris:

1.1.1 Demarcar em campo o melhor trajeto para a Trilha do Barris para facilitar a visualização do percurso pelo monitor, para que não sejam utilizados caminhos paralelos,

1.1.2 Promover o mapeamento e a recuperação dos trechos erodidos;

1.1.3 Implantar a trilha, através de roçada manual, poda da vegetação e retirada de obstáculos; e,

1.1.4 Implantar estruturas de apoio (rústicas) à visita na Cachoeira do Barris: sinalização indicativa e interpretativa, lixeiras, área de piquenique com mesas; e demarcar áreas de circulação de pedestres e acessos às cachoeiras.

4.6.3.2 - Área Estratégica Interna Cachoeira da Sentinela, Barragens do Biribiri, Lapas do Desenho e Sentinela e ribeirão das Pedras

• **Aspectos gerais**

Esta Área Estratégica engloba o ribeirão das Pedras, as cachoeiras da Sentinela e dos Cristais, os sítios arqueológicos da Lapa da Sentinela e Desenhos e as barragens do Biribiri. Esta área sofre intensa atividade de turismo desordenado, exploração mineral (areia e diamante) e vegetal (extração de lenha).

As ações principais para essa área estratégica, são: pesquisa e monitoramento; proteção e manejo; uso público e operacionalização.

• **Resultados esperados**

- Realização de pesquisas com o objetivo de aumentar o nível de conhecimento do Parque;
- Roteiro temático “A Descoberta do Diamante” implantado;
- Uso público das cachoeiras ordenado e controlado;
- Infra-estruturas de apoio à visita e a fiscalização implantadas;
- Vias de acesso recuperadas;
- Cachoeiras despoluídas;
- Extração de areia proibida;
- Ribeirão das Pedras recuperado; e,
- Barragens licenciadas e funcionando de maneira a minimizar os impactos sobre a biota aquática.

- **Atividades**

- **Pesquisa e Monitoramento**

1. Inventário das espécies de peixes dos rios locais, em especial o ribeirão das Pedras, visando um maior conhecimento sobre as estruturas das comunidades existentes e sua conservação nos diferentes cursos d'água da região.

- **Proteção e Manejo**

1. Promover a recuperação de áreas degradadas identificadas inicialmente nos estudos de Avaliação Ecológica Rápida:
 - 1.1. Áreas atingidas pelo garimpo no ribeirão das Pedras e na cachoeira da Sentinela.
2. Proibir extração de areia nos pontos do ribeirão das Pedras; e,
3. Retirar resíduos sólidos das cachoeiras da Sentinela e dos Cristais.

- **Uso Público**

1. Implantar o roteiro temático “A Descoberta do Diamante”, conforme indicado no Programa de Uso Público.

- **Operacionalização**

1. Implantar a guarita no entrocamento da estrada, o núcleo de apoio ao uso público e estacionamento; e,
2. Fazer gestão junto a Estamparia S. A. para estabelecer procedimentos em relação às barragens:
 - 2.1 Licenciar as barragens;
 - 2.2 Desenvolver projeto para eliminar espécies exóticas de peixes; e,
 - 2.3 Desenvolver um projeto para que a descarga das barragens seja de superfície, onde a areia acumulada poderá ser removida e a matéria orgânica utilizada na recuperação de áreas degradadas. O projeto deverá ser submetido ao IEF para avaliação e aprovação.

Norma: Até que se desenvolva o Projeto indicado acima, a descarga deverá ser de fundo, evitando impactos a jusante sobre a biota aquática.

4.6.3.3 - Área Estratégica Interna Área de Registro de Espécie Nova de *Columbina* sp.

- **Aspectos gerais**

Esta área está localizada ao Sul do Parque e engloba o córrego Água Limpa e suas nascentes. Definida por se tratar de uma área onde foi identificada uma nova espécie de ave do gênero *Columbina* sp.

Nesta área serão construídas as infra-estruturas de apoio ao uso público e a administração do Parque.

4.70

- **Resultados esperados**

- Realização de pesquisas com o objetivo de identificar nova espécie de Columbidae e aumentar assim, o nível de conhecimento do Parque.

- **Atividades**

- **Pesquisa e Monitoramento**

1. Fomentar estudo sobre a determinação taxonômica e biologia da possível nova espécie de Columbidae (Ave) diagnosticada no Parque.

4.6.3.4 - Área Estratégica Interna Grupiara e Turfeiras no São Miguel, Voçoroca

- **Aspectos gerais**

Área localizada na porção central do Parque engloba as nascentes do córrego São Miguel. Parte dessa área é hoje ocupada pela Fazenda do Sr. Geraldo Miranda, possui uso intenso, com plantio de espécies exóticas, extração vegetal e presença de animais domésticos. Essa área apresenta também, áreas com turfeiras e grupiara onde se formou uma grande voçoroca.

- **Resultados esperados**

- Situação fundiária regularizada;
- Áreas degradadas recuperadas com monitoramento de processo de recuperação; e,
- Estudos sobre turfeiras realizado.

- **Atividades**

- **Pesquisa e Monitoramento**

1. Fomentar estudos sobre a origem, dinâmica e importância ecológica das turfeiras; e,
2. Fomentar a realização de estudos de recuperação de áreas degradadas por erosão e por exploração mineral.

- **Uso Público**

1. Implantar Projeto de Educação Ambiental no Garimpo.

- **Operacionalização**

1. Promover ações necessárias para subsidiar a regularização fundiária do Parque, conforme indicado no Programa de Operacionalização.

4.6.3.5 - Área Estratégica Interna Caminho dos Escravos

- **Aspectos gerais**

Essa área envolve todo o trecho do Caminho dos Escravos dentro do Parque.

- **Resultados esperados**

- Caminho dos Escravos restaurado e delimitado;
- Espécies exóticas controladas; e,
- Programa de Uso público implementado.

- **Atividades**

- **Pesquisa e Monitoramento**

1. Fomentar projeto de restauração e delimitação de todo o trecho do Caminho dos Escravos; e,
2. O projeto deve ser aprovado e fiscalizado pelo IPHAN e IEPHA.

- **Proteção e Manejo**

1. Retirada gradativa e controle de espécies exóticas ao longo do córrego Palmital.

- **Uso Público**

2. Implantar o roteiro temático “A Vida Colonial”, a partir da opção percurso do Caminho dos Escravos.

4.6.3.6 - Área Estratégica Interna Bairro Cidade Nova e Bota-fora

- **Aspectos gerais**

Área ao Sul do Parque, onde está inserido o bairro Cidade Nova e as áreas de bota-fora nas imediações da estrada municipal.

- **Resultados esperados**

- Exclusão do bairro Cidade Nova dos limites do Parque;
- Bairro Cidade Nova com tratamento de efluentes adequado;
- Projeto Comunidade implementado; e,
- Áreas de bota-fora recuperadas.

- **Atividades**

- **Uso público**

1. Implantar o Programa de Uso Público, Projeto Comunidade.

- **Operacionalização**

1. Promover ações necessárias para subsidiar a regularização fundiária do Parque, conforme indicado no Programa de Operacionalização;
2. Fazer gestão junto a Prefeitura de Diamantina para retirada de bota-fora nas imediações da estrada municipal; e,
3. Fazer gestão junto a COPASA para implantação de tratamento dos efluentes gerados pelo bairro Cidade Nova.

4.6.3.7 - Área Estratégica Interna Áreas de Empréstimo

- **Aspectos gerais**

Área de empréstimo na porção Sudeste do Parque, em frente ao Campus II da Faculdades Integradas Federais de Diamantina (FAFEID).

- **Resultados esperados**

- Áreas de empréstimo recuperada.

- **Atividades**

- **Pesquisa e Monitoramento**

1. Fomentar estudos de recuperação de áreas degradadas por exploração de áreas de empréstimo.

- **Operacionalização**

1. Fazer gestão junto à instituição responsável para sua recuperação; e,
2. Fazer gestão junto a FAFEID, para o desenvolvimento de pesquisas com recuperação e monitoramento nesta área.

4.6.3.8 - Área Estratégica Interna Matas Ciliares nas Margens do Rio Pinheiros

- **Aspectos gerais**

Área nas margens do rio Pinheiros, no limite Oeste/Nordeste do Parque.

- **Resultados esperados**

- Rio Pinheiros recuperado; e,
- Pesquisas no rio Pinheiros realizadas.

- **Atividades**

- **Pesquisa e Monitoramento**

1. Fomentar pesquisas com a flora e a fauna nas Matas Ciliares; e,
2. Fomentar o desenvolvimento de projetos para a preservação da fauna associada às Matas Ciliares do rio Pinheiros.

- **Proteção e Manejo**

1. Fazer gestão para a recuperação do rio Pinheiros e de suas Matas Ciliares.

- **Operacionalização**

1. Fazer gestão junto a COPASA para monitoramento da qualidade da água do rio Pinheiros.

4.6.3.9 - Área Estratégica Interna Rio Jequitinhonha

- **Aspectos gerais**

Essa área abrange o trecho do rio Jequitinhonha que faz limite com o Parque.

- **Resultados esperados**

- Rio Jequitinhonha recuperado; e,
- Pesquisas no rio Jequitinhonha realizadas.

- **Atividades**

- **Pesquisa e Monitoramento**

1. Fomentar pesquisas com a flora e a fauna nas Matas Ciliares, fauna aquática, minerárias e arqueológicas.

- **Proteção e Manejo**

1. Fazer gestão para a recuperação do rio Jequitinhonha.

- **Operacionalização**

1. Fazer gestão junto a COPASA para monitoramento da qualidade da água do rio Jequitinhonha.

4.6.4 - Áreas Estratégicas Externas

As áreas estratégicas externas são aquelas relevantes para a interação do Parque Estadual do Biribiri com sua região, especialmente a sua Zona de Amortecimento, que apresentam situações específicas (ameaças/oportunidades) para as quais serão direcionadas estratégias visando reverter ou otimizar o quadro.

O estabelecimento de áreas estratégicas tem seu respaldo na Lei nº 9.985/00, que dispõe no parágrafo 1º do Art. 25.: “O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos naturais da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação”.

Foram definidas 12 áreas estratégicas externas ao Parque Estadual do Biribiri:

- Vila do Biribiri;
- Fazenda Duas Ponte;
- Fazenda do Zé Fernandes;
- Ribeirão do Guinda e Córrego do Tijuco;
- Diamantina, Bairros Bela Vista e Cazuza;
- Região de ampliação do Parque (acima de Pinheiros);
- Mendanha;
- Comunidade de Pinheiros;
- Comunidade de Maria Nunes;

4.74

- Comunidades de Sopa e Guinda;
- Área de Preservação Pau-de-Fruta (Copasa); e,
- BR-367.

4.6.4.1 - Área Estratégica Externa Vila do Biribiri

- **Aspectos gerais**

Essa área pertence à Estamparia S. A., abrange o conjunto histórico-arquitetônico construído no século XIX, composto 35 construções. Considerado um marco do desenvolvimento da indústria têxtil do Estado.

- **Resultados esperados**

- Vila do Biribiri estruturada e qualificada em serviços de hospedagem e alimentação, para atendimento aos visitantes do Parque;
- Museu da Vila implantado; e,
- Centro de referência do Parque implantado.

- **Atividades**

- **Uso Público**

1. Implantar o roteiro temático “Vida Industrial” - conheça a Vila do Biribiri, conforme indicado no Programa de Uso Público.

- **Operacionalização**

1. Implantar guarita próxima a Vila do Biribiri.

4.6.4.2 - Área Estratégica Externa Fazenda Duas Pontes

- **Aspectos gerais**

Área localizada a Sudeste do Parque, seus limites são o Parque e a BR-367. Essa área possui um uso intenso, com espécies exóticas e animais domésticos, gerando pressão sobre o Parque. O caminho dos escravos corta a Fazenda Duas Pontes.

- **Resultados esperados**

- Fazenda Duas Pontes incorporada ao Parque, com a situação fundiária regularizada;
- Área recuperada; e,
- Trecho do Caminho dos Escravos identificado e restaurado.

- **Atividades**

- **Proteção e Manejo**

1. Após incorporada ao Parque, essa área deverá passar para um Zona de Recuperação.

- **Uso público**

1. Implantar ação de restauração do trecho do Caminho dos Escravos que passa dentro da Fazenda Duas Pontes, conforme projeto específico aprovado pelo IPHAN e IEPHA.

– **Operacionalização**

1. Fazer gestão para incorporar esta área ao Parque; e,
2. Promover ações necessárias para subsidiar a regularização fundiária do Parque, conforme indicado no Programa de Operacionalização.

4.6.4.3 - Área Estratégica Externa Fazenda do Zé Fernandes

• **Aspectos gerais**

Área localizada a Sul do Parque, seus limites são o Parque e a BR-367.

• **Resultados esperados**

- Fazenda do Zé Fernandes incorporada ao Parque, com a situação fundiária regularizada; e,
- Área recuperada.

• **Atividades**

– **Proteção e Manejo**

1. Após incorporada ao Parque, essa área deverá passar para um Zona de Recuperação.

– **Operacionalização**

1. Fazer gestão para incorporar esta área ao Parque; e,
2. Promover ações necessárias para subsidiar a regularização fundiária do Parque, conforme indicado no Programa de Operacionalização.

4.6.4.4 - Área Estratégica Externa ribeirão do Guinda e Córrego do Tijuco

• **Aspectos gerais**

Esta área engloba o ribeirão do Guinda e o córrego do Tijuco, importantes cursos d'água, que contribuem na formação do ribeirão das Pedras.

O ribeirão do Guinda sofre influência dos distritos e Sopa e Guinda, que são regiões de garimpo e atividade que causa o seu assoreamento.

O córrego do Tijuco recebe o esgoto dos bairros Cidade Nova, Bela Vista e Cazusa.

• **Resultados esperados**

- As águas do córrego do Tijuco e do ribeirão do Guinda recuperadas;
- Monitoramento da qualidade das águas córrego do Tijuco e do ribeirão do Guinda, implantado; e,
- Assoreamento do ribeirão do Guinda controlado.

• **Atividades**

– **Operacionalização**

1. Fazer gestão junto a COPASA para monitoramento da qualidade das águas do ribeirão do Guinda e córrego do Tijuco.

4.6.4.5 - Área Estratégica Externa Diamantina, Bairros Bela Vista e Cazuzu

- **Aspectos gerais**

Esta área engloba o município de Diamantina e destacando os bairros de Bela Vista e Cazuzu, pelo fato do esgoto desses bairros ser lançado no córrego Tijuco.

- **Resultados esperados**

- Monitores locais treinados para o atendimento aos visitantes;
- Efluentes dos bairros Bela Vista e Cazuzu tratados; e,
- Programa de Uso Público e de Alternativas de Desenvolvimento implementados.

- **Atividades**

- **Uso público**

1. Implantar Programa de Uso Público, Subprograma de Educação Ambiental.

- **Operacionalização**

1. Fazer gestão junto a COPASA para tratamento do esgoto dos bairros Bela Vista e Cazuzu.

- **Alternativas de desenvolvimento**

1. Implantar Programa de Alternativas de Desenvolvimento; e,
2. Envolver a comunidade como aliada à preservação, formando monitores locais e utilizando a mão-de-obra local nos serviços.

4.6.4.6 - Área Estratégica Externa Região de Ampliação do Parque (acima da comunidade de Pinheiros)

- **Aspectos gerais**

Esta área estratégica engloba parte do rio Pinheiros e as nascentes dos córregos da Dona, do Mosquito e Santo Antônio. É uma área de remanescente de Floresta Estacional e formações campestres - Campo Limpo e Campo Rupestres, que possibilita a integridade e preservação de comunidades bióticas na região.

- **Resultados esperados**

- Área do Parque ampliada em sua porção Noroeste;
- Levantamentos realizados;
- Situação fundiária regularizada; e,
- Formação de corredor ecológico com o Parque Nacional das Sempre-vivas.

- **Atividades**

- **Pesquisa e Monitoramento**

1. Fomentar estudos dos meios biótico, abióticos e socioeconômicos.

- **Operacionalização**

1. Fazer gestão para incorporar esta área ao Parque; e,

2. Promover ações necessárias para subsidiar a regularização fundiária do Parque, conforme indicado no Programa de Operacionalização.

4.6.4.7 - Área Estratégica Externa Mendanha

- **Aspectos gerais**

Esta área estratégica engloba o Distrito de Mendanha, localizado a Leste no entorno imediato do Parque.

- **Resultados esperados**

- Estrutura implantada para gestão do Parque;
- Pesquisas arqueológicas realizadas; e,
- Subprograma de Educação Ambiental implementado.

- **Atividades**

- **Pesquisa e Monitoramento**

1. Fomentar pesquisas arqueológicas.

- **Uso público**

1. Implementar Programa de Uso Público, Subprograma de Educação Ambiental.

- **Operacionalização**

1. Implantar Portaria de Mendanha, na entrada do Parque, como apoio a fiscalização.

- **Alternativas de desenvolvimento**

1. Implantar Programa de Alternativas de Desenvolvimento; e,
2. Envolver a comunidade como aliada à preservação, formando monitores locais e utilizando a mão-de-obra local nos serviços.

4.6.4.8 - Área Estratégica Externa Comunidade de Pinheiros

- **Aspectos gerais**

Esta área estratégica engloba a comunidade de Pinheiros, localizada a Noroeste no entorno imediato do Parque.

- **Resultados esperados**

- Pesquisas arqueológicas e com plantas medicinais realizadas; e,
- Subprograma de Educação Ambiental implementado.

- **Atividades**

- **Pesquisa e Monitoramento**

1. Fomentar pesquisas arqueológicas e com plantas medicinais.

- **Uso Público**

1. Implementar Programa de Uso Público, Subprograma de Educação Ambiental.

– **Alternativas de desenvolvimento**

1. Implementar Programa de Alternativas de Desenvolvimento; e,
2. Envolver a comunidade como aliada à preservação, formando monitores locais e utilizando a mão-de-obra local nos serviços.

4.6.4.9 - Área Estratégica Externa Comunidade de Maria Nunes

• **Aspectos gerais**

Esta área estratégica engloba a comunidade de Maria Nunes, localizada ao Norte no entorno imediato do Parque.

• **Resultados esperados**

- Pesquisas arqueológicas e com plantas medicinais realizadas; e,
- Subprograma de Educação Ambiental implementado.

• **Atividades**

– **Pesquisa e Monitoramento**

1. Fomentar pesquisas arqueológicas e com plantas medicinais.

– **Uso Público**

1. Implementar Programa de Uso Público, Subprograma de Educação Ambiental.

– **Alternativas de desenvolvimento**

1. Implementar Programa de Alternativas de Desenvolvimento; e,
2. Envolver a comunidade como aliada à preservação, formando monitores locais e utilizando a mão-de-obra local nos serviços.

4.6.4.10 - Área Estratégica Externa Comunidades de Sopa e Guinda

• **Aspectos gerais**

Esta área estratégica engloba os distrito de Sopa e Guinda, localizadas ao Sul no entorno imediato do Parque.

• **Resultados esperados**

- Pesquisas arqueológicas e com plantas medicinais realizadas; e,
- Subprograma de Educação Ambiental implementado.

• **Atividades**

– **Pesquisa e Monitoramento**

1. Fomentar pesquisas arqueológicas e com plantas medicinais.

– **Uso Público**

1. Implementar Programa de Uso Público, Subprograma de Educação Ambiental.

– **Alternativas de desenvolvimento**

1. Implementar Programa de Alternativas de Desenvolvimento; e,
2. Envolver a comunidade como aliada à preservação, formando monitores locais e utilizando a mão-de-obra local nos serviços.

4.6.4.11 - Área Estratégica Externa Área de Preservação Pau-de-Fruta

• **Aspectos gerais**

Esta área engloba a Área de Preservação Pau-de-Fruta

• **Resultados esperados**

- Pesquisas de fauna e flora realizadas.

• **Atividades**

– **Pesquisa e Monitoramento**

1. Fomentar pesquisas sobre flora e fauna, em especial sobre a importância de remanescentes florestais para a mastofauna.

4.6.4.12 - Área Estratégica Externa BR-367

• **Aspectos gerais**

Esta área estratégica engloba a BR-367, no trecho limite com o Parque.

• **Resultados esperados**

- Instalação de lombadas e placas para redução da velocidade na BR-367;
- Redução no número de atropelamentos de animais silvestres.

• **Atividades**

– **Proteção e Manejo**

1. Colocar e manter cercas divisórias do Parque com a BR-367, como forma de proteção; e,
2. Promover ações para a prevenção de atropelamentos da fauna do Parque, conforme indicado pelo Programa de Proteção e Manejo.

4.7 - Enquadramento das Áreas de Atuação por Programas Temáticos

As ações descritas no item anterior, 4.6 - Planejamento por Áreas de Atuação, são apresentadas de uma outra forma - associadas aos temas. Foi organizada uma matriz de modo a permitir a visualização do quê fazer e onde fazer, dentro de quais linhas de ação. No quadro 4.08 são apresentadas as planilhas estruturadas por tema: Pesquisa e Monitoramento; Proteção e Manejo; Uso Público; Operacionalização; Controle Ambiental, Alternativas de Desenvolvimento e Integração Externa.

Estas planilhas permitem uma leitura horizontal (as ações direcionadas por áreas de atuação) e uma vertical (as ações agrupadas segundo os temas), facilitando ao corpo técnico vinculado ao PEB, bem como aos parceiros, a compreensão e execução das ações propostas.

QUADRO 4.08 - ENQUADRAMENTO DAS AÇÕES GERENCIAIS POR PROGRAMAS TEMÁTICOS

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
1. Elaborar relatórios mensais de atividades, além do relatório anual de avaliação da área temática	1. Elaborar relatórios diários, além do relatório anual de avaliação da área temática	1. Implantar o Subprograma de Recreação e Interpretação Ambiental e o Subprograma de Educação Ambiental	1. Elaborar relatórios mensais de atividades, além do relatório anual de avaliação da área temática	1. Realizar controle ambiental das atividades de uso e ocupação do solo na ZA, através de visitas, sobrevôos e análise de imagens de satélite obtidas de forma periódicas	1. Participar / integrar planos e projetos coordenados pelas comunidades e associações representativas	1. Estabelecer parcerias e/ou convênios de cooperação técnica, voltados à preservação ambiental e ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno
2. Elaborar cronograma de realização de pesquisas em andamento e as previstas para o Parque	2. Elaborar manual de procedimentos de fiscalização do Parque, incluindo a rotina de fiscalização e a programação das operações especiais	2. Preparar calendários de eventos contendo atividades recreacionais, exposições, palestras e feiras	2. Implementar a organização administrativa do Parque, definida no seu Plano de Manejo (quadro de pessoal)	2. Estimular e participar de ações que visam à formação de corredores ecológicos	2. Envolver a comunidade como aliada à preservação do Parque: apoio à formação de monitores locais, utilização de mão-de-obra local nos serviços	2. Buscar a integração das instituições nos diversos níveis (Federal, Estadual e Municipal) compatibilizando as linhas de atuação voltadas ao cumprimento dos objetivos do Parque
3. Estabelecer normas de uso das estruturas de apoio à pesquisa e termos de responsabilidade	3. Programar as operações especiais de fiscalização do Parque e entorno	3. Agendar atendimento de grupos específicos e do público em geral	3. Promover ações necessárias para subsidiar a regularização fundiária do Parque:	2.1. Promover a recuperação de fragmentos savânicos e florestais visando à conectividade entre áreas (Corredores Ecológicos)	3. Difundir junto às comunidades do entorno sistemas agrícolas adequados às condições ambientais e socioeconômicas da região	3. Estabelecer termo de cooperação técnica com a prefeitura de Diamantina para repasse da verba do ICMS ecológico

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
4. Zelar pelo cumprimento das metodologias e técnicas de observação e coleta apontadas no Plano de Pesquisa da instituição/pesquisador	4. Estabelecer uma rotina de fiscalização	Subprograma de Recreação e Interpretação Ambiental	3.1. Realizar a demarcação dos limites do Parque, com implantação de marcos topográficos, visando à correção e ajuste de seus limites podendo utilizar-se como referencial a base cartográfica do Plano de Manejo	2.2. Inventariar as propriedades do entorno que não tenham reserva legal averbada ou área averbada inferior ao determinado pela lei	4. Incentivar práticas ambientais sustentáveis no entorno	4. Criar um Grupo de Trabalho - GT (IEF, IBAMA, MMA, ONG's, INCRA, Prefeituras) com vistas à implantação dos corredores ecológicos
5. Organizar e manter atualizado o banco de dados das pesquisas no SIG (Sistema de Informações Geográficas)	5. Definir escalas de serviço das atividades de fiscalização do Parque	4. Implantar o roteiro temático " A Descoberta do Diamante ",	3.2. Complementar o levantamento socioeconômico e realizar o cadastro e situação dominial de todos os moradores residentes no interior do Parque, incluindo suas benfeitorias	2.3. Efetuar estudo para determinar locais-chave para serem averbados como reserva legal nas propriedades do entorno, com vistas a estender a proteção de fragmentos florestais e a direcionar que áreas degradadas que venham a ser averbadas como reserva legal localizem-se ao lado, ou o mais próximo possível, de fragmentos florestais e/ou em locais onde possam funcionar como futuros corredores	5. Fomentar projeto piloto de Meliponicultura no entorno, o qual consiste em um sistema de criação de abelhas nativas para produção de mel	5. Estabelecer convênio com instituições de pesquisa (FAFEID, UFMG, Instituto Eschwege, outros)

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
6. Implantar um sistema permanente de fomento à pesquisa científica, por meio de convênios e acordos de cooperação com universidades e instituições de pesquisa, organismos nacionais e internacionais, tais como CAPES, CNPQ, TNC, FMNA, empresas privadas e fundações, dentre outros	6. Sistematizar as informações e alimentar o banco de dados do Sistema de Proteção no SIG	4.1. Identificar locais mais adequados para a interpretação de recursos associados ao tema (técnicas de garimpo - aluvião e grupiara, sítios histórico-culturais e sua interrelação com os aspectos geológicos e geomorfológicos e impactos ambientais da atividade);	3.3. Elaborar e implementar Termos de Ajustamento de Conduta e Tremo de Compromisso com as Comunidades para definição de direitos e obrigações das partes;	2.4. Incentivar a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN's) em propriedades do entorno	5.1. Realizar levantamento do potencial para criação de abelhas nativas, para produção de mel, através de pesquisa de campo interativa (técnicos / comunitários)	6. Fazer gestão com a administração da Vila de Biribiri para implementação de ações integradas de uso público
7. Promover oficinas e outros eventos com a participação dos pesquisadores para a apresentação da produção científica do Parque	7. Formalizar e reforçar parcerias com órgãos públicos, tais como Polícia Militar (PMMG), Polícia Federal e Corpo de Bombeiros para auxiliar na fiscalização do Parque Estadual;	4.1.1. Analisar viabilidade de estruturação do roteiro temático, no ribeirão das Pedras; e,	3.4. Encaminhar os documentos para a elaboração do processo de desapropriação para a base de dados do Setor de Regularização Fundiária/Diretoria de Pesca e Biodiversidade (DPB) do IEF;	2.5. Atuar junto aos órgãos competentes para auxílio no cumprimento da exigência de averbação de reserva legal de propriedades do entorno	5.2 Implementar um projeto piloto de criação de abelhas silvestres nativas, em área a ser definida com base no levantamento efetuado	7. Apoiar a busca de investimentos para o desenvolvimento da Vila do Biribiri visando turismo

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
8. Apoiar cursos em parceria com instituições de pesquisa	8. Promover a recuperação das áreas degradadas identificadas inicialmente no diagnóstico:	4.1.2. Analisar a viabilidade da utilização de antigos garimpos desativados para programas interpretativos sobre a atividade, na zona de uso intensivo.	3.5. Fazer gestão junto ao IEF e ao INCRA para acelerar o processo de regularização fundiária;		5.3. Capacitar comunitários para a manutenção da meliponicultura	8. Fazer gestão com as instituições para integração das ações de uso público com o programa Estrada Real (Lei nº 13.173 de 20 de janeiro de 1999 - Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real)
9. Apresentar os projetos e os resultados das pesquisas às comunidades locais e funcionários do Parque	8.1. Áreas atingidas pelo garimpo no rio das Pedras no Sítio 1 (Biribiri Sul), pontos 1 (rio das Pedras) e 5 (cachoeira da Sentinela), e no Sítio 2 (Biribiri Norte), pontos 9 (voçoroca na região do campo do Tiago - córrego São Miguel) e 18 (córrego Lambari);	4.2. Capacitar monitores para a interpretação deste roteiro;	3.6. Promover ações para exclusão do bairro Cidade Nova dos limites do Parque;		5.4. Desenvolver parcerias com comunidades locais e suas entidades representativas, voltadas para comercialização do produto	9. Integrar as ações de uso público do Parque com as ações e projetos financiados pelo PRODETUR na Zona de Amortecimento (APAs, Estrada Real, Circuito dos Diamantes, ecoturismo)

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
10. Organizar banco de dados para divulgação das pesquisas:	8.2. Áreas onde atualmente são encontradas pastagens, como no Sítio 1, ponto 4 (margem do ribeirão do Tijucu / Mil Oitavas) e ao longo de todo o trajeto das estradas Diamantina - Vila do Biribiri e Diamantina - Pinheiros;	4.3. Produzir material promocional sobre o Parque e específico sobre o roteiro temático, ressaltando sua temática como fomento ao conhecimento da história do diamante no Brasil e a colonização da região pelos portugueses;	3.7. Promover ações para exclusão da cadeia pública dos limites do Parque;		5.5. Organizar feiras que ampliem para outras comunidades o conhecimento e o interesse pelo mel	10. Apoiar projetos participativos voltados ao ecoturismo, em áreas de interesse ecológico cultural e religioso
10.1. Produzir folhetos informativos relacionados aos resultados das pesquisas, o qual servirá como Carta de Apresentação para instituições do mundo todo	8.3. Controle e remoção de espécies exóticas como as observadas ao longo de todo o Caminho dos Escravos;	4.4. Apoiar a criação de um centro de referência sobre os diamantes, no entorno do Parque; e,	3.8. Fazer gestão junto à prefeitura de Diamantina para relocação da estrada municipal Diamantina-Pinheiros para fora dos limites do Parque;		6. Apoiar a implementação de projetos regionais em curso, como o Plano de Desenvolvimento do Alto Jequitinhonha - Elaboração e Implementação sob a responsabilidade da AMAJE	11. Apoiar o Projeto Cara Brasileira - o slogan é "Diamantina Sempre-viva", a comunidade trabalha o projeto com o qual se identifica (culinária, artesanato, etc.)
10.2. Contactar as áreas específicas do IEF para inserção da página do Parque na página da instituição	8.4. Áreas desmatadas, observadas no Sítio 2, ponto 10 (sítio do Geraldo, região do alto dos Cristais)	4.5. Realizar parcerias com agências e operadoras locais, visando o ordenamento da visitação, de acordo com a capacidade de carga permitida para o roteiro temático;	4. Adequar o decreto de criação do Parque em relação ao cálculo da área total da Unidade, em função da orientação do Plano de Manejo.		7. Fazer gestão para capacitar prestadores de serviços turísticos nas comunidades do entorno	12. Fazer gestão com o SENAC/Diamantina para atender as demandas de capacitação (hotelaria, culinária, serviços)

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
10.3. Disponibilizar a base de dados na página do IEF e na rede Intranet	8.5. Controle das populações de <i>Pteridium aquilinum</i> . Conforme projeto de pesquisa específico.	5. Implantar o roteiro temático “ Conhecendo Cachoeiras ”, que tem como atrativo principal o banho nas cachoeiras existentes no interior do Parque, a partir de 3 opções propostas	5. Implantar o Conselho Consultivo para apoiar a Gestão e fortalecer Parque:		8. Apoiar ações de sensibilização da população local e prestadores de serviços para a necessidade de melhoria contínua no atendimento ao turista	13. Apoiar o Programa Turismo Solidário da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas (SEDEVAN)
10.4. Promover a participação de representantes do IEF em congressos e eventos afins	9. Catalogar os ambientes florestais e as áreas de ambientes abertos	5.1. 1ª opção (implantação em curto prazo - trilha de baixa dificuldade) Trilha da Sentinela	6. Compor o quadro mínimo de funcionários: 1 gerente, 2 funcionários administrativos, 16 porteiros, 10 guarda-parques, 2 funcionários no centro de visitantes, 1 agente para educação ambiental, 2 serventes.			14. Realizar ações de educação ambiental buscando a integração dos municípios e comunidades do entorno
10.5. Contatar Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão para divulgação dos projetos de pesquisa desenvolvidos	10. Diagnosticar o estado de conservação dos ambientes florestais e abertos;	5.1.1. Demarcar em campo o melhor trajeto para a Trilha das Cachoeiras para facilitar a visualização do percurso pelo monitor, para que não sejam utilizados caminhos paralelos,	7. Fazer gestão junto ao IEF para atender à demanda de pessoal necessário para compor o quadro de servidores do Parque;			15. Apoiar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS) junto aos distritos e comunidades do entorno

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
11. Criar condições para que as pesquisas sejam realizadas	11. Promover a remoção e controle de espécies exóticas (flora e fauna) no interior do Parque, com potencial de contaminação biológica:	5.1.2. Promover o mapeamento e a recuperação dos trechos erodidos;	8. Estabelecer parceria com ONG (Organização não Governamental) ou OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) para criação de um fundo para conservação e manejo do Parque e buscar opções para provimento de recuperação			16. Apoiar ações junto aos municípios de Diamantina, Gouveia e Datas, para obtenção de recursos para a elaboração de um projeto de revitalização e uso turístico do trecho Diamantina/Estação da Ferrovia Barão de Guaicuí

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
12. Capacitar técnicos, fiscais e vigilantes em técnicas de manejo de fauna objetivando a execução do programa de monitoramento de forma permanente	11.1. Mapear as áreas onde ocorrem espécies exóticas	5.1.3. Implantar a trilha, através de roçada manual, poda da vegetação e retirada de obstáculos;	9. Implantar as seguintes estruturas: Centro administrativo, Centro de manutenção e apoio ao funcionário, Casa do Funcionário, Centro de visitantes, Portaria principal, Núcleo de apoio ao uso público com primeiros socorros, Estacionamento, Guaritas, na estrada Municipal sentido Pinheiros-Diamantina e na Vila do Biribiri, Posto de controle, entroncamento da estrada Municipal com a estrada interna, Portaria e Posto de Informação e Controle, Centro de referência do Parque, casa na Vila do Biribiri, Base de apoio ao pesquisador, Sanitários e estacionamento próximo à fazenda Duas Pontes, Portão, na entrada pela Fazenda Duas Pontes			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13. Implementar as linhas de pesquisa e monitoramento definidas no Plano de Manejo:	11.2. Controlar e monitorar o avanço da distribuição das espécies vegetais exóticas	5.1.4. Promover a despoluição dos cursos d'água que convergem para as cachoeiras liberadas para a prática do banho (integração com a atividade de monitoramento da qualidade da água);	10. Adequar as seguintes infra-estruturas: Restauração da ponte na estrada dos Cristais, Recuperação e manutenção da estrada do interior do Parque, de responsabilidade do Parque, Trilhas de uso intensivo e extensivo no interior do Parque, Retirada de postes não utilizados no Parque, Implantar sistema de radiocomunicação (1 estação fixa no Centro administrativo, 1 repetidora no Centro de referência, 2 estações móveis e 15 HT's), Implantar sistema de telefonia (para administração e uso público) e internet, Implantar sistema de energia elétrica/fotovoltaica;	€		

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.1 Estudos sobre a vegetação do PEB, objetivando o inventário detalhado de espécies vegetais, sua relação com aspectos físicos do ambiente e subsidiando pesquisas com a fauna e trabalhos de recuperação ambiental;	11.3. Retirar do Parque gado, muares e eqüinos	5.1.5. Remover o lixo da área das cachoeiras (inclusive do interior das mesmas);	11. Adquirir e realizar a manutenção dos seguintes equipamentos: Kit de primeiros socorros (10 kits), Kit fiscalização (10 kits), Kit de resgate e salvamento (10 kits), Equipamentos para administração (computador, impressora, fax), Equipamentos de áudio-visual (uso público), Máquina fotográfica, GPS, Binóculos, Equipamentos de combate a incêndios, 1 veículo, 1 veículo 4x4 e 2 motos			
13.2 Estudo da biologia reprodutiva de espécies vegetais de relevância para a Serra do Espinhaço, com especial referência a <i>Paepalanthus</i> (Eriocaulaceae) e espécies da Família Orchidaceae, objetivando fornecer subsídios ao manejo e à conservação das mesmas;	11.4. Monitorar os resultados das ações	5.1.6. Implantar placas de sinalização interpretativa para o roteiro temático, a partir de projeto específico;	12. Buscar recursos junto a programas como o PRODETUR para a implantação das medidas previstas no programa de uso público;			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.3 Estudos citogenéticos de espécies das famílias Orchidaceae e Eriocaulaceae ocorrentes no PEB, objetivando fornecer subsídios ao manejo e à conservação da diversidade genética das espécies;	11.5. Monitorar as vias e potenciais vias de dispersão de exóticas como, por exemplo, estradas, trilhas de fiscalização e visitação e aceiros	5.1.7. Implantar estruturas de apoio à visitação nas Cachoeiras da Sentinela e dos Cristais: sinalização indicativa e interpretativa, destacando sítio de mineração, aspectos de geologia e outros; lixeiras, estacionamento sinalizado, área de piquenique com mesas; e demarcar áreas de circulação de pedestres e acessos às cachoeiras.	13. Estudar a cobrança de ingressos, taxas turísticas e outras formas de arrecadação para viabilizar a manutenção da estrutura do Parque:			
13.4 Estudo da utilização de plantas medicinais por comunidades do entorno do PEB, objetivando oferecer alternativas de desenvolvimento sustentável a estas comunidades;	12. Promover ações de monitoramento de erosão do solo:	5.2 2ª opção (implantação em médio prazo - trilha de média dificuldade), Trilha da Cachoeira do Barris	13.1. Identificar possíveis fontes de receita como ingresso, concessão de serviços, taxas turísticas, etc.			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.5 Fomento ao manejo de sempre-vivas na região do entorno do PEB;	12.1. Realizar mapeamento detalhado das áreas com erosão	5.2.1. Demarcar em campo o melhor trajeto para a Trilha do Barris para facilitar a visualização do percurso pelo monitor, para que não sejam utilizados caminhos paralelos,	13.2. Avaliar experiências em outras unidades de conservação para definição de parâmetros			
13.6 Inventário e estudos ecológicos da fauna terrestre e anfíbia do PEB e entorno, visando um maior conhecimento sobre as estruturas das comunidades existentes nas diversas tipologias ambientais das diferentes áreas da unidade de conservação, com especial referência a espécies bioindicadoras, dispersoras de sementes e polinizadoras;	12.2. Elaborar plano de controle de erosão e recuperação de áreas erodidas	5.2.2. Promover o mapeamento e a recuperação dos trechos erodidos;	13.3. Promover reuniões com agências e operadoras locais para avaliar percepção sobre a cobrança de ingressos e outros serviços			
13.7 Definição do status de conservação de espécies ameaçadas de mamíferos das Ordens: Xenarthra, Carnivora e Artiodactyla;	13. Elaborar e implementar o "Plano Integrado de Prevenção e Controle a Incêndios Florestais"	5.2.3. Implantar a trilha, através de roçada manual, poda da vegetação e retirada de obstáculos;	14. Implantar Projeto de Sinalização, visando informar sobre a existência do Parque, seus atributos, plano de manejo, normas de manejo;			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.8 Inventário das espécies de peixes dos rios locais, em especial o ribeirão das Pedras, os rios Pinheiros e Jequitinhonha, visando um maior conhecimento sobre as estruturas das comunidades existentes e sua conservação nos diferentes cursos d'água da região;	13.1. Contactar o escritório do IEF - Regional Alto Jequitinhonha em Diamantina de forma a articular a elaboração do PPCI	5.2.4. Implantar estruturas de apoio (rústicas) à visitação na cachoeira do Barris: sinalização indicativa e interpretativa, lixeiras, área de piquenique com mesas; e demarcar áreas de circulação de pedestres e acessos às cachoeiras.	14.1. Definir os locais de implantação das placas de sinalização interna e nos limites através de estudo específico			
13.9 Estudos sobre a biologia e ecologia de uma nova espécie de bagre (<i>Rhamdiopsis</i> sp.), encontrada no córrego Caetano Monteiro (Messias);	13.2. Elaborar o PPCI da Unidade, prevendo todas as medidas e ações de combate ao fogo, incluindo também: a implantação da infra-estrutura física adequada e recursos humanos para gestão do PPCI, sistema de radiocomunicação e aquisição de equipamentos para combate a incêndios	5.3. 3ª opção (implantação em longo prazo, após conclusão de estudo de viabilidade - trilha de alta dificuldade), Trilha do Mocotó	14.2. Manter o padrão para o modelo de sinalização adotado no interior do Parque			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.10 Determinação dos sítios de ocupação e temporada de vocalização da rã-das-corredeiras (<i>Crossodactylus cf. bokermanni</i>), objetivando avaliar a importância da espécie como bioindicadora de processos de recuperação de matas ciliares;	13.3. Promover campanhas educativas e de conscientização junto às comunidades	5.3.1. Demarcar em campo o melhor trajeto para a Trilha do Mocotó para facilitar a visualização do percurso pelo monitor, para que não sejam utilizados caminhos paralelos,	14.3 Implantar sinalização em todos os pontos onde há circulação e trânsito de pessoas no Parque e entorno, com placas orientativas			
13.11 Estudo sobre a biologia de espécies de anfíbios, lagartos e aves endêmicas da Serra do Espinhaço;	13.4. Promover vigilância e proteção da UC, através da construção e manutenção de aceiros e de Postos de Observação	5.3.2. Promover o mapeamento e demarcação da trilha;	14.4. Instalar placas de sinalização nos limites do Parque, identificando-os, bem como indicando as normas de conduta e circulação no seu interior			
13.12 Inventário, caracterização de ambientes e estudo da biologia e dinâmica populacional de répteis aquáticos do PEB, objetivando, sobretudo sua conservação na região;	13.5. Instruir os técnicos responsáveis pela fiscalização e controle da Unidade quanto à observação e primeiras providências a possíveis focos de fogo, principalmente durante épocas de perigo (seca)	5.3.3. Implantar a trilha, através de roçada manual, poda da vegetação, retirada de obstáculos, e implantação de pontes em trechos de grande periculosidade; e,	15. Implantar Projeto de Sinalização dos Atrativos Ecoturísticos			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.13 Estudo sobre a determinação taxonômica e biologia da possível nova espécie de Columbidae (Ave) diagnosticada no PEB;	13.6. Realizar convênio com o Pelotão de Corpo de Bombeiros de Diamantina, cuja atribuição será de coordenar a atuação da Guarnição e de outras brigadas civis envolvidas nas ações/operações de combate aos incêndios, e proporcionar treinamentos e conhecimentos técnicos aos parceiros do Sistema Integrado, na formação das Brigadas e orientação durante o combate a incêndios	5.3.4. Implantar estruturas de apoio (rústicas) à visitação na cachoeira do Mocotó: sinalização indicativa e interpretativa e demarcar áreas de circulação de pedestres e acessos às cachoeiras.	15.1. Definir os locais para instalação das placas e mensagens			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.14 Estudos para identificação das espécies da fauna associadas às Matas Ciliares;	13.7. Realizar convênio com a prefeitura de Diamantina, cuja atribuição será a de: disponibilizar, no caso da ocorrência de incêndios florestais, recursos humanos e materiais (a serem definidos e especificados posteriormente durante a elaboração do plano de prevenção e combate a incêndios); ajudar nas Campanhas Educativas de prevenção dos incêndios florestais; e colaborar na manutenção de aceiros, trilhas e estradas internas da UC	5.4. Capacitar e treinar monitores para condução de grupos destinados ao roteiro temático (já incluído no programa de operacionalização);	15.2. Contratar serviços de terceiros para elaboração do projeto (<i>layout</i> e estrutura das placas dentro da unidade)			
13.15 Estudos acerca da distribuição longitudinal de espécies ictíicas na bacia do rio Jequitinhonha;	14. Colocar e manter cercas na divisa do Parque com a BR-367 e na porção oeste, como forma de proteção e fazer estudos para a indicação de novas áreas	5.4.1. Fazer gestão junto ao Corpo de Bombeiros para capacitação de equipe de socorristas (salvamento nas cachoeiras e primeiros socorros).	15.3. Checar locais definidos para implantação da sinalização de acesso ao Parque (estradas vicinais e trilhas)			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.16 Pesquisa da mastofauna presente nos fragmentos florestais do PEB e entorno, objetivando verificar a importância e a eficácia desses ecossistemas para a conservação do grupo;	15. Apoiar a produção de mudas de espécies nativas pioneiras no entorno, para serem utilizadas na revegetação de áreas degradadas do Parque	5.5. Divulgar as belezas cênicas naturais, incluindo na divulgação do Parque a publicação de fotos e ilustrações das cachoeiras;	15.4. Confeccionar e implantar placas (indicando normas de conduta e circulação no seu interior; mapa do Parque, localização dos pontos de visitação e atrativos, instalações disponíveis aos usuários, indicação das lixeiras, dentre outros)			
13.17 Monitoramento do processo de recuperação de áreas submetidas à remoção de espécies invasoras rústicas e exóticas ocorrentes no PEB, objetivando adequar o processo de recuperação em casos onde os métodos se mostrarem ineficientes;	16. Criar sítios artificiais de nidificação em ambiente florestal com caixas-ninho, de acordo com projeto específico:	6. Implantar o roteiro temático “ A Vida Colonial ” a partir das seguintes opções propostas:	16. Capacitar recursos humanos para garantir a gestão da proteção do Parque, abrangendo os seguintes itens:			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.18 Monitoramento de espécies da fauna ameaçadas de extinção, visando obter informações acerca da variação sazonal, áreas de vida, época reprodutiva das espécies neste status na região, visando, por sua vez, definir os critérios de manejo a serem adotados para as espécies;	16.1. Definir os tipos de material, tamanhos totais e tamanhos das entradas de caixas-ninho a serem utilizadas, bem como os locais, distâncias e alturas do solo a serem instaladas	6.1.1ª Opção: “Vida Pré-Colonial” (visita aos sítios arqueológicos)	16.1. Capacitação e treinamento para função de fiscalização (10 guarda-parques)			
13.19 Monitoramento da qualidade da água com base em macroinvertebrados e análises físico-químicas e bacteriológicas, visando acompanhar os processos de recuperação e conservação dos cursos d'água e matas ciliares;	16.2. Produzir, instalar e efetuar a manutenção das caixas-ninho no Parque e entorno	6.1.1. Realizar estudos sobre outras pinturas rupestres do Parque que possam fornecer subsídios para a interpretação das mesmas, e a definição de critérios de visitação;	16.2. Capacitação em apoio à pesquisa (10 guarda-parques)			
13.20 Monitoramento de trilhas, com observação de critérios topográficos e pedológicos, visando sugerir alternativas para relocação/implantação das mesmas;	16.3. Monitorar os resultados do programa	6.1.2. Contratar consultoria especializada (arqueologia) para elaborar projeto específico para definir o melhor trajeto para a Trilha de acesso às pinturas rupestres da Lapa da Sentinela;	16.3. Treinamento em operação e manutenção de equipamentos (GPS, rádio-comunicadores, informática - 30 servidores)			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.21 Estudos de viabilidade da retirada de areia na barragem da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA);	17. Implementar medidas de prevenção à colisão de aves, de acordo com projeto específico;	6.1.3. Estruturar área do sítio arqueológico Lapa da Sentinela para visitação, a partir de projeto específico;	16.4. Cursos de primeiros socorros para todos os servidores da UC (34 servidores)			
13.22 Estudos para viabilidade de exploração racional de areia a partir de rochas quartzíticas e/ou meandros abandonados no entorno do Parque;	17.1. Elaborar estudo de minoração de impactos com divisas, estruturas e infra-estrutura que venham a serem construídas	6.1.4. Demarcar local de acesso permitido ao público;	17. Alimentar o banco de dados de gestão do Parque no SIG			
13.23 Avaliação do impacto da exploração de areia (na área de entorno) e no rio Pinheiros, através do estudo da dinâmica hidrológica da bacia do Alto Jequitinhonha;	17.2. Retirar cercas de arame e arames desnecessários	6.1.5. Remover resíduo sólidos;	18. Adquirir equipamentos de proteção individual (EPI) para todos os funcionários			
13.24 Monitoramento do uso público, visando à contínua adequação das atividades;	17.3. Adequar divisas e infra-estrutura	6.1.6. Implantar placas de sinalização interpretativa para o roteiro temático;	19. Realizar curso de capacitação básica para os guarda-parques e monitores para o Programa de Uso Público			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.25 Estudos sobre a geologia e geomorfologia objetivando a compreensão da influência dessas feições sobre a mineração e a colonização da região;	18. Implementar ações de combate à pesca, caça, captura e comércio ilegal de animais silvestres:	6.1.7. Capacitar e treinar monitores para condução de grupos destinados ao roteiro temático, enfatizando as informações básicas com relação ao patrimônio arqueológico e condutas básicas dentro de um sítio arqueológico. (previsto no programa de operacionalização)	19.1. Treinar funcionários e voluntários do Parque para as funções administrativas, apoio e segurança à visitação e de proteção do patrimônio (10 guarda-parques)			
13.26 Estudo para avaliar eventual necessidade de implantação de cercas divisórias e de minoração do impacto de cercas que sejam implantadas;	18.1. Fiscalizar a caça, abate, captura e comércio ilegal animais	6.2. 2ª Opção: “Vida Colonial” (Percurso do Caminho dos Escravos):	19.2. Capacitar recursos humanos para garantir a segurança dos visitantes no Parque, incluindo cursos de primeiros socorros, em convênio com o Corpo de Bombeiros e/ou a Polícia Ambiental			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.27 Monitoramento dos sítios arqueológicos pré-históricos e coloniais do Parque;	18.2. Controlar a visitação	6.2.1. Implantar estruturas de apoio na trilha do Caminho dos Escravos, visando diminuir o impacto do pisoteio, incluindo trilhas suspensas, pontes sobre córregos e tablados, principalmente no trecho de banhado no final da trilha, próximo a Mendanha (conforme projeto específico aprovado pelo IPHAN);	19.3. Treinar guardas-parques para proteção da integridade ambiental do patrimônio natural da UC, nas atividades de uso público (impedir dilapidação do patrimônio natural pelos turistas)			
13.28 Promover o estudo botânico no entorno de sítios arqueológicos visando à seleção de espécies para proteção destes como cortina natural;	18.3. Aplicar as sanções previstas na legislação	6.2.2. Fazer gestão para a restauração do Caminho dos Escravos, com aprovação do projeto pelo IPHAN;	19.4. Credenciar monitores locais capacitados para conduzir grupos em trilhas e atrativos no interior do Parque			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.29 Promover pesquisas arqueológicas no conjunto de paredes: do Barril (córrego São João), na região dos córregos do Lageado, Lambari, Mulatos, Tamanduá e ribeirão das Pedras;	19. Promover ações para prevenção a atropelamentos de animais	6.2.3. Realizar obras de restauração e contenção de desmoronamentos, dentro dos padrões e normas estabelecidos pelo IPHAN	19.5. Realizar curso de capacitação básica dos monitores/guardas-parque para condução e monitoramento de grupos de visitantes			
13.30 Promover a realização de levantamentos espeleológicos na área do Parque;	19.1. Promover ações de minoração de impactos por atropelamentos no Parque e entorno, prevendo o uso de sinalização e mecanismos de redução de velocidade	6.2.4. Realizar poda da vegetação e retirada de obstáculos como, árvores caídas e poças de lama. Este manejo é importante pois obstáculos nas trilhas provocam desvios e trilhas secundárias para outras áreas ou alargamento das mesmas	20. Implantar o Projeto Comunicação Visual e Divulgação do Parque			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.31 Realizar estudos para implantar aceiros no entorno do Parque;	19.2. Implantar sinalização preventiva e mecanismos de redução de velocidade no Parque	6.2.5. Implantar sinalização indicativa e interpretativa, destacando o processo de construção da estrada e sua função histórica, material e técnicas utilizadas no calçamento, feições da paisagem (em pontos com vista panorâmica), pontos de parada com água potável (bicas), etc.;	20.1. Criar logotipo do Parque, voltado à identidade e vocação ecoturística da UC ("A Descoberta do Diamante")			
13.32 Realizar estudos sobre o impacto da suspensão da atividade de garimpo e exploração vegetal (sempre-vivas e outras) sobre a comunidade local;	20. Controlar a invasão de abelhas exóticas	6.2.6. Implantar lixeira no início de cada trecho (Diamantina, Fazenda Duas Pontes, Mendanha), local de descanso com assentos rústicos em pontos de parada, corrimãos em locais de grande desnível entre o calçamento e o solo, etc.;	20.2. Elaborar bottons, camisetas e souvenirs, com base no logotipo e nos atrativos do Parque, complementando a arrecadação de renda para manutenção do Parque			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.33 Estudos sobre alternativas de desenvolvimento para as comunidades locais de acordo com a "vocação natural";		6.2.7. Identificar pontos de destaque como mirantes, locais em que se observa o calçamento, locais com formações rochosas significativas, vegeta�o nativa.	20.3. Divulgar os atrativos turísticos e ecoturísticos do Parque, como o Caminho dos Escravos, Cachoeiras da Sentinela e dos Cristais, a vegeta�o rupestre e a fauna do cerrado, através dos veículos de divulga�o escrita e falada (folders, sites, propagandas TV)			
13.34 Estudos sobre origem, dinâmica e importância ecológica das turfeiras;		6.2.8. Realizar acompanhamento contínuo, para que se possa identificar e informar os reparos necessários nas trilhas. Recomenda-se que o quadro de funcionários siga um cronograma semanal estabelecido pela administra�o do parque. (Ex. Quadro de funções: pessoa responsável/zona/ setor ou trilha/ freq�ncia);	20.4. Divulgar a logomarca elaborada para o Parque			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.35 Realização de estudos de recuperação de áreas degradadas por erosão e por exploração de materiais de empréstimo, utilizando-se, além de técnicas tradicionais, técnicas regionais como os barramentos com pedras e o sistema radicular de gramíneas, feitos por garimpeiros;		6.2.9. Promover estudos para analisar a viabilidade de restaurar a trilha completa do Caminho dos Escravos no interior do Parque, na porção sudeste, partindo de Diamantina. Em caso de viabilidade, o percurso poderá ser integrado ao roteiro temático.	20.5. Conceber, preparar e imprimir o material promocional, incluindo: "folders" cartazes, cartilhas, revistas e outros			
13.36 Realização de estudos para identificar espécies da flora local com características para a recuperação de áreas degradadas, como: adaptação a pedoambientes de baixa fertilidade natural e baixa capacidade de retenção de água disponível para as plantas, crescimento rápido, sistema radicular abundante, elevada densidade de cobertura vegetal, fácil propagação e dispersão, perenidade; e,		6.3. 3ª Opção: "Vida Industrial" (Conheça a Vila do Biribiri):	20.6. Preparar o material de promoção e divulgação necessário para apoiar e atender às necessidades dos outros projetos			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
13.37 Investigação de Organossolos, topos aplainados ocupados por Neossolos Litólicos Psamíticos e Neossolos Litólicos Hidromórficos que são pedoambientes extremamente frágeis, funcionam como áreas de recarga de aquíferos e apresentam elevado interesse em estudos sobre paleoambientes.		6.3.1 Realizar parceria com a administração da Vila de Biribiri para integração do roteiro temático de visitação, a partir disso, fazer gestão para promover a revitalização e restauração da Vila;	20.7. Distribuir o material promocional no centro de visitantes, eventos, encontros e outras atividades externas			
		6.3.2 Apoiar a revitalização da área de lazer e recreação existente, com equipamentos como quadras esportivas, pista de cooper, trilhas para bicicleta e passeios a pé;	20.8. Integrar atrativos do Parque a roteiros regionais (Circuito dos Diamantes, Estrada Real, entre outros)			
		6.3.3 Apoiar o desenvolvimento de um Projeto de Paisagismo com vegetação nativa, identificação de espécies vegetais nativas com placas interpretativas, área de piquenique com mesas rústicas,	20.9. Elaborar material informativo e de divulgação dos atrativos do Parque para distribuição em agências, operadoras e equipamentos turísticos da região			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
		6.3.4 Realizar gestões para a implantação e qualificação de meios de hospedagem e alimentação nas construções existentes na Vila do Biribiri.	20.10. Realizar gestões para a inclusão do Parque nos materiais informativos e de divulgação do turismo na região			
		6.3.5 Estimular a estruturação de museu têxtil no local onde funcionava a antiga tecelagem, que mantém ainda máquinas e equipamentos típicos do período;	20.11. Realizar gestões para a implantação de atrativos voltados para o turismo de aventura na área de influência do Parque, em particular <i>rafting</i> no rio Jequitinhonha e rapel/técnicas verticais nos paredões no acesso à Gruta do Salitre			
		6.3.6 Apoiar a restauração e revitalização das construções históricas da Vila e a implantação de sinalização interpretativa na área de influência do Parque;	20.12. Promover a participação em eventos culturais e recreativos especialmente programados, na Vila do Biribiri e em Diamantina (Vesperata)			
		6.3.7 Fazer gestão junto à administração da Vila para a implantação do sistema de saneamento básico.	21. Executar programas de manutenção e perenização de estradas de acesso e de serviço			

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
		Subprograma de Concessões	22. Apoiar seminários e outros eventos a serem desenvolvidos em parceria com instituições de pesquisa e ensino			
		7. Elaborar contrato de concessão para o estabelecimento e operação dos serviços concessionados;	23. Fazer gestão para ampliar a área do Parque, conforme ações nas áreas estratégicas externas			
		7.1. Elaborar termo de referência para operação de serviços de concessão do transporte entre Mendanha (final da trilha Caminho dos Escravos) até o Centro de Visitantes do Parque;	24. Fazer gestão para resolver as questões legais dos requerimentos de lavra junto ao Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM/MME.			
		8. Monitorar a qualidade do serviço prestado, orientando o concessionário para realizar os ajustes necessários ao atendimento do padrão requerido pelo IEF no contrato de concessão;				

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
		9. Visitar as comunidades vizinhas ao Parque e prospectar o interesse destes moradores na atuação como monitores de visitantes no Parque;				
		9.1 Realizar treinamento com os interessados e selecionar um grupo de condutores (previsto no programa de operacionalização);				.
		9.2 Elaborar um manual de procedimentos para o condutor; e,				.
		9.3 Monitorar a qualidade do serviço prestado pelos condutores, orientando-os para o atendimento da qualidade requerida pelo Parque.				.
		Subprograma de Educação Ambiental				.

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
		10. Contatar escolas e promover, juntamente com professores e educadores, visitas orientadas com atividades educativas e recreativas para alunos e professores das escolas da região, para divulgar os objetivos e atividades do Parque e também os atrativos naturais acessados por trilhas abertas à visitação;				
		11. Convidar palestrantes especializados para eventos, cursos e atividades relacionadas com a conservação da natureza;				
		12. Utilizar os resultados obtidos com as pesquisas no Parque e promover a divulgação em linguagem compatível com o programa de educação ambiental;				

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
		13. Integrar ações de educação ambiental do Parque com o Pólo Regional de Educação Ambiental, incluindo a formação de multiplicadores;				
		14 .Promover atividades como dias de campo voltados para a população local (técnicas agrícolas adequadas, conservação de água e solo; queima controlada, curvas de nível, entre outros).				
		15. Implantar o Projeto “O Parque Vai à Escola”				
		15.1. Elaborar projeto de educação ambiental com temas específicos				

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
		15.2. Realizar visitas orientadas para diversos segmentos do município de Diamantina e distrito de Mendanha, estimulando a compreensão sobre a importância do Parque no contexto natural, cultural e socioeconômico do município;				
		15.3. Fazer um trabalho de base em parceria com a escola no bairro Cidade Nova, enfocando temas associados a sistema sanitário, saúde, esgoto doméstico, lixo e estimular a compreensão sobre a importância do parque;				

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
		15.4. Fomentar a criação de grupos infantis (clubinhos), tendo como enfoque à temática ambiental e a UC, usando a infra-estrutura do Centro de Visitantes para elaboração e divulgação de material usando linguagem propícia para os diferentes públicos;				
		15.5. Isentar os alunos das escolas existentes nos municípios abrangidos pela UC, do pagamento de ingresso do Parque, através da confecção de uma carteirinha que os diferencie dos demais visitantes.				
		16. Implantar “ Projeto Material Educativo ”				
		16.1. Confeccionar folhetos informativos de forma compreensível;				

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
		16.2. Confeccionar material áudio-visual para aulas, palestras e exposições sobre a UC e importância da conservação de recursos naturais;				
		16.3. Elaborar apostilas, dentro de atividades vivenciais integradas, com a participação dos alunos em oficinas de trabalho, com abordagem de temas como a flora, fauna, limites, acessos, recursos hídricos e belezas cênicas do Parque e outros temas relevantes que tenham sido detectados no plano de manejo;				
		16.4. Organizar sistema de divulgação (kits móveis) para atuar nas comunidades (com temas voltados à conservação).				
		17. Implantar “ Projeto Comunidade ”				

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
		17.1. Definir cronograma de eventos para realização de palestras, seminários, encontros e oficinas, abordando os objetivos da UC, a finalidade do uso e da conservação dos recursos naturais, as diferenças das categorias de uso em cada Unidade, o zoneamento, as normas gerais e restrições de cada zona e os programas de manejo previstos para as UC;				
		17.1.1. Realizar capacitação específica para membros do conselho consultivo, para os objetivos específicos de manejo da UC e do seu regimento interno;				
		17.1.2. Realizar palestras e cursos sobre temas relacionados ao meio ambiente, saneamento e saúde pública.				

PROGRAMAS TEMÁTICOS						
Pesquisa e Monitoramento	Proteção e Manejo	Uso Público	Operacionalização	Controle Ambiental	Alternativas de Desenvolvimento	Integração Externa
		17.1.3. Visitas orientadas de lideranças comunitárias e outros segmentos ou grupos interessados, para conhecimento in loco da UC, visando o pleno entendimento do público-alvo sobre a necessidade de preservação de seus recursos naturais.				
		18. Implantar “ Projeto Educação Ambiental no Garimpo ”				
		18.1. Realizar campanhas maciças de sensibilização dos garimpeiros;				
		19. Implantar “ Projeto Educação Ambiental na Coleta de Ornamentais ”				
		19.1. Realizar campanhas maciças, durante o período que antecede a coleta de plantas ornamentais (sempre-vivas);				

4.8 - Estimativas de Custos

Neste item serão apresentadas as estimativas dos custos para a execução de todas as etapas de implantação e implementação do Plano de Manejo.

O cronograma físico-financeiro e a consolidação dos custos por programas temáticos foram organizados sob a forma de tabelas e estimadas com base em informações obtidas pelos levantamentos anteriores; informações dos pesquisadores e consultores que trabalharam nas áreas temáticas e dados obtidos na região. Com a implementação do Plano de Manejo, esses valores deverão ser corrigidos, usando como base de um índice de correção de referência nacional.

4.8.1 - Consolidação dos Custos por Programas Temáticos e Fontes de Financiamento

O quadro 4.09 apresenta a consolidação dos custos por programas temáticos. Esse procedimento facilita a visualização dos custos estimados para a implementação das atividades relacionadas a cada um dos programas temáticos indicar fontes alternativas, onde poderão ser captados os recursos para implementar o Plano de Manejo.

O quadro indica ainda, o total anual de recursos financeiros necessários para execução das atividades ligadas a cada programa temático específico, organizados em trimestres para o primeiro ano e depois anualmente, num período de cinco anos a partir do início da implementação.

4.8.2 - Custos Detalhados por Programas Temáticos

As tabelas dos cronogramas físico-financeiro detalhados (quadros 4.10 a 4.16) apresentam um cruzamento das seguintes informações:

- Ações gerenciais gerais indicadas na primeira coluna, da esquerda para a direita;
- Programas temáticos: aparece à esquerda, no alto, em negrito, indicando os temas segundo os quais serão ordenadas as atividades e subatividades;
- Atividades e subatividades: localizadas na segunda coluna, da esquerda para a direita, representam as ações a serem implementadas;
- Recursos necessários estimados: trata da previsão de execução das atividades por custos e por tempo. Estão expressas em reais, e registram a necessidade de disponibilidade dos custos pelos cinco anos previstos para a implantação do plano de manejo. O primeiro ano está dividido em trimestres;
- Instituições envolvidas: Relaciona as instituições junto às quais o gestor da Unidade deverá buscar cooperação, visando o bom desempenho da atividade indicada.

As colunas onde estão organizados os custos remetem ao cronograma de tempo planejado para a execução da atividade.

QUADRO 4.09 - ORÇAMENTO GERAL CONSOLIDADO DOS CUSTOS DAS ATIVIDADES POR ÁREAS E POR TEMAS

TEMAS	RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PARA IMPLANTAÇÃO / ANO (EM R\$)									
	PRIMEIRO ANO / TRIMESTRE					ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
	I	II	III	IV	TOTAL ANO					
Pesquisa e Monitoramento	368.000,00	0,00	0,00	0,00	368.000,00	32.000,00	36.000,00	24.000,00	24.000,00	484.000,00
Proteção e Manejo	80.000,00	5.000,00	0,00	14.000,00	99.000,00	72.000,00	72.000,00	2.000,00	2.000,00	247.000,00
Uso Público	28.000,00	25.000,00	0,00	0,00	53.000,00	127.200,00	0,00	86.000,00	0,00	266.200,00
Operacionalização	1.636.550,00	33.000,00	3.000,00	87.900,00	1.760.450,00	107.650,00	29.400,00	26.400,00	26.400,00	1.950.300,00
Alternativas de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integração Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	14.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	42.000,00
Total geral	-	-	-	-	2.294.450,00	345.850,00	144.400,00	145.400,00	59.400,00	2.989.500,00

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas	
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total		
	I	II	III	IV	total							
6. Implantar um sistema permanente de fomento à pesquisa científica, por meio de convênios e acordos de cooperação com universidades e instituições de pesquisa, organismos nacionais e internacionais, tais como CAPES, CNPQ, TNC, FMNA, empresas privadas e fundações, dentre outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, universidades e instituições de pesquisa, organismos nacionais e internacionais, empresas privadas e fundações
7. Promover oficinas e outros eventos com a participação dos pesquisadores para a apresentação da produção científica do Parque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF
8. Apoiar cursos em parceria com instituições de pesquisa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, instituições de pesquisa
9. Apresentar os projetos e os resultados das pesquisas às comunidades locais e funcionários do Parque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, pesquisador
10. Organizar banco de dados para divulgação das pesquisas:	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	62.000,00	62.000,00	IEF, instituições de pesquisa e universidades

4.120

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
10.1. Produzir folhetos informativos relacionados aos resultados das pesquisas, o qual servirá como Carta de Apresentação para instituições do mundo todo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	12.000,00	
10.2. Contactar as áreas específicas do IEF para inserção da página do Parque na página da instituição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.3. Disponibilizar a base de dados na página do IEF e na rede Intranet	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.4. Promover a participação de representantes do IEF em congressos e eventos afins	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	50.000,00	
10.5. Contatar Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão para divulgação dos projetos de pesquisa desenvolvidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
11. Criar condições para que as pesquisas sejam realizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF
12. Capacitar técnicos, fiscais e vigilantes em técnicas de manejo de fauna objetivando a execução do programa de monitoramento de forma permanente	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	50.000,00	IEF, instituições de pesquisa, universidades

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
13. Implementar as linhas de pesquisa e monitoramento definidas no Plano de Manejo:	348.000,00	0,00	0,00	0,00	348.000,00	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	372.000,00	IEF, instituições de pesquisa e universidades
13.1 Estudos sobre a vegetação do PEB, objetivando o inventário detalhado de espécies vegetais, sua relação com aspectos físicos do ambiente e subsidiando pesquisas com a fauna e trabalhos de recuperação ambiental;	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
13.2 Estudo da biologia reprodutiva de espécies vegetais de relevância para a Serra do Espinhaço, com especial referência a <i>Paepalanthus</i> (Eriocaulaceae) e espécies da Família Orchidaceae, objetivando fornecer subsídios ao manejo e à conservação das mesmas;	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	
13.3 Estudos citogenéticos de espécies das famílias Orchidaceae e Eriocaulaceae ocorrentes no PEB, objetivando fornecer subsídios ao manejo e à conservação da diversidade genética das espécies;	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	

4.122

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
13.4 Estudo da utilização de plantas medicinais por comunidades do entorno do PEB, objetivando oferecer alternativas de desenvolvimento sustentável a estas comunidades;	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	
13.5 Fomento ao manejo de sempre-vivas na região do entorno do PEB;	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	
13.6 Inventário e estudos ecológicos da fauna terrestre e anfíbia do PEB e entorno, visando um maior conhecimento sobre as estruturas das comunidades existentes nas diversas tipologias ambientais das diferentes áreas da unidade de conservação, com especial referência a espécies bioindicadoras, dispersoras de sementes e polinizadoras;	36.000,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00	
13.7 Definição do status de conservação de espécies ameaçadas de mamíferos das Ordens: Xenarthra, Carnivora e Artiodactyla;	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
13.8 Inventário das espécies de peixes dos rios locais, em especial o ribeirão das Pedras, os rios Pinheiros e Jequitinhonha, visando um maior conhecimento sobre as estruturas das comunidades existentes e sua conservação nos diferentes cursos d'água da região;	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	
13.9 Estudos sobre a biologia e ecologia de uma nova espécie de bagre (<i>Rhamdiopsis</i> sp.), encontrada no córrego Caetano Monteiro (Messias);	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	
13.10 Determinação dos sítios de ocupação e temporada de vocalização da rã-das-corredeiras (<i>Crossodactylus cf. bokermanni</i>), objetivando avaliar a importância da espécie como bioindicadora de processos de recuperação de matas ciliares;	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	
13.11 Estudo sobre a biologia de espécies de anfíbios, lagartos e aves endêmicas da Serra do Espinhaço;	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	

4.124

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
13.12 Inventário, caracterização de ambientes e estudo da biologia e dinâmica populacional de répteis aquáticos do PEB, objetivando, sobretudo sua conservação na região;	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	
13.13 Estudo sobre a determinação taxonômica e biologia da possível nova espécie de Columbidae (Ave) diagnosticada no PEB;	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
13.14 Estudos para identificação das espécies da fauna associadas às Matas Ciliares;	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	
13.15 Estudos acerca da distribuição longitudinal de espécies ictíicas na bacia do rio Jequitinhonha;	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
13.16 Pesquisa da mastofauna presente nos fragmentos florestais do PEB e entorno, objetivando verificar a importância e a eficácia desses ecossistemas para a conservação do grupo;	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
13.17 Monitoramento do processo de recuperação de áreas submetidas à remoção de espécies invasoras rústicas e exóticas ocorrentes no PEB, objetivando adequar o processo de recuperação em casos onde os métodos se mostrarem ineficientes;	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	
13.18 Monitoramento de espécies da fauna ameaçadas de extinção, visando obter informações acerca da variação sazonal, áreas de vida, época reprodutiva das espécies neste status na região, visando, por sua vez, definir os critérios de manejo a serem adotados para as espécies;	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	
13.19 Monitoramento da qualidade da água com base em macroinvertebrados e análises físico-químicas e bacteriológicas, visando acompanhar os processos de recuperação e conservação dos cursos d'água e matas ciliares;	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	36.000,00	

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
13.25 Estudos sobre a geologia e geomorfologia objetivando a compreensão da influência dessas feições sobre a mineração e a colonização da região;	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
13.26 Estudo para avaliar eventual necessidade de implantação de cercas divisórias e de minoração do impacto de cercas que sejam implantadas;	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
13.27 Monitoramento dos sítios arqueológicos pré-históricos e coloniais do Parque;	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
13.28 Promover o estudo botânico no entorno de sítios arqueológicos visando à seleção de espécies para proteção destes como cortina natural;	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
13.29 Promover pesquisas arqueológicas no conjunto de paredões: do Barril (córrego São João), na região dos córregos do Lageado, Lambari, Mulatos, Tamanduá e ribeirão das Pedras;	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
13.30 Promover a realização de levantamentos espeleológicos na área do Parque;	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	

4.128

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
13.31 Realizar estudos para implantar aceiros no entorno do Parque;	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
13.32 Realizar estudos sobre o impacto da suspensão da atividade de garimpo e exploração vegetal (sempre-vivas e outras) sobre a comunidade local;	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
13.33 Estudos sobre alternativas de desenvolvimento para as comunidades locais de acordo com a "vocação natural";	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
13.34 Estudos sobre origem, dinâmica e importância ecológica das turfeiras;	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
13.35 Realiza�o de estudos de recupera�o de áreas degradadas por erosão e por explora�o de materiais de empréstimo, utilizando-se, além de técnicas tradicionais, técnicas regionais como os barramentos com pedras e o sistema radicular de gramíneas, feitos por garimpeiros;	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
13.36 Realização de estudos para identificar espécies da flora local com características para a recuperação de áreas degradadas, como: adaptação a pedoambientes de baixa fertilidade natural e baixa capacidade de retenção de água disponível para as plantas, crescimento rápido, sistema radicular abundante, elevada densidade de cobertura vegetal, fácil propagação e dispersão, perenidade; e,	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
13.37 Investigação de Organossolos, topos aplainados ocupados por Neossolos Litólicos Psamíticos e Neossolos Litólicos Hidromórficos que são pedoambientes extremamente frágeis, funcionam como áreas de recarga de aquíferos e apresentam elevado interesse em estudos sobre paleoambientes.	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	

A.C. - atividade contínua

QUADRO 4.11 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO E MANEJO

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
PROTEÇÃO E MANEJO	80.000,00	5.000,00	0,00	14.000,00	99.000,00	72.000,00	72.000,00	2.000,00	2.000,00	247.000,00	
1. Elaborar relatórios diários, além do relatório anual de avaliação da área temática	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF
2. Elaborar manual de procedimentos de fiscalização do Parque, incluindo a rotina de fiscalização e a programação das operações especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF
3. Programar as operações especiais de fiscalização do Parque e entorno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF
4. Estabelecer uma rotina de fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF
5. Definir escalas de serviço das atividades de fiscalização do Parque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF
6. Sistematizar as informações e alimentar o banco de dados do Sistema de Proteção no SIG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF
7. Formalizar e reforçar parcerias com órgãos públicos, tais como Polícia Militar (PMMG), Polícia Federal e Corpo de Bombeiros para auxiliar na fiscalização do Parque Estadual;	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, PMMG, Polícia Federal e Corpo de Bombeiros

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
9. Catalogar os ambientes florestais e as áreas de ambientes abertos	0,00	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	IEF, instituições de pesquisas e universidades
10. Diagnosticar o estado de conservação dos ambientes florestais e abertos;	0,00	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	IEF, instituições de pesquisas e universidades
11. Promover a remoção e controle de espécies exóticas (flora e fauna) no interior do Parque, com potencial de contaminação biológica:	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	IEF, instituições de pesquisas e universidades
11.1. Mapear as áreas onde ocorrem espécies exóticas	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	
11.2. Controlar e monitorar o avanço da distribuição das espécies vegetais exóticas	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	
11.3. Retirar do Parque gado, muares e eqüinos	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	
11.4. Monitorar os resultados das ações	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	
11.5. Monitorar as vias e potenciais vias de dispersão de exóticas como, por exemplo, estradas, trilhas de fiscalização e visitação e aceiros	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	A.C.	
12. Promover ações de monitoramento de erosão do solo:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, instituições de pesquisas e universidades

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
13.7. Realizar convênio com a prefeitura de Diamantina, cuja atribuição será a de: disponibilizar, no caso da ocorrência de incêndios florestais, recursos humanos e materiais (a serem definidos e especificados posteriormente durante a elaboração do plano de prevenção e combate a incêndios); ajudar nas Campanhas Educativas de prevenção dos incêndios florestais; e colaborar na manutenção de aceiros, trilhas e estradas internas da UC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14. Colocar e manter cercas na divisa do Parque com a BR-367 e na porção oeste, como forma de proteção e fazer estudos para a indicação de novas áreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF e DNIT
15. Apoiar a produção de mudas de espécies nativas pioneiras no entorno, para serem utilizadas na revegetação de áreas degradadas do Parque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, instituições de pesquisas e universidades
16. Criar sítios artificiais de nidificação em ambiente florestal com caixas-ninho, de acordo com projeto específico:	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	13.000,00	IEF, instituições de pesquisas e universidades

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
18.2. Controlar a visitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
18.3. Aplicar as sanções previstas na legislação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
19. Promover ações para prevenção a atropelamentos de animais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF e DNIT
19.1. Promover ações de minoração de impactos por atropelamentos no Parque e entorno, prevendo o uso de sinalização e mecanismos de redução de velocidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
19.2. Implantar sinalização preventiva e mecanismos de redução de velocidade no Parque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20. Controlar a invasão de abelhas exóticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, instituições de pesquisa e universidades

A.C. - atividade contínua

4.140

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
4.5 Realizar parcerias com agências e operadoras locais, visando o ordenamento da visitação, de acordo com a capacidade de carga permitida para o roteiro temático;	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5. Implantar o roteiro temático “Conhecendo Cachoeiras”, que tem como atrativo principal o banho nas cachoeiras existentes no interior do Parque, a partir de 3 opções propostas	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	37.200,00	0,00	21.000,00	0,00	83.200,00	IEF
5.1. 1ª opção (implantação em curto prazo - trilha de baixa dificuldade) Trilha da Sentinela	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	
5.1.1. Demarcar em campo o melhor trajeto para a Trilha das Cachoeiras para facilitar a visualização do percurso pelo monitor, para que não sejam utilizados caminhos paralelos,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.1.2. Promover o mapeamento e a recuperação dos trechos erodidos;	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
5.1.3. Implantar a trilha, através de roçada manual, poda da vegetação e retirada de obstáculos;	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
5.1.4. Promover a despoluição dos cursos d'água que convergem para as cachoeiras liberadas para a prática do banho (integração com a atividade de monitoramento da qualidade da água);	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.1.5. Remover o lixo da área das cachoeiras (inclusive do interior das mesmas);	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.1.6. Implantar placas de sinalização interpretativa para o roteiro temático, a partir de projeto específico;	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	
5.1.7. Implantar estruturas de apoio à visitação nas Cachoeiras da Sentinela e dos Cristais: sinalização indicativa e interpretativa, destacando sítio de mineração, aspectos de geologia e outros; lixeiras, estacionamento sinalizado, área de piquenique com mesas; e demarcar áreas de circulação de pedestres e acessos às cachoeiras.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	
5.2. 2ª opção (implantação em médio prazo - trilha de média dificuldade), Trilha da Cachoeira do Barris	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.200,00	0,00	21.000,00	0,00	58.200,00	

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
5.4.1. Fazer gestão junto ao Corpo de Bombeiros para capacitação de equipe de socorristas (salvamento nas cachoeiras e primeiros socorros).	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEFe Corpo de Bombeiros
5.5. Divulgar as belezas cênicas naturais, incluindo na divulgação do Parque a publicação de fotos e ilustrações das cachoeiras;	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6. Implantar o roteiro temático “A Vida Colonial” a partir das seguintes opções propostas:	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	IEF
6.1.1ª Opção: “Vida Pré-Colonial” (visita aos sítios arqueológicos)	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
6.1.1.Realizar estudos sobre outras pinturas rupestres do Parque que possam fornecer subsídios para a interpretação das mesmas, e a definição de critérios de visitação;	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
6.2.7. Identificar pontos de destaque como mirantes, locais em que se observa o calçamento, locais com formações rochosas significativas, vegetação nativa.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	
6.2.8. Realizar acompanhamento contínuo, para que se possa identificar e informar os reparos necessários nas trilhas. Recomenda-se que o quadro de funcionários siga um cronograma semanal estabelecido pela administração do parque. (Ex. Quadro de funções: pessoa responsável/zona/ setor ou trilha/ frequência);	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	
6.2.9. Promover estudos para analisar a viabilidade de restaurar a trilha completa do Caminho dos Escravos no interior do Parque, na porção sudeste, partindo de Diamantina. Em caso de viabilidade, o percurso poderá ser integrado ao roteiro temático.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	A.DF.	
6.3. 3ª Opção: “Vida Industrial” (Conheça a Vila do Biribiri):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF e Estamparia

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
15.5. Isentar os alunos das escolas existentes nos municípios abrangidos pela UC, do pagamento de ingresso do Parque, através da confecção de uma carteirinha que os diferencie dos demais visitantes.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
16. Implantar “ Projeto Material Educativo ”	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	65.000,00	0,00	155.000,00	IEF
16.1. Confeccionar folhetos informativos de forma compreensível;	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00	0,00	70.000,00	
16.2. Confeccionar material áudio-visual para aulas, palestras e exposições sobre a UC e importância da conservação de recursos naturais;	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	

4.158

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
19. Implantar “Projeto Educação Ambiental na Coleta de Ornamentais”	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF e comunidades
19.1. Realizar campanhas maciças, durante o período que antecede a coleta de plantas ornamentais (sempre-vivas);	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

A.DF. - a definir

QUADRO 4.13 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DAS AÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
OPERACIONALIZAÇÃO	1.636.550,00	33.000,00	3.000,00	87.900,00	1.760.450,00	107.650,00	29.400,00	26.400,00	26.400,00	1.950.300,00	
1.Elaborar relatórios mensais de atividades, além do relatório anual de avaliação da área temática	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF
2.Implementar a organização administrativa do Parque, definida no seu Plano de Manejo (quadro de pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF
3. Promover ações necessárias para subsidiar a regularização fundiária do Parque:	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	IEF, INCRA e ITER
3.1. Realizar a demarcação dos limites do Parque, com implantação de marcos topográficos, visando à correção e ajuste de seus limites podendo utilizar-se como referencial a base cartográfica do Plano de Manejo	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	IEF, empresas especializadas

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
3.2. Complementar o levantamento socioeconômico e realizar o cadastro e situação dominial de todos os moradores residentes no interior do Parque, incluindo suas benfeitorias	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	IEF, consultores externos, empresas
3.3. Elaborar e implementar Termos de Ajustamento de Conduta e Tremo de Compromisso com as Comunidades para definição de direitos e obrigações das partes;	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, Ministério Público e comunidades
3.4. Encaminhar os documentos para a elaboração do processo de desapropriação para a base de dados do Setor de Regularização Fundiária/Diretoria de Pesca e Biodiversidade (DPB) do IEF;	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF
3.5. Fazer gestão junto ao IEF e ao INCRA para acelerar o processo de regularização fundiária;	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, INCRA e ITER
3.6. Promover ações para exclusão do bairro Cidade Nova dos limites do Parque;	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, Prefeitura e Ministério Público

4.162

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
f. 0 1 agente para educação ambiental;	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
g. 02 serventes.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7.Fazer gestão junto ao IEF para atender à demanda de pessoal necessário para compor o quadro de servidores do Parque;	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF
8. Estabelecer parceria com ONG (Organização não Governamental) ou OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) para criação de um fundo para conservação e manejo do Parque e buscar opções para provimento de recuperação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, ONG, OSCIP
9. Implantar as seguintes estruturas:	1.153.050,00	0,00	0,00	0,00	1.153.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.153.050,00	IEF
a.Centro administrativo (Zona de Uso Especial, porção Sul);	127.500,00	0,00	0,00	0,00	127.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.500,00	
b.Centro de manutenção e apoio ao funcionário (Zona de Uso Especial, porção Sul);	255.000,00	0,00	0,00	0,00	255.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.000,00	
c. Casa do Funcionário (Zona de Uso Intensivo, porção Sul);	81.600,00	0,00	0,00	0,00	81.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.600,00	
d.Centro de visitantes (Zona de Uso Intensivo, porção Sul);	238.000,00	0,00	0,00	0,00	238.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	238.000,00	

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
e.Portaria principal (Zona de Uso Intensivo, porção Sul);	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	
f.Núcleo de apoio ao uso público com primeiros socorros (Zona de Uso Intensivo, cachoeira da Sentinela);	127.500,00	0,00	0,00	0,00	127.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.500,00	
g. Estacionamento (Zona de Uso Intensivo, cachoeira da Sentinela);	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
h. Guaritas, na estrada Municipal sentido Pinheiros-Diamantina e na Vila do Biribiri (Zona de Uso Especial);	15.300,00	0,00	0,00	0,00	15.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.300,00	
i. Posto de controle, entroncamento da estrada Municipal com a estrada interna (Zona de Uso Intensivo);	7.650,00	0,00	0,00	0,00	7.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.650,00	
j. Portaria e Posto de Informação e Controle (Zona de Uso Especial em Mendanha);	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	
k. Centro de referência do Parque, casa na Vila do Biribiri (em negociação);	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, Estamparia

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
e. Implantar sistema de radiocomunicação (1 estação fixa no Centro administrativo, 1 repetidora no Centro de referência, 2 estações móveis e 15 HT's);	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	
f. Implantar sistema de telefonia (para administração e uso público) e internet;	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	5.000,00	
g. Implantar sistema de energia elétrica/fotovoltaica;	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
11. Adquirir e realizar a manutenção dos seguintes equipamentos:	157.500,00	0,00	0,00	0,00	157.500,00	17.900,00	17.900,00	17.900,00	17.900,00	229.100,00	IEF
a. Kit de primeiros socorros (10 kits);	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00	
b. Kit fiscalização (10 kits)	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
c. Kit de resgate e salvamento (10 kits);	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00	
d. Equipamentos para administração (computador, impressora, fax);	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	
e. Equipamento áudio-visual (uso público);	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
13.3.Promover reuniões com agências e operadoras locais para avaliar percepção sobre a cobrança de ingressos e outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14. Implantar Projeto de Sinalização, visando informar sobre a existência do Parque, seus atributos, plano de manejo, normas de manejo:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	IEF, empresas especializadas
14.1. Definir os locais de implantação das placas de sinalização interna e nos limites através de estudo específico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.2. Manter o padrão para o modelo de sinalização adotado no interior do Parque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.3 Implantar sinalização em todos os pontos onde há circulação e trânsito de pessoas no Parque e entorno, com placas orientativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.4. Instalar placas de sinalização nos limites do Parque, identificando-os, bem como indicando as normas de conduta e circulação no seu interior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
15. Implantar Projeto de Sinalização dos Atrativos Ecoturísticos	0,00	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00	5.000,00	3.000,00	0,00	0,00	16.000,00	IEF
15.1. Definir os locais para instalação das placas e mensagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
15.2. Contratar serviços de terceiros para elaboração do projeto (<i>layout</i> e estrutura das placas dentro da unidade)	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	
15.3. Checar locais definidos para implantação da sinalização de acesso ao Parque (estradas vicinais e trilhas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
15.4. Confeccionar e implantar placas (indicando normas de conduta e circulação no seu interior; mapa do Parque, localização dos pontos de visitação e atrativos, instalações disponíveis aos usuários, indicação das lixeiras, dentre outros)	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	3.000,00	0,00	0,00	13.000,00	
16. Capacitar recursos humanos para garantir a gestão da proteção do Parque, abrangendo os seguintes itens:	0,00	0,00	0,00	49.400,00	49.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.400,00	IEF

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
16.1.Capacitação e treinamento para função de fiscalização (10 guarda-parques)	0,00	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	
16.2.Capacitação em apoio à pesquisa (10 guarda-parques)	0,00	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	
16.3.Treinamento em operação e manutenção de equipamentos (GPS, rádio-comunicadores, informática - 30 servidores)	0,00	0,00	0,00	22.500,00	22.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.500,00	
16.4.Cursos de primeiros socorros para todos os servidores da UC (34 servidores)	0,00	0,00	0,00	11.900,00	11.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.900,00	
17. Alimentar o banco de dados de gestão do Parque no SIG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF
18. Adquirir equipamentos de proteção individual (EPI) para todos os funcionários	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	IEF
19.Realizar curso de capacitação básica para os guarda-parques e monitores para o Programa de Uso Público	0,00	0,00	0,00	22.500,00	22.500,00	11.250,00	0,00	0,00	0,00	33.750,00	IEF

4.170

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
19.1.Treinar funcionários e voluntários do Parque para as funções administrativas, apoio e segurança à visitação e de proteção do patrimônio (10 guarda-parques)	0,00	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	
19.2.Capacitar recursos humanos para garantir a segurança dos visitantes no Parque, incluindo cursos de primeiros socorros, em convênio com o Corpo de Bombeiros e/ou a Polícia Ambiental	0,00	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	
19.3.Treinar guardas-parques para proteção da integridade ambiental do patrimônio natural da UC, nas atividades de uso público (impedir dilapidação do patrimônio natural pelos turistas)	0,00	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	
19.4.Credenciar monitores locais capacitados para conduzir grupos em trilhas e atrativos no interior do Parque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
19.5.Realizar curso de capacitação básica dos monitores/guardas-parque para condução e monitoramento de grupos de visitantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.250,00	0,00	0,00	0,00	11.250,00	

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
20. Implantar o Projeto Comunicação Visual e Divulgação do Parque	3.000,00	30.000,00	0,00	0,00	33.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	43.000,00	IEF, empresas especializadas
20.1. Criar logotipo do Parque, voltado à identidade e vocação ecoturística da UC ("A Descoberta do Diamante")	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	
20.2. Elaborar bottons, camisetas e souvenirs, com base no logotipo e nos atrativos do Parque, complementando a arrecadação de renda para manutenção do Parque	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
20.3. Divulgar os atrativos turísticos e ecoturísticos do Parque, como o Caminho dos Escravos, Cachoeiras da Sentinela e dos Cristais, a vegetação rupestre e a fauna do cerrado, através dos veículos de divulgação escrita e falada (folders, sites, propagandas TV)	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
20.4. Divulgar a logomarca elaborada para o Parque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.5. Conceber, preparar e imprimir o material promocional, incluindo: "folders" cartazes, cartilhas, revistas e outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
5.2 Implementar um projeto piloto de criação de abelhas silvestres nativas, em área a ser definida com base no levantamento efetuado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.3 Capacitar comunitários para a manutenção da meliponicultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.4 Desenvolver parcerias com comunidades locais e suas entidades representativas, voltadas para comercialização do produto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.5. Organizar feiras que ampliem para outras comunidades o conhecimento e o interesse pelo mel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6. Apoiar a implementação de projetos regionais em curso, como o Plano de Desenvolvimento do Alto Jequitinhonha - Elaboração e Implementação sob a responsabilidade da AMAJE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, Prefeituras Municipais, Emater, Amaje
7. Fazer gestão para capacitar prestadores de serviços turísticos nas comunidades do entorno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, Prefeituras Municipais, Instituições de Ensino e Pesquisa, empresas terceirizadas

4.178

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
8. Apoiar ações de sensibilização da população local e prestadores de serviços para a necessidade de melhoria contínua no atendimento ao turista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, Prefeituras Municipais, Instituições de Ensino e Pesquisa, empresas terceirizadas

QUADRO 4.16 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DAS AÇÕES DE INTEGRAÇÃO DO ENTORNO

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
INTEGRAÇÃO EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1. Estabelecer parcerias e/ou convênios de cooperação técnica, voltados à preservação ambiental e ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, ONG's, Prefeituras Municipais, Amaje, Instituições de Ensino e Pesquisa
2. Buscar a integração das instituições nos diversos níveis (Federal, Estadual e Municipal) compatibilizando as linhas de atuação voltadas ao cumprimento dos objetivos do Parque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, ONG's, Prefeituras Municipais, Amaje, Instituições de Ensino e Pesquisa
3. Estabelecer termo de cooperação técnica com a prefeitura de Diamantina para repasse da verba do ICMS ecológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, ONG's, Prefeituras Municipais, Amaje, Instituições de Ensino e Pesquisa
4. Criar um Grupo de Trabalho - GT (IEF, IBAMA, MMA, ONG's, INCRA, Prefeituras) com vistas à implantação dos corredores ecológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, ONG's, Instituições de Ensino e Pesquisa

Atividade/ Subatividade	Recursos necessários estimados para implantação / ano (em R\$)										Instituições envolvidas
	Primeiro ano / trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total	
	I	II	III	IV	total						
10. Apoiar projetos participativos voltados ao ecoturismo, em áreas de interesse ecológico cultural e religioso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, PRODETUR, Prefeituras Municipais, ONG´s, Instituições de Fomento ao Turismo
11. Apoiar o Projeto Cara Brasileira - o slogan é "Diamantina Sempre-viva", a comunidade trabalha o projeto com o qual se identifica (culinária, artesanato, etc.)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, PRODETUR, Prefeituras Municipais, ONG´s, Instituições de Fomento ao Turismo
12..Fazer gestão com o SENAC/Diamantina para atender as demandas de capacitação (hotelaria, culinária, serviços)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, PRODETUR, Prefeituras Municipais, ONG´s, Instituições de Fomento ao Turismo
13. Apoiar o Programa Turismo Solidário da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas (SEDVAN)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, PRODETUR, Prefeituras Municipais, ONG´s, Instituições de Fomento ao Turismo
14. Realizar ações de educação ambiental buscando a integração dos municípios e comunidades do entorno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	IEF, Prefeituras Municipais, Instituições de ensino, Associações Comunitárias

